



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA  
DOUTORADO EM REDE - EDUCANORTE**

**ELIZANGELA DE ALMEIDA SILVA**

**A produção da existência em Comunidades Quilombolas do Amazonas:  
processos educativos e resistência cultural às margens do Rio Andirá,  
Barreirinha.**

**MANAUS  
2024**



**ELIZANGELA DE ALMEIDA SILVA**

Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/3809091752524177>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9874-7863>

**A produção da existência em Comunidades Quilombolas do Amazonas:**  
processos educativos e resistência cultural às margens do Rio Andirá,  
Barreirinha.

Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) – Doutorado em Associação Plena em Rede (EDUCANORTE), Polo UFAM –, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação na Amazônia.

Linha 2: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Arminda Rachel Botelho Mourão

**MANAUS  
2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586p Silva, Elizangela de Almeida  
A produção da existência em Comunidades Quilombolas do Amazonas processos educativos e resistência cultural às margens do Rio Andirá, Barreirinha. : processos educativos e resistência cultural às margens do Rio Andirá, Barreirinha. / Elizangela de Almeida Silva . 2024  
154 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Arminda Rachel Botelho Mourão  
Tese (Doutorado em Educação na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Produção da existência. 2. Trabalho . 3. Cultura. 4. Quilombo. I. Mourão, Arminda Rachel Botelho. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**ELIZANGELA DE ALMEIDA SILVA**

**A produção da existência em Comunidades Quilombolas do Amazonas:**  
processos educativos e resistência cultural às margens do Rio Andirá,  
Barreirinha.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão (Presidente/Orientadora)

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dra. (Membro Titular)

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dra. (Membro Titular)

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dra. (Membro Titular)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. (Membro Titular)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. (Membro Titular)

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dra. (Membro Suplente)

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dra. (Membro Suplente)

**MANAUS  
2024**

# ATA DE DEFESA

14/05/2024, 00:25

SEI/UFAM - 1964377 - Ata de Defesa



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia - EDUCANORTE

## ATA DE DEFESA

Defesa de: Tese
Data: Vinte e sete de Março de dois mil e vinte quatro
Hora de Início: 14 horas
Hora de Encerramento: 18h30min
Dicente: Elizângela de Almeida Silva
Matrícula: 3202102
Título do Trabalho: A produção da existência em Comunidades Quilombolas do Amazonas: processos educativos e resistência cultural às margens do Rio Andaraí, Barreirinha.
Área de concentração: Educação
Orientador(a): Armanda Rachel Botelho Mourão

Aos vinte e sete dias de Março de dois mil e vinte quatro, às 14h, horário de Manaus, na Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, por meio de videoconferência e presencialmente, teve início Defesa de Tese de Doutorado da dicente Elizângela de Almeida Silva, do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia PPGEDA, Associação Plena em Rede, Turma 2020, do Polo Manaus, vinculado à Linha de Pesquisa 2 POLITICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS (GESTÃO, FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO), orientado pela Prof.ª Dr.ª Armanda Rachel Botelho Mourão. A comissão Examinadora para avaliar o estudo e pesquisa da dicente, com o trabalho de tese intitulado: "A produção da existência em Comunidades Quilombolas do Amazonas: processos educativos e resistência cultural às margens do Rio Andaraí, Barreirinha" foi composta, segundo o que determina o Regimento do PPGEDA, pelos docentes Prof.ª Dr.ª Armanda Rachel Botelho Mourão (Orientadora Presidente /UFAM), Prof. Dr. Doricleison do Socorro Rodrigues (Membro Interno/UFPA), Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel (Membro Interno/UNIR), Prof.ª Dr.ª Lia Triba (Membro Externo/UFF), Prof.ª Dr.ª Elizandra Garcia da Silva (Membro Externo/UFF), Prof.ª Dr.ª Jônise Nunes Santos (Membro Externo/UFAM). A presidente da comissão examinadora, Prof.ª Dr.ª Armanda Rachel Botelho Mourão, iniciou a abertura aos trabalhos de defesa da tese agradecendo aos colegas da banca e a todos os colegas participantes. Em seguida, como a regulamentação do Regimento do PPGEDA a doutoranda fez uma breve explanação de sua tese. Após esse momento a palestra foi direcionada à cada membro da Banca Examinadora para análises e arguições. A doutoranda comentou e respondeu as questões formuladas pela banca examinadora. Logo após, reuniu-se a Comissão Examinadora para proceder ao processo de avaliação, sendo atribuído o parecer de **APROVADA**, tendo a candidata o prazo de 30 dias para realizar as correções solicitadas e a entrega da versão final. O não cumprimento dos prazos resulta na não expedição do diploma, sendo mais havendo a tratar a Presidente da Comissão Examinadora deu por encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata, devidamente assinada pelo Presidente e examinadores.

### MEMBROS DA BANCA

Prof.ª Dr.ª Armanda Rachel Botelho Mourão (Orientadora Presidente) - UFAM/PPGEA  
Prof. Dr. Doricleison do Socorro Rodrigues (Membro Interno) - UFPA  
Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel (Membro Interno) - UNIR  
Prof.ª Dr.ª Lia Triba (Membro Externo) - UFF  
Prof.ª Dr.ª Elizandra Garcia da Silva (Membro Externo) - UFF  
Prof.ª Dr.ª Jônise Nunes Santos (Membro Externo) - UFAM

Manaus, 27 de março de 2024.

Documento assinado eletronicamente  
LAURENUS TRIBE  
CPF: 01633941040 em 02/04/2024  
Verifique em <https://seil.ufam.edu.br>

Documento assinado eletronicamente por Doricleison do Socorro Rodrigues, Usuário Externo, em 02/04/2024, às 09:46, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por Elizângela de Almeida Silva, Usuário Externo, em 09/04/2024, às 15:36, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

[https://seil.ufam.edu.br/seil/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=2190804&infra\\_sist...](https://seil.ufam.edu.br/seil/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2190804&infra_sist...) 1/2

14/05/2024, 00:25

SEI/UFAM - 1964377 - Ata de Defesa

Documento assinado eletronicamente por Jônise Nunes Santos, Professor do Magistério Superior, em 09/04/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO CARLOS MACIEL, Usuário Externo, em 13/04/2024, às 10:01, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por Armanda Rachel Botelho Mourão, Professor do Magistério Superior, em 17/04/2024, às 13:08, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por ELIZANDRA GARCIA DA SILVA, Usuário Externo, em 22/04/2024, às 17:50, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seil.ufam.edu.br/seil/controlador\\_publico.php?acao=documento\\_verificar&id\\_documento=2190804&infra\\_sist...](https://seil.ufam.edu.br/seil/controlador_publico.php?acao=documento_verificar&id_documento=2190804&infra_sist...) informando o código verificador 1964377 e o código CRC 0A2EB274.

Avenida General Rodrigo Otávio, 6200 - Bairro Corado | Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Telefone: (82) 3305-1181  
CEP 69080-900, Manaus/AM,

Referência: Processo nº 23105.040334/2022-10 SEI nº 1964377

[https://seil.ufam.edu.br/seil/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=2190804&infra\\_sist...](https://seil.ufam.edu.br/seil/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2190804&infra_sist...) 2/2

## DEDICATÓRIA

*À minha filha Iza Emanuela Silva, à  
minha mãe Dinalva Almeida, ao meu  
pai Clemilton Silva, aos meus irmãos  
Elton Almeida, Ediney Almeida,  
minhas sobrinhas Vitória e Francimara  
Almeida e meu amor eterno Niccoly  
Almeida (in memorian)*

*Em nome de Júlio Salas (in memorian),  
dedico a todas as pessoas que fizeram  
parte da minha vida e foram vítimas  
fatais da COVID-19*

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Amazonas e à Universidade Federal do Pará, por tanto conhecimento compartilhado e tantas experiências incríveis, ao longo do processo de doutoramento.

Agradeço imensamente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mais uma vez pela orientação e formação política, por todo incentivo dado ao longo dos últimos vinte e um anos da minha vida. À União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO), entidade responsável pelas minhas escolhas acadêmicas desde à especialização até o doutorado.

Agradeço aos professores e às professoras que me acompanharam na vida no processo de doutoramento, pelas orientações e conhecimentos partilhados. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Arminda Mourão, minha orientadora, uma mulher brilhante, singular nos seus posicionamentos, foi e é um ícone político e intelectual, não a toa estivemos juntas na graduação, no mestrado, no doutorado e em várias lutas sociais ao longo desses anos, meu carinho, respeito e admiração serão eternos.

Agradeço o Professor Doutor Antônio Carlos Maciel, pelas aulas sobre método, politecnicidade, educação integral, teorias do conhecimento e por me apresentar o CIEPES, um Grupo de Estudo muito organizado e que fez a diferença num período sombrio em que estávamos trancafiados, mas aproveitamos para estudar muito e nos divertimos à distância por muitas sextas, gratidão!

Muito obrigada à minha família Almeida, à minha linda menina Iza Emanuela e minha nora Morgana Sgarioni, filhas que cuidam de mim e me fazem bem diante de tanto trabalho e solidão.

Agradeço enormemente aos amigos e às amigas de Manaus, Parintins, Barreirinha, Comunidade Quilombola do Matupiri. Às Famílias da Jomara Costa e Bruno Carvalho que me abraçaram como uma filha na Ilha da Magia, Fellipe Pontes pela companhia, conversas e cuidados.

E por fim quero agradecer em especial Iraci Uchôa, Márcio Santos, Débora Oliveira, com quem compartilho momentos incríveis desde o mestrado até os dias atuais do doutorado, juntas somos imbatíveis.

## EPÍGRAFE

Consciência Negra  
Boi Garantido  
Paulinho DU Sagrado (2017)

A consciência negra  
A bela arte negra  
A ciência negra  
A ascensão dos negros  
É história, é memória praticada  
No Mocambo ou refúgio, o sofrimento a superar  
Escravos livres, libertos, esquecimento  
Ocultamento, o silêncio no Amazonas a esvaziar  
Toda visão do desencanto n'alma negra  
Foi a rebeldia à autonomia de um lar  
A resistência é uma luta permanente  
Por espaço mais decente no direito a se igualar  
(...)  
A liberdade é um valor da identidade  
A qualidade dessa raça, a negritude de viver  
Expresso canto e suas danças no batuque  
Da marimba, da viola e do xequerê  
Derruba mastro colorido na festança  
Reza a São Benedito a interceder nesse viver  
Dança o lundu, o carimbó ralentado  
Pitiú do Ver-o-Peso faz Dona Onete se inspirar  
Ainda assim o preconceito reproduz tanto defeito  
Até aonde a tolerância não há  
Afirmação da identidade é o caminho que exalta os negros do meu boi-bumbá  
O hip-hop, a capoeira, o berimbau na cachoeira  
São andanças desse povo no alegrar  
O meu destino é o bem de um menino  
Sou filho de Catirina o qual nunca se ouviu falar  
A expressão maior não se contém naquela carta de alforria e o respeito limitar  
O negro é conceito escrito e irrestrito  
Na pele, nos olhos e na alma brasileira

## RESUMO

A tese articula-se à Linha de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). A pesquisa em tela tem por objetivo explicar como a produção da existência, enquanto processo material de produção da formação humana cria processos educativos de resistência cultural nas Comunidades Quilombolas do Rio Andirá. O eixo articulador da pesquisa se configura na conexão entre as categorias Produção da existência; Trabalho; Cultura; Quilombolas e Educação. O processo de formação humana configura-se pelo intercâmbio da produção da existência enquanto materialidade de vida, dessa forma a tese sinaliza que a Educação Escolar Quilombola enquanto política pública de igualdade racial tem se efetivado na Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri, no município de Barreirinha, demonstrando que a luta e resistência do movimento social negro no Amazonas se apresenta historicamente como basilar no cumprimento da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, tendo a Educação Escolar Quilombola como diretriz institucional que valoriza essa cultura em territórios tradicionais. A escola exerce a função social de garantir o direito à educação, todavia, há contradições na apresentação de alternativas curriculares que partem de um sistema de ensino que delinea um movimento na contramão da resistência cultural e de uma educação emancipadora. A formação humana do ponto de vista histórico articula-se com uma pedagogia crítica que dialogue com as dimensões da vida material, cultural, econômica e política contrapondo-se à lógica do Capital. Para contextualizar a pesquisa, apresentamos no primeiro momento a concepção de homem em Marx, seguida das categorias trabalho, alienação, reificação e luta de classes (MARX e ENGELS, 1998; SAVIANI, 2012), explica a relação cultura e humanização (VIANA, 2018; GRAMSCI, 2002) e descreve sobre o contexto histórico do trabalho no desenvolvimento dos quilombos no Brasil, a relação de determinados grupos sociais e a estrutura de superioridade política, histórica e econômica imposta pelo modo de produção capitalista (MUNANGA, 1996; MOURA, 2014; MANOEL, 2020; IANNI, 1972). No segundo momento, consideramos a importância do trabalho na formação cultural das comunidades quilombolas no Brasil e um delineamento sobre a formação das comunidades quilombolas na Amazônia, além de um estudo sobre o processo material de formação humana, ou seja, como se dá a produção da existência no território quilombola do Rio Andirá, mais especificamente na Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri (SAMPAIO, 2011; CAVALCANTE, 2015; RANCIARO, 2016), por meio das definições dos conceitos de trabalho e cultura, a partir de um referencial teórico marxista. No terceiro momento, apresentaremos a materialidade do trabalho como princípio educativo na educação quilombola (SAVIANI, 2003; MACIEL E BRAGA, 2007; MALACHEN, 2015; ALMEIDA, 2019; MÉSZÁROS, 2008). Para o processo analítico, utilizamos procedimentos advindos do método de formação acadêmica histórico-crítico (MACIEL, BRAGA, 2008), e do Materialismo histórico-dialético (NETTO, 2011), como referenciais epistêmicos dos dados bibliográficos e documentais. A tese direciona para uma análise crítica da realidade social e humana, que supere a aparência e o falseamento da história, considerando o pensamento marxista de que a razão em si, sempre caminhou com elementos de emancipação, e que é possível a partir dessa teoria pensar alternativas à dominação racial-classista que historicamente vitima o povo negro trabalhador.

**Palavras-chave:** Produção da existência; Trabalho; Cultura; Quilombolas, Educação.

## ABSTRACT

The thesis is articulated with the Research Line State, Public Policies and Education Management of the Graduate Program in Education in the Amazon (PGEDA). The research in question aims to explain how the production of existence, as a material process of production of human formation, creates educational processes of cultural resistance in the Quilombola Communities of the Andirá River. The articulating axis of the research is configured in the connection between the categories Production of existence; Work; Culture; Quilombolas and Education. The process of human formation is configured by the exchange of the production of existence as a materiality of life, in this way the thesis signals that Quilombola School Education as a public policy of racial equality has been effective in the Quilombola Community Santa Tereza do Matupiri, in the municipality of Barreirinha, demonstrating that the struggle and resistance of the black social movement in Amazonas is historically presented as basic in the fulfillment of Law 10.639/2003, which mandates the teaching of African and Afro-Brazilian culture in schools, with Quilombola School Education as an institutional guideline that values this culture in traditional territories. The school exercises the social function of guaranteeing the right to education, however, there are contradictions in the presentation of curricular alternatives that start from a teaching system that outlines a movement against cultural resistance and an emancipatory education. Human formation from the historical point of view is articulated with a critical pedagogy that dialogues with the dimensions of material, cultural, economic and political life, opposing the logic of Capital. To contextualize the research, we first present Marx's conception of man, followed by the categories of work, alienation, reification and class struggle (MARX and ENGELS, 1998; SAVIANI, 2012), explains the relationship between culture and humanization (VIANA, 2018; GRAMSCI, 2002) and describes the historical context of work in the development of quilombos in Brazil, the relationship between certain social groups and the structure of political, historical and economic superiority imposed by the capitalist mode of production (MUNANGA, 1996; MOURA, 2014; MANOEL, 2020; IANNI, 1972). In the second moment, we consider the importance of work in the cultural formation of quilombola communities in Brazil and a delineation on the formation of quilombola communities in the Amazon, in addition to a study on the material process of human formation, that is, how the production of existence occurs in the quilombola territory of the Andirá River, more specifically in the Quilombola Community Santa Tereza do Matupiri (SAMPAIO, 2011; CAVALCANTE, 2015; RANCIARO, 2016), through the definitions of the concepts of work and culture, based on a Marxist theoretical framework. In the third moment, we will present the materiality of work as an educational principle in quilombola education (SAVIANI, 2003; MACIEL AND BRAGA, 2007; MALACHEN, 2015; ALMEIDA, 2019; MÉSZÁROS, 2008). For the analytical process, we used procedures derived from the historical-critical academic training method (MACIEL, BRAGA, 2008), and from historical-dialectical materialism (NETTO, 2011), as epistemic references of bibliographic and documentary data. The thesis leads to a critical analysis of social and human reality, which overcomes the appearance and falsification of history, considering the Marxist thought that reason itself has always walked with elements of emancipation, and that it is possible from this theory to think alternatives to the racial-class domination that historically victimizes the black working people.

**Keywords:** Production of existence; Work; Culture; Quilombolas, Education.

## RESUMEN

La tesis se articula con la Línea de Investigación Estado, Políticas Públicas y Gestión de la Educación del Programa de Posgrado en Educación en la Amazonía (PGEDA). La investigación tiene como objetivo explicar cómo la producción de la existencia, como proceso material de formación humana, crea procesos educativos de resistencia cultural en las Comunidades Quilombolas del Río Andirá. El eje articulador de la investigación se configura en la conexión entre las categorías Producción de la existencia; Trabajo; Cultura; Quilombolas y Educación. El proceso de formación humana se configura mediante el intercambio de la producción de la existencia como materialidad de vida, de esta manera, la tesis señala que la Educación Escolar Quilombola como política pública de igualdad racial se ha materializado en la Comunidad Quilombola Santa Tereza do Matupiri, en el municipio de Barreirinha, demostrando que la lucha y la resistencia del movimiento social negro en el Amazonas se presentan históricamente como fundamentales en el cumplimiento de la Ley 10.639/2003, que exige la enseñanza de la cultura africana y afrobrasileña en las escuelas, teniendo la Educación Escolar Quilombola como directriz institucional que valora esta cultura en territorios tradicionales. La escuela ejerce la función social de garantizar el derecho a la educación; sin embargo, hay contradicciones en la presentación de alternativas curriculares que parten de un sistema educativo que va en contra de la resistencia cultural y de una educación emancipadora. La formación humana desde el punto de vista histórico se articula con una pedagogía crítica que dialoga con las dimensiones de la vida material, cultural, económica y política contraponiéndose a la lógica del capital. Para contextualizar la investigación, presentamos en primer lugar la concepción del hombre en Marx, seguida de las categorías trabajo, alienación, reificación y lucha de clases (MARX y ENGELS, 1998; SAVIANI, 2012), explicamos la relación entre cultura y humanización (VIANA, 2018; GRAMSCI, 2002) y describimos el contexto histórico del trabajo en el desarrollo de los quilombos en Brasil, la relación de ciertos grupos sociales y la estructura de superioridad política, histórica y económica impuesta por el modo de producción capitalista (MUNANGA, 1996; MOURA, 2014; MANOEL, 2020; IANNI, 1972). En segundo lugar, consideramos la importancia del trabajo en la formación cultural de las comunidades quilombolas en Brasil y un delineamiento sobre la formación de las comunidades quilombolas en la Amazonía, además de un estudio sobre el proceso material de formación humana, es decir, cómo se da la producción de la existencia en el territorio quilombola del Río Andirá, más específicamente en la Comunidad Quilombola Santa Tereza do Matupiri (SAMPAIO, 2011; CAVALCANTE, 2015; RANCIARO, 2016), a través de las definiciones de los conceptos de trabajo y cultura, basados en un marco teórico marxista. En tercer lugar, presentaremos la materialidad del trabajo como principio educativo en la educación quilombola (SAVIANI, 2003; MACIEL y BRAGA, 2007; MALACHEN, 2015; ALMEIDA, 2019; MÉSZÁROS, 2008). Para el proceso analítico, utilizamos procedimientos derivados del método de formación académica histórico-crítico (MACIEL, BRAGA, 2008), y del Materialismo histórico-dialéctico (NETTO, 2011), como referencias epistémicas de los datos bibliográficos y documentales. La tesis apunta hacia un análisis crítico de la realidad social y humana, que supere la apariencia y la falsificación de la historia, considerando el pensamiento marxista de que la razón en sí misma siempre ha avanzado con elementos de emancipación, y que es posible, a partir de esta teoría, pensar alternativas a la dominación racial y clasista que históricamente victimiza al pueblo negro trabajador.

**Palabras clave:** Producción de la existencia; Trabajo; Cultura; Quilombolas; Educación.

## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	Vista aérea da Cidade de Barreirinha.....	81
IMAGEM 2	Orla de Barreirinha no período da cheia dos rios .....	81
IMAGEM 3	Orla de Barreirinha no período da seca dos rios .....	81
IMAGEM 4	Orla do Pucu.....	86
IMAGEM 5	Casa na comunidade do Matupiri.....	88
IMAGENS:6/7	Igrejas .....	96
IMAGENS:8/9	Lazer na comunidade festival de verão .....	97
IMAGENS 10/11	Casas da Comunidade .....	98
IMAGENS 12/13/14	Casa de farinha comunitária .....	101
IMAGENS 15/16	Processos educativos fora dos muros da escola .....	113
IMAGENS 17/18	Escolas Quilombolas do Matupiri .....	114

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b>	Comunidades Quilombolas certificadas no Brasil .....	74
<b>GRÁFICO 2</b>	Internações hospitalares em Barreirinha .....	85
<b>GRÁFICO 3</b>	População Quilombolas no Amazonas.....	89

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Características gerais do município de Barreirinha .....	83
<b>Tabela 2</b>	Composição econômica de 2010 a 2022 .....	83
<b>Tabela 3</b>	Distritos de Barreirinha .....	83

## LISTA DE SIGLAS

<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
<b>RTID</b>	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>UNIBRIA</b>	Fábrica de brinquedos de madeira
<b>ENPOBAE</b>	Exposição Agropecuária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>SEÇÃO I A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA HUMANA: TRABALHO E CULTURA</b> .....	24
1.1 O homem e a produção da sua existência à luz da teoria marxista.....	24
1.1.2 Trabalho, Cultura e humanização em Marx.....	47
1.3 Formação das comunidades quilombolas no Brasil.....	57
1.3.1 A importância do trabalho na formação cultural das comunidades quilombolas no Brasil .....	64
1.3.2 O trabalho e a formação das comunidades quilombolas na Amazônia.....	70
<b>SEÇÃO II A FORMAÇÃO CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS À MARGEM DO RIO ANDIRÁ</b> .....	77
2.1 A Formação social, histórica e cultural de Barreirinha .....	77
2.2.1 Estrutura social e processos de produção da existência.....	90
2.2.1.1 Sistema simbólico: a construção religiosa, os valores éticos, valores estéticos e as construções mítico-ideológicas .....	92
2.2.1.2 A organização social, a arquitetura e a estrutura territorial da comunidade de Santa Tereza do Matupiri .....	97
<b>SEÇÃO III A MATERIALIDADE DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA</b> .....	101
3.1 Trabalho educativo como prática social no Matupiri .....	102
3.1.1 Educação Quilombola, Educação Escolar Quilombola e a realidade sociocultural ...	112
3.2 Políticas públicas: análise dos processos educacionais de resistência quilombola em Barreirinha.....	117
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA</b> .....	123
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	128
<b>ANEXOS</b>	130
<b>APÊNDICES</b>	137

## INTRODUÇÃO

A pesquisa objetivou analisar a produção da existência em Comunidades Quilombolas do Amazonas, a partir dos processos educativos e de resistência cultural às margens do Rio Andirá, em Barreirinha no Amazonas. O locus de investigação é caracterizado pela simplicidade acolhedora dos moradores, de suas casas em meio à Floresta Amazônica, banhado pelo conhecido Andirá, rio brabo com uma paisagem estonteante, muitas praias, considerado de água preta, é um dos principais afluentes do Rio Amazonas e um dos mais importantes da Bacia Amazônica. Com a estiagem do ano de 2022, seu cenário foi afetado, transformou-se num córrego com terras rachadas devido à falta de água o que afetou diretamente o tráfego de barcos, sendo possível somente embarcações pequenas.

A investigação pautou-se em explicar a produção da existência, enquanto processo material de produção da humanidade humana, para obter subsídios teóricos que ajudassem na compreensão do contexto histórico dos quilombos do Brasil e a produção dessas existências quilombolas por meio de processos produtivos, educativos e culturais. A partir disso, propôs uma análise das perspectivas da resistência cultural da Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri, localizada às margens do Rio Andirá.

A metodologia se deu a partir de um referencial teórico marxista que pudesse fundamentar e contextualizar a produção da existência na Comunidade do Matupiri. Nos apoiamos no materialismo histórico-dialético enquanto “concepção materialista da história” a qual traz as seguintes conotações de acordo com Bottomore (1970, p. 404):

(a) a negação da autonomia, e portanto, do primado, das ideias na vida social; (b) o compromisso metodológico com a pesquisa historiográfica concreta, em oposição à reflexão filosófica abstrata; (c) a concepção da centralidade da práxis humana na produção e reprodução da vida social e, em consequência disso, (d) a ênfase na significação do trabalho enquanto transformação da natureza e mediação das relações sociais, na história humana; (e) a ênfase na significação da natureza para o homem.

Nessa perspectiva, utilizamos o método de formação acadêmica histórico-crítica (MACIEL, BRAGA, 2008), para o levantamento e seleção das obras de autores clássicos e contemporâneos que fundamentaram a proposta de investigação, construímos o estado da arte da pesquisa para nos certificarmos o que havia, enquanto produção científica sobre o objeto em estudo. Recorremos a fontes variadas para construção de um referencial teórico metodológico e analítico, enquanto fontes epistêmicas que embasassem uma análise mais aprofundada dos dados bibliográficos e documentais a fim de considerarmos ao máximo as dimensões da proposta.

De acordo com Luna (2011, p. 14-15),

Reconhece-se, hoje, que a metodologia não tem *status* próprio, precisando ser definida em um contexto teórico-metodológico. [...] Abandonou-se a ideia de que faça qualquer sentido discutir metodologia fora de um quadro de referência teórico que, por sua vez, é condicionado por pressupostos epistemológicos. [...] nesse contexto o papel do pesquisador passa a ser o de um *intérprete* da realidade pesquisada, segundo os instrumentos conferidos pela sua postura teórico-epistemológica. [...] Essencialmente, pesquisa visa a produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno.

Luna foi essencial para compreendermos uma concepção mais concisa sobre o planejamento da pesquisa e as tomadas de decisões, desde a conceituação, passando pelo problema de pesquisa, seleção dos procedimentos de coleta de informações, tratamentos dos dados e organização do texto. Assim, suas contribuições foram consideradas no referencial metodológico da pesquisa em tela, porque entendemos que a realidade a ser interpretada, o objeto a ser desvelado, traz conhecimento novo, preenche lacunas e traz respostas à questões sociais.

Quanto aos procedimentos da pesquisa de campo, prezamos para que fosse criteriosamente construída, respeitando as autorizações necessárias tanto pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGDA/UFAM/UFPA), quanto pelos órgãos, instituições, associações e

sujeitos, que precisarão ser acionados para validar a investigação a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Não pudemos desconsiderar que no processo de pesquisa com seres humanos poderia vir a ocorrer riscos, pois não há pesquisas envolvendo seres humanos com risco zero, então ficamos atentos a toda e qualquer situação que porventura pudesse trazer prejuízos de ordem psicológica, física, material e imaterial, tais como: constrangimento ou alteração de comportamento durante a gravação de áudio, cansaço ou aborrecimento ao responder os instrumentos de coletas de dados ou quebra de sigilo por envolver entrevista e gravação de áudio.

Nesse sentido, seguimos a orientação da resolução 466/12, na qual o pesquisador se responsabiliza pelo encaminhamento e acompanhamento do participante a consultas com médicos especialistas e psicólogos, além de ressarcimento para cobrir possíveis despesas feitas por conta da pesquisa e/ou decorrentes dela, será assegurado também o direito a indenizações e cobertura para reparação a dano causado pela pesquisa.

Um outro aspecto resguardado foi o protocolo de biossegurança, enquanto medida operacional imperiosa diante da pandemia SARS-Cov-2. Para isso, adotamos todas as medidas como necessárias ao período, como a utilização de álcool em gel e uso de máscaras protetoras faciais imprescindíveis ao gerenciamento e prevenção das atividades necessárias para construção da pesquisa, com o objetivo de minimizar prejuízos e potenciais riscos, além da preocupação em prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e de todas as pessoas envolvidas na pesquisa.

Para concretizarmos os estudos e análises trouxemos os objetivos específicos como norte para construção das três sessões, com suas devidas subseções. A pesquisa histórico-documental se deu por meio de busca minuciosa em arquivos históricos e museus, além de referenciais nacionais e internacionais adotados para formulação do problema de pesquisa com mais prioridade, para isso nos orientamos na análise histórico-crítica.

A tese articulou-se à Linha de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), a partir do eixo articulador da pesquisa que se configurou relacionando as categorias Produção da existência, Trabalho, Cultura, Quilombolas e Educação.

Na primeira seção contextualizamos a produção da existência humana, por meio das definições dos conceitos de trabalho e cultura, a partir de um referencial teórico marxista. Em vista disso, propomos uma discussão sobre a concepção de homem em Marx, seguida das categorias trabalho, alienação, reificação e luta de classes. Procuramos explicar a relação cultura e humanização em Marx.

Ressaltamos que a concepção de trabalho em Marx, não é pensada da forma como está posta no âmbito da economia política, ele pensará o trabalho de uma maneira muito mais ampla e muito mais radical, considerando a definição de radical como “tomar as coisas pela raiz” e para o homem a raiz é o próprio homem. Marx tomará o trabalho a partir de uma ótica radical, ele vai desenvolver uma concepção nitidamente antropológica, no sentido da centralidade do antropos, ele dirá que o homem é uma constante tensão entre o seu ser genérico humano e a sua singularidade. Esta singularidade imediata que nos constitui e que é insuprimível, eu não sou o outro, e essa singularidade empírica e imediata que não se consegue eliminar, só se transcende e se resolve na genericidade humana, ou seja, eu sou eu, mas não sou apenas eu. (NETTO, 2011)

Marx desenvolveu uma concepção teórico-metodológica sobre a condição de classe, e parte de um conjunto articulado de elucidações acerca de um objeto determinado, que é a sociedade burguesa. Para ele, as perspectivas sobre o homem, o trabalho e a cultura são históricos, e acrescenta ainda, que o dinamismo é um movimento que permeia toda a realidade material e que o ser é um campo de contradições, conflitos e confrontos, ou seja, um movimento com colisões.

Compreender a concepção de homem e a produção da sua existência em Marx, é pressuposto fundamental para apreensão dos processos que nos

tornam seres sociais e integradores de relações sócio-históricas determinadas. A essência humana, nesse sentido, é produzida pelo próprio homem, e não está relacionada às ideias abstratas ou metafísicas de um ideal ser humano, mas a partir de seres reais, que de acordo com a concepção materialista possuem necessidades primárias como comer, beber, amar, se reproduzir, se proteger etc. Em Manuscritos de 1844 (1996, p.171), Marx enfatiza que

a fome é uma necessidade natural; para se satisfazer, para se apaziguar, ela tem a necessidade da natureza, de um objeto exterior. A fome é a necessidade material de meu corpo, a necessidade que ele prova de um objeto situado fora dele, que é necessário para completá-lo e manifestar seu ser.

O princípio que define a existência humana em Marx é a capacidade de mudança, ou seja, o ser humano é a única espécie viva que modifica o seu modo de existência e o seu modo de reprodução ao longo da história. O que define o homem existencialmente é essa substância humana de natureza dinâmica, definida pelas dimensões histórica e a prática social, as quais determinam sua essência como ser objetivo, com materialidade viva e em plena atividade humana, ou seja, atividade objetiva.

No terceiro momento da primeira seção abordamos sobre a formação das comunidades quilombolas no Brasil e na Amazônia, reiterando que todos os tópicos apontam para uma elaboração que discorre sobre o processo material e histórico de formação humana e desenvolvimento da vida.

Os quilombos tanto na colônia quanto no império, foram espaços construídos pelos escravizados africanos e afro-brasileiros que sofriam violentamente com a repressão do aparelho de Estado escravista. Para Munanga e Gomes (2006) a palavra 'Kilombo' é procedente da língua banto 'umbundo', falada pelo povo 'ovimbundo' e faz referência a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Federativa do Congo (antigo Zaire) e Angola.

A defesa contra as formas variadas de torturas e as péssimas condições de sobrevivência fazia com que se organizassem permanentemente na busca pela liberdade e longe do processo desumanizador da escravidão. No espaço dos quilombos, os negros reuniam-se e conseguiam levar uma vida livre, longe das condições subumanas e alienadas a que estavam sujeitos. Moura (2014, 163 e 164), afirmava que:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se revoltava o próprio sujeito que a sustentava. [...] O quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente.

Os quilombos são registrados historicamente desde o século XVI, uma característica importante foram suas alianças com grupos sociais oprimidos, realizavam um escambo permanente para garantir o que necessitavam, principalmente armas e pólvoras. No seu desenvolvimento interno fabricavam lanças, arcos, flechas e demais objetos bélicos, no processo produtivo desenvolveram metalurgia, artesanatos, tecelagem e ações para alimentar e manter sua população.

A Amazônia com sua dimensão internacional expressa-se significativamente por meio do fato de possuir a maior bacia hidrográfica do mundo, uma riquíssima biodiversidade, maior floresta tropical, enfim, seu biosistema incomparável, coloca essa região num patamar prioritário, principalmente com tantas mudanças bruscas acontecendo no nosso ecossistema. Essa realidade complexa necessita ser sistematicamente observada e estudada na sua totalidade, pretendemos aqui relacionar o conceito de trabalho escravizado, a expressão econômica e a historiografia

que traz como contradição, uma Amazônia periférica, principalmente no período de colonização e escravização de seres humanos. Alencastro (2000, p. 141) considera que:

Na Amazônia, onde a colonização camponesa não integrava o quadro de opções definidas pela Coroa e pelo capitalismo comercial português, o incremento da agricultura de exportação vem acoplado com as primeiras operações de trato negreiro. Para enlaçar a Amazônia à metrópole, as autoridades deviam primeiro até-la ao mercado africano. Iniciativas locais, estimuladas pelo exemplo do trato negreiro para o Estado do Brasil, já tomavam essa direção. De fato, a Câmara de São Luiz solicitava em 1665 escravos de Angola e Guiné para a cultura de suas fazendas e engenhos. Provisão régia de 1672 dá aos moradores um desconto de dois terços nos direitos de entrada dos escravos angolanos importados no Maranhão.

A historiografia aponta um movimento escravista na Amazônia, os estudos sobre a contribuição histórica do negro na Amazônia vêm avançando nos últimos anos. Algumas produções têm se dedicado às análises que apontam a participação efetiva afrodescendentes e suas heranças culturais na constituição de comunidades remanescentes quilombolas, dentre outras temáticas extremamente importantes e necessárias para a compreensão das relações etnicorraciais na região e para o fortalecimento do combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito em nossa sociedade. Mas, apesar dos avanços, as lacunas ainda são muitas, a invisibilidade e o silenciamento são fatores que interferem negativamente para o avanço das políticas efetivas de promoção da igualdade racial. (Silva e Mourão, 2018).

Na visão de, p.8):

Em se tratando de Amazônia e, mais particularmente, do Amazonas, estamos diante de um tema muito pouco frequentado pelos estudiosos. Um silêncio persistente que insiste em apagar memórias, histórias e trajetórias de populações muito diversificadas que fizeram dessa região seu espaço de luta e de sobrevivência. Esta é uma dívida de muitas gerações que ainda reclama sua paga.

Sampaio aponta a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre o Amazonas, a pesquisadora tem se empenhado tanto em investigar e escrever sobre a historiografia dos afrodescendentes, como fomentar e

orientar grupos de estudiosos, professores e o próprio movimento negro, à indagações, reflexões e produções acadêmicas comprometidas em revelar a presença negra na Amazônia.

Na segunda seção, contextualizamos a formação cultural das comunidades quilombolas às margens do Rio Andirá, para isso adentramos num breve histórico sobre o município de Barreirinha. Abordamos a formação social, econômica, histórica e cultural, enquanto uma cidade da região amazônica, com seus elementos históricos significativos, fundação, população, presença de povos tradicionais, exploração e desenvolvimento, a partir da leitura teórico-analítica e da experiência vivenciada tanto em Barreirinha, enquanto microrregião de Parintins, como também as idas e vindas à Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri.

Do ponto de vista da estrutura local da cidade, nos deparamos com uma arquitetura composta por ruas direcionadas à orla da cidade, onde encontra-se o Porto, característica de muitos municípios do Amazonas, projetados para serem vistos de longe. Optou-se por morar na região da pesquisa por um ano, a fim de experienciar o que de fato acontece no cotidiano dos sujeitos desses lugares, mais especificamente, nos municípios de Parintins, Barreirinha e da Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri.

A Comunidade do Matupiri está localizada à margem esquerda do Rio Andirá, a uma distância de aproximadamente 23 km da sede de Barreirinha e é uma das cinco comunidades que compõem o Território Quilombola do Andirá com 1.855 pessoas, as quais, segundo o IBGE/2022, se autodenominam quilombolas, também conta com um número de 500 famílias segundo os dados obtidos pela Prefeitura de Barreirinha, o acesso ao local a partir de Barreirinha é via fluvial, leva em torno de duas horas de barco e 40 minutos de lancha.

Nossa proposta parte do princípio de que, pela perspectiva marxista, o homem tem duas atividades fundamentais, a de produção e reprodução, sem elas o homem deixaria de existir. Se o homem não produzir a sua alimentação, a humanidade acabaria rapidamente e se ele não se reproduzir

biologicamente, também deixaria de existir. Ou seja, produção da existência se dá quando o homem produz materialmente o que necessita para sobreviver, mas também, na reprodução cultural, pois é aí que ele justifica essa existência, e ele fará isso por meio da religiosidade, da educação, dos laços sociais, dos laços culturais, dos laços familiares, das festas, da criação de símbolos, então, são esses elementos que compõem a produção da existência. Engels (1884, p.12) – em *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, analisa que

Segundo a concepção materialista, o fator determinante, em última instância, na história é a produção e a reprodução da vida imediata que, no entanto, se apresenta de duas formas. De um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para isso. De outro lado, a produção do mesmo homem, a reprodução da espécie.

Ao adentrar na pesquisa de campo buscamos desvelar esta realidade, observando os detalhes que compõem o modo de vida desses sujeitos, para então compreendermos como a produção da existência acontece na Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri. Metodologicamente utilizamos o survey multifatorial para capturar os detalhes que constituem a produção e reprodução da vida nesse espaço amazônico. O objetivo é para além de apresentar os limites geográficos, demonstrar os limites reais de vida, nos quais as pessoas estão em interação social e cultural, o que faz com que esses sujeitos produzam no mesmo lugar o cultivo de plantações para a alimentação, reiteramos que na concepção que adotamos não se trata de um amontoado natural, inativo, entregue à vontade desses sujeitos, mas está ligado à totalidade concreta dessa realidade, e é nesse mundo exterior sensível que o trabalho se efetiva, e os quilombolas do Matupiri se efetivam nesse trabalho.

O processo de formação humana configurou-se pelo intercâmbio da produção da existência enquanto materialidade de vida, dessa forma a tese sinaliza que a Educação Escolar Quilombola enquanto política pública de igualdade racial tem se efetivado na Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri, no município de Barreirinha, demonstrando que a luta e

resistência do movimento social negro no Amazonas se apresenta historicamente como basilar no cumprimento da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, tendo a Educação Escolar Quilombola como diretriz institucional que valoriza essa cultura em territórios tradicionais.

A escola exerce a função social de garantir o direito à educação, todavia, há contradições na apresentação de alternativas curriculares que partem de um sistema de ensino que delinea um movimento na contramão da resistência cultural e de uma educação emancipadora. A formação humana do ponto de vista histórico articula-se com uma pedagogia crítica que dialogue com as dimensões da vida material, cultural, econômica e política contrapondo-se à lógica do Capital.

Consideramos a materialidade do trabalho como princípio educativo na educação quilombola e para o processo analítico. A tese nos direciona para uma análise crítica da realidade social e humana, que supere a aparência e o falseamento da história, considerando o pensamento marxista de que a razão em si, sempre caminhou com elementos de emancipação, e que é possível a partir dessa teoria pensar alternativas à dominação racial-classista que historicamente vitima o povo negro trabalhador.

Em síntese, podemos inferir que a pesquisa teórica e todo o processo construído desde o cumprimento das disciplinas obrigatórias, que coincidiram exatamente com o período da pandemia de Covid-19, as aulas on line ou via Meet e Zoom, quando precisamos passar até de 8 a 12 horas de estudo em frente ao computador, o atraso na pesquisa de campo pelo fato de que somente com autorização podia-se adentrar o território quilombola, a falta de investimento na pesquisa pela ausência de bolsa de pesquisa e outros fatores burocráticos. A opção individual em ir morar numa localidade mais próxima ao lócus da pesquisa durante um ano e meio, com muitas idas e vindas que envolveram viagens de barco, lancha e avião, dentre tantas tantas vivências completamente diferenciadas da vida na capital, fez com que fosse reiterado o compromisso de uma devolutiva à sociedade, então compreendemos que não é possível uma práxis sem teoria e nem teoria sem práxis.

Isso implica uma ação prática orientada por objetivos fundamentados numa compreensão intelectual e conceitual de mundo, que necessita ser desenvolvida a partir de análise e investigação. Nosso compromisso será apresentar o trabalho intelectual como ferramenta para uma compreensão teórica das condições sociais, históricas e políticas que moldam as dimensões estudadas a partir da realidade concreta que deu subsídio à pesquisa. Almejamos que o trabalho possa fornecer um arcabouço conceitual e analítico, que sirva para compreender a natureza e as implicações das ações práticas no seio dos movimentos sociais, do poder público e da comunidade quilombola do Matupiri e que dialeticamente contribua de alguma forma para a transformação desta realidade concreta.

## SEÇÃO I

### A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA HUMANA: TRABALHO E CULTURA

*“Pode-se distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material”*

Marx e Engels

O objetivo desta seção é contextualizar a produção da existência humana, por meio das definições dos conceitos de trabalho e cultura, a partir de um referencial teórico marxista. No primeiro momento será discutida a concepção de homem em Marx, seguida das categorias trabalho, alienação, reificação e luta de classes. O segundo momento tem como finalidade explicar a relação cultura e humanização em Marx. No terceiro momento abordaremos sobre a formação das comunidades quilombolas no Brasil e na Amazônia, reiterando que todos os tópicos apontam para uma elaboração que discorre sobre o processo material e histórico de formação humana e desenvolvimento da vida.

#### **1.1 O homem e a produção da sua existência à luz da teoria marxista**

Para Karl Marx, a produção da existência é um conceito que ressalta a relevância das condições materiais, do trabalho e da produção econômica na formação da sociedade e da identidade humana. Suas análises apontam que a organização social, as relações de produção e a luta de classes cumprem papéis centrais na determinação das condições de existência das pessoas e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Marx (1818-1883), inspirou decididamente diversas áreas do conhecimento. Seus manuscritos são tidos como textos clássicos para disciplinas variadas como a Economia, a História, a Filosofia, a Ciência Política e, como não poderia deixar de ser, a Sociologia. Ele dedicou-se inicialmente à Filosofia e estudou o pensamento filosófico alemão, representado sobretudo por Friedrich Hegel; também estudou os chamados socialistas utópicos, como Charles Fourier e Saint-Simon; e os economistas Adam Smith e David Ricardo. Contou com a ajuda financeira do amigo Friedrich Engels (1820-1895), que pertencia a uma família de afortunados industriais de Manchester e era impressionado com as alarmantes condições de trabalho nas fábricas inglesas. (COMPARATO, 2010).

Marx desenvolveu uma concepção teórico-metodológica sobre a condição de classe, e parte de um conjunto articulado de elucidações acerca de um objeto determinado, que é a sociedade burguesa. Para ele, as perspectivas sobre o homem, o trabalho e a cultura são históricos, e acrescenta ainda, que o dinamismo é um movimento que permeia toda a realidade material e que o ser é um campo de contradições, conflitos e confrontos, ou seja, um movimento com colisões.

Compreender a concepção de homem e a produção da sua existência em Marx, é pressuposto fundamental para apreensão dos processos que nos tornam seres sociais e integradores de relações sócio-históricas determinadas. A essência humana, nesse sentido, é produzida pelo próprio homem, e não está relacionada às ideias abstratas ou metafísicas de um ideal ser humano, mas a partir de seres reais, que de acordo com a concepção materialista possuem necessidades primárias como comer, beber, amar, se reproduzir, se proteger etc. Em Manuscritos de 1844 (1996, p.171), Marx enfatiza que

a fome é uma necessidade natural; para se satisfazer, para se apaziguar, ela tem a necessidade da natureza, de um objeto exterior. A fome é a necessidade material de meu corpo, a necessidade que ele prova de um objeto situado fora dele, que é necessário para completá-lo e manifestar seu ser.

O princípio que define a existência humana em Marx é a capacidade de mudança, ou seja, o ser humano é a única espécie viva que modifica o seu modo de existência e o seu modo de reprodução ao longo da história. O que define o homem existencialmente é essa substância humana de natureza dinâmica, definida pelas dimensões histórica e a prática social, as quais determinam sua essência como ser objetivo, com materialidade viva e em plena atividade humana, ou seja, atividade objetiva.

Há muitas centenas de milhares de anos, numa época, ainda não estabelecida em definitivo, daquele período do desenvolvimento da terra que os geólogos denominam como terciário, [...] vivia uma raça de macacos antropomorfos extraordinariamente desenvolvida, eram totalmente cobertos de pêlos, tinham barba, orelhas pontiagudas, viviam nas árvores e formavam manada, os traços humanos eram sem dúvida relevantes e em decorrência dos modos de sobrevivência na vegetação nativa, os seres biológicos exerciam diferentes funções com os membros superiores e inferiores, e gradativamente, foram adaptando-se a uma posição ereta. (Engels, 1952).

Os antepassados ao erguerem-se no momento de colherem frutos com as mãos ou até empregarem outros instrumentos na coleta, assim como evoluírem no processo de defesa dos seus inimigos, renunciavam atividades decisivas para a mudança do macaco em homem, e fundamental para a modificação da natureza. De acordo com Engels (1952, s/p):

[...] posto que a posição ereta houvesse de ser para os nossos peludos antepassados primeiro uma norma e logo uma necessidade, daí se depreende que, naquele período, as mãos tinham de executar funções cada vez mais variadas. Mesmo entre os macacos já existe certa divisão de funções entre os pés e as mãos. [...] enquanto trepavam, as mãos eram utilizadas de maneiras diferentes que os pés. As mãos servem fundamentalmente para recolher e sustentar os alimentos, como o faz já alguns mamíferos com as suas patas dianteiras. Certos macacos recorrem às mãos para construir ninhos nas árvores; e alguns como o chimpanzé, chegam a construir telhados entre os ramos, para defender-se das inclemências do tempo. A mão lhes serve para empulhar um pedaço de pau, com o qual se defendem de seus inimigos, ou para bombardear com frutos e pedras. Quando se encontram prisioneiros, realizam com as mãos várias operações que copiam dos homens. Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos,

inclusive o antropeide mais superior, da mão do homem aperfeiçoada pelos milhares de anos. O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos nos macacos e nos homens, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco.

Na luta pela vida, novos conhecimentos para sustentação dela são construídos e concentrados ao longo da história. É a isso que nos referenciamos ao dizer que o ato da produção da existência material enquanto substância humana, está dado nos processos de transformação e adaptação da natureza às suas necessidades, isso somente é possível por meio do trabalho. Conforme Marx (2014, p 22), “foi a partir da interação do homem com a natureza que o trabalho se tornou instrumento de socialização e de cooperação social”, e, ao modificar a natureza por meio do trabalho, o homem a transforma e se constrói socialmente.

Então, “o primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material, e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história”. (MARX e ENGELS, 1998, p. 21). Para satisfazer necessidades o homem precisa trabalhar e através do trabalho ele desenvolve potencialidades, por ser condição natural da existência humana, enquanto houver seres biológicos e sociais, esta categoria existirá (MARX, 1983).

“O homem é em si uma relação entre sua singularidade e sua generalidade, mediada pela sua atividade vital que põe como objeto a natureza e todas as espécies, incluindo a espécie humana” (JÚNIOR E GONZÁLEZ, 2001, p. 18). Assim, o homem ao executar o trabalho transforma a si próprio, a natureza e as relações estabelecidas, no entanto, pode vir a se diferenciar de acordo com cada momento histórico da sociedade, tendo em vista que é no contexto histórico que as formas de operacionalização e as relações de produção são impulsionadas à uma busca incessante de sua realização.

Então, o que de fato determina os indivíduos humanos, é que os homens produzem seus meios de vida, condicionados por sua organização

corpórea e associados em agrupamentos (MARX, 2008). O diferencial do trabalho humano para o trabalho animal é que antes de executá-lo o homem idealiza e projeta; e, o animal, age instintivamente para sobrevivência de sua espécie, o trabalho apresenta-se como mediador no desenvolvimento histórico e social da humanidade, temos então a razão da natureza ontológica do trabalho, a qual remove a existência humana das terminações meramente biológicas.

“O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade” (LESSA, 2012, p.28). Podemos conferir em Leakey (1997, p.13) que “o homo erectus foi a primeira espécie humana a utilizar o fogo; a primeira a incluir a caça como parte significativa de sua subsistência; a primeira capaz de correr como os humanos modernos o fazem; a primeira a fabricar instrumentos de pedra de acordo com um padrão definidos; a primeira a estender seus domínios para além da África.

Saviani (2012, p.7) complementa “ocorreram duas ações ontológicas que caracterizam a transição do animal irracional para um ser historicamente social”. Para ele, a principal transposição ontológica está no evento modificação do ser inanimado para ser vivo, que se estabelece na passagem de conjuntos inertes em organismos vivos. A outra se dá na transformação do ser biológico em ser sociológico, capaz de integrar-se aos ambientes e modificá-los segundo seus interesses, dentre eles a cooperação, que é algo inerente à espécie humana, de tal modo que nasce a necessidade de sociedade e isso passa a ser não só um meio, mas torna-se um fim. (Marx, 1996).

Ao desenvolver essas necessidades como trabalho e cooperação ele torna-se um ser genuinamente humano, são essas características que distinguem a espécie humana das demais, até porque o ser humano é o único ser que antes de agir sinaliza uma finalidade, justamente por ter consciência do seu agir.

A existência empírica do homem é nítida na formulação de Marx e Engels (1998, p.10):

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica. A primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, as relações que ele gera entre ele e o restante da natureza.

Embora a produção da vida material sempre se imponha como necessidade primeira, inalienável da vida humana ela sempre será também uma configuração significativa da vivência e da sociabilidade humanas. A produção da vida material apresenta-se para o ser humano como ele a representa, ou seja, como ele a torna presente para si como realidade humana.

Um ser que concretiza seus posicionamentos por meio do conjunto de relações com outros seres, se organiza socialmente, por isso, realiza pensamentos sobre as relações sociais. Para Kosik (1976, p.13), “a atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é de um ser abstrato [...], porém, [...] de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza”.

Childe (1975, p.63) enfatiza que,

ao dominar o fogo, o homem estava controlando uma poderosa força física e uma notável transformação química. Pela primeira vez na história, uma criatura da natureza dirigia uma das grandes forças naturais. E o exercício do poder deve reagir sobre quem o exerce. A visão de uma chama crepitante, elevando-se do galho seco era lançada entre as brasas brilhantes, a transformação do galho em cinzas finas e fumaça, deve ter estimulado o cérebro rudimentar do homem. Impossível saber o que lhe sugeriam tais fenômenos. Mas ao alimentar ou apagar o fogo, ao transportá-lo e usá-lo, o homem afastou-se revolucionariamente do comportamento dos outros animais. Afirmou sua humanidade e se fez homem.

Nesse sentido, temos um fato histórico que se inicia com a construção de um processo da existência da vida por meio de uma intencionalidade. As

habilidades de comando e invenção desenvolvem-se e atendem necessidades imediatas, de acordo com Mourão (2014, p. 23), “na sociedade primitiva comunista [...] não se tinha divisão de classes sociais e todos estavam em pé de igualdade no processo de produção coletiva”. Ou seja, o que caracterizava esta sociedade eram modos e costumes de vidas, fundamentados, como já vimos, nas coletas de frutos e caças de animais, o trabalho era apontado como uma forma de socialização, além disso, os conhecimentos e sabedorias eram repassados de pais para filhos.

O ser humano tem de dar a si a sua própria existência, de produzi-la, e a sua vida será aquela que ele próprio engendra. Viver materialmente significa responder a uma questão ética fundamental e muito mais abrangente: como devemos viver?

O homem vem da natureza, o homo sapiens fez sua própria história antes mesmo de haver Teoria da Evolução e conhecimento sobre os primeiros fósseis humanos descobertos ao longo tempo, esses estudos demonstram como surge a natureza e o desenvolvimento da vida, além de uma visão suficientemente compreensível sobre como surge a humanidade humana a partir da natureza. Segundo Enguita (1989, p. 8):

[...] em uma economia primitiva, os meios de produção são rudimentares e suas elaborações estão ao alcance de qualquer um. É o homem que põe os meios a seu serviço, e não ao contrário. As técnicas são simples e podem ser dominadas por todos. Isto coloca o trabalhador numa posição de controle absoluto de seu processo. Mesmo na produção agrícola para o mercado ou na produção artesanal, embora o trabalhador tenha perdido já, parcialmente, o controle sobre seu produto, continua sendo dono e senhor do processo [...]

O trabalho, de certa forma, afasta o homem da garantia de existência nas comunidades tribais, visto que essa categoria estava interligada a um determinado ócio e uma liberdade considerados basilares no partilhar de saberes e conhecimentos construídos ao longo das gerações. Marx (2008, p. 27), sustenta ainda, que, “na comunidade tribal, a divisão do trabalho se baseia na diferença de sexos”. Depois, toma por base as diferenças de forças físicas entre indivíduos de ambos os sexos.

Marx e Engels, (2007, p. 86) a partir da frase “só conhecemos uma ciência, a ciência da história”, trazem uma nova concepção de mundo em detrimento ao que havia sido desenvolvido enquanto ciência. O significado atribuído permite uma compreensão profunda de que tudo o que existe no mundo se modifica o tempo inteiro, ou melhor, há um processo material no espaço e no tempo que aponta para o fato de que existe a história da natureza e a história dos homens, claro que em patamares diferentes.

Na história da natureza e dos homens, desde o momento em que se relacionam, a princípio por meio da caça e da coleta, existe uma transformação não tão expressiva na natureza, contudo, com o surgimento da agricultura desponta o excedente econômico e então urge a necessidade de preservar o alimento. Consequentemente, forma-se o indivíduo, compreendido aqui como ser social, então, temos o momento em que surge o a apropriação por parte de indivíduos determinados, desse excedente, resultando na divisão social do trabalho como embrião das classes sociais, trata-se daqueles que vivem e enriquecem por conta do trabalho dos outros. Mourão (2014, p. 23), “com a criação da propriedade privada, deu-se a divisão social do trabalho”, trabalho manual e trabalho intelectual, passaram a ser funções desempenhadas por distintos sujeitos. A “divisão do trabalho alcança um patamar superior quando se separam o trabalho manual do trabalho intelectual” (MARX E ENGELS, 2008, p. 28).

Esse processo inicia em torno 10.000 anos atrás, que no tempo histórico do homem é mínimo, pois, existimos enquanto espécie num tempo relativamente pequeno. Ao longo desse período emerge a história dos homens que dividem-se e fragmentam-se em grupos sociais de interesses contraditórios, surge então o capitalismo com características nitidamente contraditórias.

Marx (2009, p. 245) traz as seguintes questões:

O que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das

classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. [...] É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher suas forças produtivas – base de toda a sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente.

O homem passa a se entender enquanto indivíduo social, tendo em vista que nas sociedades anteriores ele era parte de uma comunidade. No entanto, ao mesmo tempo, ele possui uma incompletude, pois continua dependente da vida em comunidade, e ainda que no capitalismo ele seja outro indivíduo, sua relação de liberdade agora está relacionada à propriedade privada.

A história do homem demonstra que ele sempre toma posse do que advém da natureza, não importa a configuração histórica de sociedade. Seja sob um regime de colaboração ou de exploração, os homens sempre se apropriam da natureza, mesmo quando realizam seus trabalhos privados de forma independente, ainda assim o fazem em sociedade. Segundo Marx, a produção realizada pelo indivíduo isolado fora da sociedade é algo tão absurdo como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si. A socialidade humana se manifesta mesmo nas atividades em que é preciso um relativo isolamento para poder realizá-la. (MARX, 1978, p.12)

O trabalho é uma atividade fundamental para toda e qualquer tipo de sociedade, com base nele garantimos nossa subsistência, construímos nossas casas, bairros e cidades, nossa vida em sociedade, somos dependentes do trabalho para produzirmos nossa existência, no entanto, essa atividade tem particularidades históricas.

A concepção de trabalho em Marx não é pensada da forma como está posta no âmbito da economia política, ele pensará o trabalho de uma maneira muito mais ampla e muito mais radical, considerando a definição de radical como “tomar as coisas pela raiz” e para o homem a raiz é o próprio homem. Marx tomará o trabalho a partir de uma ótica radical, ele vai desenvolver uma

concepção nitidamente antropológica, no sentido da centralidade do antropos, ele dirá que o homem é uma constante tensão entre o seu ser genérico humano e a sua singularidade. Esta singularidade imediata que nos constitui e que é insuprimível, eu não sou o outro, e essa singularidade empírica e imediata que não se consegue eliminar, só se transcende e se resolve na genericidade humana, ou seja, eu sou eu, mas não sou apenas eu. (NETTO, 2011)

Os conceitos de produção e trabalho sustentam a concepção de ser humano em Marx, e se, em Aristóteles a ética se transformava em um saber autônomo, prudente, que dependia da consciência, do poder de contemplação e não da sobrevivência, em Marx ela se transforma numa crítica da dialética histórica do desenvolvimento social humano. Para Marx todo modo de produção da vida material, toda economia é sempre mais do que a reprodução da existência física dos indivíduos, é sempre um modo do ser humano expressar sua vida, exteriorizá-la.

Bottomore, no *Dicionário do pensamento marxista* (2001, p.599) traz o conceito de trabalho em Marx, da seguinte forma:

Qualquer ato de trabalho é uma “atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado” (*O Capital*, I, cap. I); assim considerado, é “trabalho útil” ou “trabalho concreto”, cujo produto é um valor de uso. Esse aspecto da atividade de trabalho “é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, a própria vida humana”. Em segundo lugar, qualquer ato de trabalho pode ser considerado separadamente de suas características específicas, simplesmente como dispêndio de força de trabalho humana, “o trabalho humano puro e simples, o dispêndio do trabalho humano em geral”. O dispêndio de trabalho humano considerado sob esse aspecto cria valor e é chamado de “trabalho abstrato”. O trabalho concreto e o trabalho abstrato não são atividades diferentes, mas sim a mesma atividade considerada em seus aspectos diferentes. Marx assim resume: de um lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana, no sentido fisiológico, e é nessa qualidade, de trabalho humano igual, ou abstrato, que ele constitui o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana de uma determinada forma e com um objetivo definido e é nessa qualidade de trabalho concreto útil que produz valores de uso. E ressalta: “esse ponto”, que ele foi o primeiro a esclarecer e a desenvolver, “é de grande importância para a compreensão da economia política”

O sentido do trabalho, como movimento fundamental da existência humana no pensamento de Marx, é um processo entre o ser humano e a natureza. O homem se vale de suas forças para se apropriar da natureza de modo que seja útil e pertinente à sua vida, pois ao transformar a natureza exterior, acaba por transformar a si próprio e a sua realidade.

Marx (2010, p.35) afirma que “a natureza humana, separada da natureza pela indústria, separa o homem de si, a natureza torna-se [...] nada para o homem”. Com o passar do tempo ocorreu um afastamento do homem em relação à natureza, destaca-se aqui, que a expressão natureza, empregada por Marx, não está limitada à uma compreensão fiel da palavra e não está circunscrita a um retorno do homem a um estado primitivo da natureza. Segundo Antunes (2009, p.87), “o processo histórico que separaria o homem da natureza e o indivíduo da comunidade humana; seria o mesmo processo que separaria o trabalhador, força subjetiva de trabalho, da propriedade, do conjunto das condições objetivas para o processo de produção”.

O trabalho tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, sociólogos como o francês Émile Durkheim (1999) e o alemão Max Weber (1904 e 1905), apesar de terem explicações e métodos de análises diferentes, elegeram o trabalho como objeto de estudos, ambos foram motivados pelo marco de um novo modo de vida no ocidente, as Revoluções Burguesas, as quais no transcorrer da dinâmica que constituiu o capitalismo e movimentou historicamente e socialmente as configurações do trabalho, é necessário contextualizar a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, tendo em vista a importância dessa referência histórica para a consolidação do Modo de Produção Capitalista.

A Revolução Industrial foi um conjunto de transformações tecnológicas que apresentaram um denso impacto no processo produtivo, econômico e social, inaugurado na Inglaterra em meados do séc. XVIII, este amplo processo de transição se ampliou pelo mundo a partir do séc. XIX, na primeira fase de desenvolvimento, entre a segunda metade do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX, à época foram utilizados recursos como carvão, ferro,

máquina a vapor etc. A segunda fase em meados de 1860 e a segunda metade do século XX, foi marcada pelo emprego de energia elétrica, do aço e de produtos químicos. Já a terceira e mais recente Revolução Industrial se inicia nos anos de 1960 e tem como centro a robótica e a microeletrônica.

Estamos diante de um marco da exploração do trabalhador, as teorias manuais foram morrendo vagarosamente em decorrência da superprodução ocasionada pela invenção das máquinas, destaca-se que a revolução “não foi um episódio com princípio, meio e fim” logo, em virtude da dinâmica das tecnologias, ainda prossegue nos dias atuais. (HOBSBAWM, 2015)

“O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é a mercadoria”. (ALVES 2007, p. 18). Para Marx (2004, p. 39), “o capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho” e, sobre o total controle do Modo de Produção, o sujeito transforma-se em mercadoria e regressa de sua essência sobre o domínio do Capital.

O dono das indústrias e proprietário dos meios de produção é o capitalista e compra sua força de trabalho do trabalhador por preços que não podem exceder os valores das suas produções, assim, o que é criado pelo trabalhador não lhe pertence, mas sim, ao dono da propriedade privada que pagou pela sua força de trabalho.

Existe uma relação imperativa e desigual sustentada na exploração do “trabalho pelo capital”, já que, os capitalistas engajam-se no processo de produzir mais dinheiro por meio da exploração do outro. Em vista disso, o resultado é que o mais forte se sobressai ao mais fraco e o capitalista, se apropria de tudo, enquanto fracos, os pobres, que são a maioria, lhes resta apenas a vida, assim as relações de poder manifestam-se no processo de edificação da sociedade. O trabalho escravo está presente em todos os percursos de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, e demonstra-se a partir da inserção das máquinas, das exaustivas horas de trabalhos, das péssimas condições de moradias, da troca da mão de obra masculina pela mão de obra feminina e infantil por serem mais baratas. No

decorrer da Revolução Industrial, todas as circunstâncias de humilhação e condições desumanas eram oferecidas a quem trabalhava nas indústrias, que embora ganhassem um mísero salário, além de serem enganados, só lhes era permitido o acesso a produtos e serviços de qualidades inferiores. (ENGELS, 2010)

A Revolução Francesa é um nome dado a um período crucial da história da França entre 1789 a 1799, e que marcou o fim do antigo regime. Nesse momento, a monarquia absolutista foi substituída por uma Monarquia Constitucional e em seguida pela primeira república, foi um período em que a população revoltou-se contra o Rei e seu Estado absoluto, dentre as principais reivindicações estavam os fins dos privilégios que o clero e a nobreza desfrutavam e a necessidade de instauração da igualdade civil.

Nas perspectivas de Hobsbawm, (2015, p.107), “o burguês [...] não era um democrata, mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários”, nessa acepção, a propriedade privada dispõe de forte influência na alienação do trabalhador.

As pessoas que eram a favor da Revolução queriam que a igreja tivesse menos influência e as que eram contra buscavam um governo forte e a restauração da igreja na vida nacional. O interesse da classe dominante era o desenvolvimento e a expansão do sistema econômico, já que para burguesia, a estrutura fiscal e administrativa do reino da França era excessivamente obsoleta. Os impostos feudais, os dízimos e os percentuais de juros cobrados pelo Estado, diminuía a renda do camponês, assim, a fome e a miséria se expandiram pela França em meados do século XVIII. O principal lema da Revolução foi, segundo Lefebvre (1985, p. 103), “Liberdade, Fraternidade e Igualdade”.

A escolha do trabalho como objeto de investigação demonstra a importância desses acontecimentos históricos nas sociedades capitalistas, tanto na época de Durkheim e Weber quanto nos dias atuais.

Para Durkheim (1999, p.14),

Nada, à primeira vista, parece tão fácil como determinar o papel da divisão do trabalho. Acaso seus esforços não são conhecidos de todos? Por aumentar ao mesmo tempo a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela é condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; e a fonte da civilização. Por outro lado, como se presta de bom grado à civilização um valor absoluto, sequer se pensa em procurar outra função para a divisão do trabalho.

Durkheim centraliza sua análise na divisão do trabalho, a qual seria responsável pela evolução de uma sociedade diferenciada internamente. Ele alegava que a desordenação social era passageira e que a solidariedade seria logo reconstruída numa forma diferente, ele retomou os conceitos de comunidade e sociedade.

Para explicar a definição dos conceitos, Comparato (2010, p. 112), nos diz:

Na comunidade, que é uma forma simples de organização social, os indivíduos se assemelham em tudo, o que acaba por aproximá-los e criar uma solidariedade mecânica, baseada na semelhança, é o tipo de sociedade que predomina nas sociedades tradicionais, nas quais os indivíduos se diferenciam pouco uns dos outros, compartilham os mesmos sentimentos e obedecem às mesmas crenças e acreditam nos mesmos valores. A solidariedade orgânica é a forma oposta, característica das sociedades modernas, o que assegura a coesão social nestas sociedades é sobretudo a interdependência das funções que confere a todos os indivíduos uma posição social definida. Na passagem entre a solidariedade mecânica e orgânica, podem surgir algumas formas anormais de divisão do trabalho, a que Durkheim dá o nome de divisão do trabalho [...] forçada.

Para o autor quanto mais especializado é o trabalho, mais laços de submissão se constituem, assim quanto mais intensa for a divisão do trabalho, maior será a teia de relações de dependência entre os indivíduos e a coerção social. Em Durkheim, a divisão do trabalho é um fato social presente em todos os tipos de sociedades, existem sociedades com menor ou maior divisão do trabalho, mas em todas elas encontramos funções diferenciadas entre os indivíduos, que os divide, em grupos funcionais distintos, com condutas sociais também distintas.

Assim, na sociedade capitalista o trabalho é conjecturado como atividade fundamental, esta deve ser desempenhada por um grupo específico

que são os trabalhadores. Durkheim entende a divisão social entre os trabalhadores e empregadores, como uma divisão funcional, que entre eles deve cumprir uma atividade de organização da produção dos que mandam, os empregadores e os que devem desenvolver uma atividade produtiva, os trabalhadores, essa divisão como extensão da divisão do trabalho promove a coerção social e por isso deve ser preservada socialmente, no entanto, nessa divisão há problemas, vistas por ele como doenças sociais a serem corrigidas para que todo o social se desenvolva adequadamente.

Se existem exageros por parte de capitalistas ou de trabalhadores, devem ser regulamentadas suas atividades, para que haja equilíbrio e garantia da integração social das partes envolvidas. Dessa maneira o lema de Durkheim prevalece, as partes, ou seja, os indivíduos devem conformar-se de modo a garantir a continuação do todo na sociedade, de um lado o capitalista não se deve deixar levar pelo egoísmo do lucro exacerbado, do outro, o trabalhador não deve questionar a sua funcionabilidade dentro da divisão do trabalho.

Para Weber, o conceito de racionalidade é fundamental para entender os aspectos da realidade social. Sua obra "*A ética protestante e o espírito do capitalismo*" mostra de que maneira a formação de uma ética do trabalho se tornou imprescindível para o nascimento e desenvolvimento do capitalismo moderno. O autor defende a interferência da Reforma Protestante, especialmente das doutrinas protestantes na formação do capitalismo moderno. Comparatto (2010, p.113) elucida que

a organização da produção de acordo com os princípios racionais próprios das burocracias modernas, justifica, para ele, a concentração dos meios de produção, pois apenas empresas comandadas de maneira profissional conseguem controlar de maneira rígida o recrutamento, a disciplina e o investimento indispensáveis ao sucesso de qualquer empreendimento.

O trabalho ocupa um lugar central para um adepto do protestantismo, o sucesso nos negócios é um sinal de ter sido escolhido por Deus, um trabalho árduo e disciplinado, uma vida regrada e sem excessos podem trazer êxito profissional, expressão da sua fé e salvação espiritual. Weber observou que a

formação do capitalismo teve como característica fundamental essa ação social orientada por um objetivo racional, isto é, uma ação acética que quando resulta em êxito na sua vida material garante ao indivíduo a segurança de ter sido escolhido por Deus.

Weber, parte de uma perspectiva diferente para ele não há algo geral em comum em todas as sociedades, cada sociedade obedece a situações históricas exclusivas e no capitalismo por condições específicas. Segundo ele, não bastou o desenvolvimento do mercado, da moeda, do dinheiro, das relações de troca em geral para que o capitalismo se constituísse como uma sociedade particular.

Essas condições, também estão presentes em sociedades passadas como na Roma antiga e na idade média, já existiam vários elementos que hoje governam as relações monetárias, comerciais de troca. Para Weber tais características típicas de uma estrutura mercantil, não são suficientes para explicar a formação do capitalismo, a especificidade desse modo de produção está no encontro entre o espírito capitalista de obter sempre mais lucro e uma ética religiosa fundamentada em uma vida regrada de autocontrole que tem na poupança uma das suas características centrais. Então, o encontro entre uma ética religiosa e um espírito empreendedor possibilita a formação histórica do capitalismo.

Como já vimos, dentro da análise marxista o que distingue o ser humano de outras espécies animais é sua capacidade de produzir os seus próprios meios de subsistência. É pelo trabalho que o homem imprime sua marca na matéria-prima que transforma, ou seja, o trabalhador objetiva a natureza.

Para Marx, a perspectiva sobre o trabalho é histórica como em Weber, entretanto, Marx destacou a diferença entre o trabalho em geral e o trabalho particularizado em suas formas históricas. O trabalho em geral é toda atividade que associa a humanidade à natureza, isto é, toda e qualquer atividade que envolve a transformação da natureza para suprir as nossas necessidades, mas que envolve um processo teleológico. Primeiro pensamos, concebemos mentalmente a atividade e depois a realizamos, antes de

construir algo, imaginamos e somente depois transformamos em algo real, quando isso acontece objetivamos esse algo por meio do trabalho.

Tudo que consumimos em geral é fruto do trabalho de uma ou mais pessoas, existe um conjunto de qualificações profissionais de saberes, de culturas do trabalho que permeiam a produção de todo o trabalho que consumimos todos os dias. Cada sociedade é marcada por um tipo específico de organização do trabalho e Marx concentra sua análise nessas formas históricas de trabalho, particularmente, no trabalho assalariado.

Para Marx o trabalho assalariado é uma manifestação histórica da organização do capitalismo como sociedade com base na exploração do trabalho, por meio do pagamento de salário. A sociedade capitalista produz e reproduz sua existência, ou seja, o trabalho assalariado é uma atividade central para a perpetuação das relações sociais entre capitalistas e trabalhadores e por consequência da exploração e dominação do trabalhador pelo capitalista.

A divisão em classes no capitalismo constituiu-se com base na retirada dos meios de produção como: terra, ferramentas, animais etc., dos pequenos produtores livres, pela burguesia nascente no séc. XVIII. Assim, formou-se a burguesia e o proletariado, ou classe trabalhadora, que são as classes fundamentais do capitalismo. Os interesses dessas classes são incompatíveis, pois a burguesia se apropria da mais-valia do proletariado.

A reprodução dessa divisão social se dá com base na exploração do trabalho assalariado que o trabalhador vende para o capitalista em troca de um salário. À primeira vista o trabalho assalariado pode ser considerado uma atividade que é vendida pelo trabalhador em troca de um salário pago pelo capitalista, no entanto, Marx assinala que apesar dessa troca aparentar uma igualdade, na prática se dá de forma desigual.

Do ponto de vista das leis, regras, normas sociais que foram constituídas historicamente a favor da classe dominante, a burguesia, essa troca aparenta ser igualitária. Por exemplo, o capitalista tem o dinheiro e com esse capital monta um negócio e para isso precisa contratar um certo número de trabalhadores, aparentemente esse capitalista oferece o trabalho e o

trabalhador pode aceitar ou não esse trabalho, no entanto, como apontou Marx, devemos considerar a desigualdade histórica dessa relação de troca.

A construção da classe trabalhadora enquanto classe, a obriga a vender o seu trabalho, porém, o trabalhador não poderia rejeitar o trabalho de maneira individual? Sim, mas se pensarmos no conjunto da classe trabalhadora, não. Então, a classe trabalhadora é forçada a vender sua força de trabalho, porque teve seus meios de produção tomados historicamente pelos capitalistas.

Fica compreensível então, que no sistema capitalista, somente uma minoria é proprietária dos meios de produção, enquanto a maioria possui apenas a sua força de trabalho. Quando o capitalista paga pelas atividades desenvolvidas em uma empresa ou indústria, ele paga pela força de trabalho, a capacidade de trabalho, e não pelo produto de todo o trabalho realizado.

O homem domina as relações sociais e a força de trabalho de outros homens para aumentar seu capital, a tal ponto que a sociedade é constituída por dois grupos, um que controla os lucros e enriquece, e outro que vende sua mão de obra para garantir a sobrevivência. Assim, para sair da condição de escravo ou servil, aceita as imposições do trabalho assalariado, Engels (2010, p. 69), afirma que este salário “é apenas suficiente para mantê-lo vivo”.

Os salários obtidos pelos trabalhadores dividem-se em duas partes, a primeira refere-se aos que empregam a sua força de trabalho para produzir com excelência, corresponde à Mais Valia, que é trabalho produzido e não pago, aqui temos uma anomalia que emana à burguesia um lucro exacerbado. A segunda aponta para a quantidade de trabalhadores, no entendimento do capitalista, quanto mais trabalhadores menos lucro alcançará, pois, as despesas aumentam, então, no Modo de Produção Capitalista, o trabalho é produtivo e improdutivo.

Significa dizer que trabalhador produtivo é todo aquele que executa atividades que sustentam o modo de produção capitalista, igual à infraestrutura que sustenta uma casa. E, já que o ganho do capital é a “mais valia”, no modo capitalista, só interessa o trabalhador produtivo, pois ele é o sujeito real de todo o desenvolvimento econômico. Deste modo, ocorre a

supervalorização do que é produzido pelo homem e quanto mais ele produz, mais é desvalorizado, o trabalho consiste num processo aliena.

Nesse caso, o salário é pago apenas por parte do trabalho, essa desigualdade seria uma forma de alienação. Temos aqui uma dupla dimensão, a primeira dimensão é a alienação do trabalhador e a segunda é a mais-valia, termo utilizado por Marx para explicar a relação de apropriação do produto do trabalho como um todo.

Como já dito, a mais-valia é a diferença entre o valor que o trabalhador produz e o seu salário, o salário equivale apenas a parte do valor produzido pelo trabalhador, e o restante é a mais-valia apropriada pelo capitalista. Em *O Capital* Marx (2013, p. 238) chama atenção para “o que aparece como mais-valia para um lado é menos valor para outro; o que aparece como mais para um, é menos para o outro”.

A alienação entra na língua inglesa via francês, e tem suas raízes no latim, em duas palavras que são: alienare, que seria “estranhar”, tornar estranho, “tornar outro” e alienus”, que seria “pertencer a outra pessoa, a outro lugar. A palavra alienígena, por exemplo, deriva disso e significa “pertencente a uma outra realidade”.

O trabalhador se aliena, se distancia do produto do seu próprio trabalho, pois tudo aquilo que produziu tornou-se propriedade de outra pessoa, o resultado do trabalho não pertence mais ao trabalhador, pois esse produto pertence ao capitalista na forma de propriedade privada, ao se alienar do produto do seu trabalho. Segundo Marx, o trabalhador se aliena do seu próprio trabalho, isto é, da atividade vital que lhe caracteriza como ser humano.

Segundo a teoria marxista, a reificação é o último estágio da alienação do trabalhador, no sentido de que sua força de trabalho se transforma em valor de troca, escapando a seu próprio controle e tornando-se uma “coisa autônoma”. Mesmo a forma de reificação mais incisiva e envolvente da vida social, que em Marx é a relação capital, só pode compreender-se como modo singular pelo qual a realidade social humana se articula e se informa também no plano da representação e da linguagem. (Japiassú & Marcondes, 2006)

A alienação (Entäußerung) pode ser definida como a perda de conexão com os nossos próprios sentimentos e necessidades mais profundos. Trata-se de uma das palavras mais difíceis da língua. Ranieri (2001, p. 24), descreve o significado de alienação da seguinte forma:

Entäußerung tem o significado de remissão para fora, extrusão, passagem de um estado a outro qualitativamente diferente, despojamento, realização de uma ação de transferência. Nesse sentido, Entäußerung carrega o significado de exteriorização, um dos momentos da objetivação do homem que se realiza através do trabalho num produto de sua criação.

Significa que o autor trata alienação como um conjunto de características que o homem abstrai do seu ser, objetiva o que está interno, pois exterioriza suas potencialidades humanas. Além de seu uso corrente em contextos gerais, carrega significados específicos, porém, controversos em uma série de disciplinas que vão desde a teoria social e econômica à filosofia e à psicologia. Desde meados do século XX, sobretudo, passou das diferentes áreas desse leque pra novos tipos de uso correntes em que, muitas vezes provoca confusão por causa da sobreposição e da incerteza em relação tanto aos vários significados específicos, quanto aos significados mais gerais e antigos. (WILLIAMS, 2007).

Para Feuerbach, a alienação é um processo no qual os humanos criam seus deuses "esta alienação é para o homem o fato de se encontrar 'desprovido de algo', que lhe pertence por essência, em proveito de uma realidade ilusória". Quer dizer, se a crença em Deus é uma alienação, então ela faz com que o homem seja desprovido por ela de algo, que lhe é essencial, em proveito de Deus, que é uma realidade ilusória. É isto o que Feuerbach tentará mostrar. É o cerne de sua filosofia da religião". (HUMMES, 1964).

Para Marx o processo de alienação acontece pela teoria do conflito, pela teoria da luta de classes, pela teoria da exploração, de que existe uma classe desprovida da sua inteligência, de que foi ela quem produziu tudo, uma classe ludibriada, enganada, sobreposta por um véu ideológico para que ela não se perceba no processo de produção, Marx, (1988, p.251) na sua *crítica*

*da economia política* nos diz que “em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais nada”. Sem a classe trabalhadora não existe mundo, nesse sentido, o conceito de alienação é central para a obra marxista, pois aborda a alienação do próprio ser e da sua função enquanto produtor, que possibilita essa estrutura.

Comparato, (2010, p. 110), diz que,

segundo Marx, em vez de objetivar a natureza o homem se torna um indivíduo alienado, pois, em primeiro lugar, enquanto produtor de um objeto, ele não controla mais o produto final do seu trabalho; em segundo lugar, por causa da divisão do trabalho, suas tarefas perdem sentido, pois ele não se enxerga mais no produto final; em terceiro lugar, a economia de mercado transforma os trabalhadores em competidores e joga uns contra os outros; e finalmente, em quarto lugar, a repetição constante dos mesmos gestos faz o trabalhador sentir-se muito mais um animal do que um ser humano.

A habilidade do ser humano, que é sua capacidade de produzir seus próprios meios de subsistência é subvertida pelo capitalismo. A fortuna gerada pela classe trabalhadora, faz com que ela seja destruída espiritualmente, de maneira que não obtenha os meios objetivos de produção, e com isso permaneça bloqueada de gozar do que engendrou.

Além de ser propriedade de outro homem, o trabalhador obedece e se submete aos comandos das máquinas como mero assistente do que está sendo produzido. Com a incorporação concreta do trabalho ao capital e a produção taylorista fordista, o trabalhador transforma-se num mero suplemento da máquina-ferramenta, ela o controla. Diante disso, o trabalhador ao invés de conduzir, passa a ser condicionado a não refletir sobre o processo de trabalho, mas, embora o trabalhador esteja sobre o domínio de outro homem, o capitalista não pode acumular riquezas sem a sua força de trabalho, dessa maneira, capital e trabalho, capitalistas e trabalhadores, precisam estabelecer uma relação. (MONTAÑO, 2011)

As investigações realizadas por Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra em 1845, ainda fazem todo sentido na sociedade atual, “pensar na classe trabalhadora hoje, exige ir além do proletariado e

operariado, ou trabalhador fabril” (MONTAÑO, 2011, p. 94). Todos os trabalhadores participam do desenvolvimento dos setores produtivos e muitos estão nas condições de “miséria absoluta”, tanto no que concerne ao desemprego e a fome, quanto na ausência de políticas públicas e perdas de direitos conquistados. O trabalhador é aquele que Antunes (2009, p.2), define, com base em Marx, ser

destituído de todos os meios objetivos de realização de sua humanidade enquanto trabalhador. Com os meios objetivos de realização do trabalho se converteram ao longo do processo histórico em propriedades do não trabalhador, do burguês na sociedade capitalista, o trabalhador somente poderá realizar sua capacidade abstrata para o trabalho em trabalho efetivo, alienando sua personalidade e seu tempo de vida ao capitalista.

Se não tem como produzir sua subsistência por conta própria, a classe trabalhadora se vê pressionada a vender seu trabalho em troca de um salário, caso contrário não teria como sobreviver. A sociedade capitalista depende, portanto, da exploração do trabalho assalariado, e tudo aquilo que comemos, bebemos, vestimos, assistimos, consumimos de forma geral é fruto desse tipo de trabalho. De modo geral, o produtor do produto não se reconhece nele, se quisermos acessar o produto do nosso trabalho teremos que consumir via mercado, existe uma outra instância mediando essas relações, todo mundo é consumidor.

Quanto mais miserável a classe trabalhadora encontrar-se, mais são formados os “exércitos de reserva” e mais os salários são reduzidos e mais os homens competem-se entre si. Conforme Marx (1980, p. 747), “quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército de reserva industrial”, o pleno emprego não é uma regra universal de funcionamento das economias de mercado, mas “parte integrante do processo de desenvolvimento das nações”. (POCHMANN, 2008, p.9).

A concorrência de todos contra todos em busca de trabalho e melhores condições de vida imperam na modernidade burguesa. Uma disputa pela vida, pela sobrevivência, em caso de extrema necessidade, pode ocasionar uma guerra entre todos contra todos. Cada um constitui um obstáculo para o

outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que lhes cruze o caminho e tente disputar o seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses, uma correlação de forças entre os trabalhadores que dificulta ainda mais a luta por condições dignas de vida. (ENGELS, 2010)

A luta por melhores condições de vida e de organização da consciência reivindicatória, por meio da atuação nos sindicatos e associações de trabalhadores, se desestabiliza diante dos interesses acionados pela burguesia e que fortalecem o capitalismo. Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 144), “o Estado é acionado pela classe dominante para cumprir a tarefa de produzir o consenso social, ideologicamente induzido para a legitimação e reprodução da ordem vigente”.

No capitalismo, todas as pessoas “têm o direito de ir e vir”, no entanto, as condições são dadas de forma completamente desigual, principalmente se pensarmos que a liberdade sem dinheiro impede a possibilidade de fazermos escolhas reais. Na sociedade de classes existe, também, a ilusão de que os indivíduos são iguais perante a lei, porém, historicamente a lei tem sido aplicada de maneira desproporcional, tendo em vista as experiências de corrupção que causam precariedade no serviço público, subtraem as receitas do país afetando milhões de famílias, não são julgadas da mesma forma que um sujeito comum por atos com menos gravidade e as vezes causados por necessidade de sobrevivência. As desigualdades sociais são parte do processo de consolidação do Modo de Produção Capitalista (MONTAÑO, 2011).

A ideia fundamental de Marx é de que no comunismo haverá a recomposição dessa situação, isto significa que o indivíduo livre é a sua integração a uma nova comunidade humana. Nessa nova sociedade, a comunidade teria um controle muito maior das forças produtivas e da natureza, mas também despontaria uma nova associação com a natureza, tendo em vista, que no capitalismo o impulso para acumulação faz com que os homens se desvinculem da natureza e deixem de se reconhecer como parte dela, verifica-se então, uma contradição entre homem e natureza num

nível elevadíssimo, no modo de produção capitalista isso fica cada vez mais evidente.

Logo, a concepção de história em Marx está justaposta à frase “Só conhecemos uma ciência, a ciência da história” (Marx e Engels, 2007, p. 86), pois, os homens são seres históricos, com capacidade crescente de se fazer e se refazer a si próprio, podendo inclusive se destruir, mas também, pode alcançar um outro nível de desenvolvimento e de liberdade humana, ao resgatar o princípio de comunidade humana, onde os indivíduos irão encontrar-se uns nos outros e não terão o outro como seu adversário, seu inimigo, seu concorrente, como funciona na lógica do capital.

De acordo com os princípios de Marx, o capitalismo surge na história e desaparecerá nela, a partir da superação ou da regressão desse modo de produção, afinal toda a história é a história da luta de classes, que perpassa pela agricultura, pelo trabalho manual, pelo trabalho intelectual, principalmente, pelos que acumulam e pelos que trabalham para que os outros enriqueçam, assim também como existiu o momento em que surgiu o estado que é a expressão dessa divisão, então, o resgate da comunidade implica na superação da sociedade de classes e na superação do estado, que têm demonstrado serem inseparáveis.

### **1.1.2 Trabalho, Cultura e humanização em Marx**

Ao sair da natureza, ainda assim o homem continua sendo natureza, pois mantém-se ativo por meio dela e se relaciona com ela o tempo todo por meio do trabalho. Porém, pode-se dizer que a vida do homem é construída também a partir de uma segunda natureza que é a vida social, com característica particular e capaz de gerar o que conhecemos como cultura, inicialmente material depois espiritual, ou seja, é tudo que os homens desenvolvem, mas também é um processo histórico.

O trabalho é atividade exclusivamente humana, é a imaginação que se torna atividade, é a vontade orientada a um fim. O Trabalho é muito mais do que uma atividade destinada a gerar valores de uso, para Marx é uma atividade cujo fim último é o próprio ser humano. Nesse sentido, podemos

dizer que o trabalho é auto atividade ou auto expressividade do ser humano, é a atividade doadora de formas, é demiúrgica, organiza o universo, trabalha a matéria, cria um mundo humano que constitui uma realidade propriamente humana. Segundo Braverman (2007, p. 57):

O trabalho humano, por outro lado, devido a ser esclarecido e orientado por um entendimento que foi social e culturalmente desenvolvido, é suscetível de vasta gama de atividades produtivas. Os processos de trabalho ativo que residem em potencial na força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc. que para todos os fins práticos podem ser considerados infinitos, tanto mais que novos modos de trabalho podem ser facilmente criados mais rapidamente do que serem explorados. O capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital.

Então, o trabalho humano tem caráter inteligente e é capaz de produzir condições sociais e culturais que favorecem a ampliação do capital, nesse sentido, é possível afirmar que o modo de produção capitalista gera um Estado capitalista e uma cultura capitalista. Assim, para uma melhor compreensão do conceito de cultura e algumas questões em torno desse fenômeno, é necessário considerar o que nos dizem Marx e Engels (2010, p.107):

Mas a nossa concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo [...]. É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem.

É preciso ressaltar, que os princípios históricos de Marx perpassam toda sua obra, trata-se de um movimento social nas relações sociais. A sua teoria traz um conjunto articulado acerca de um objeto determinado que é a sociedade burguesa, na qual os conflitos e contradições movimentam e regulam a realidade humana. A superestrutura ou formações sociais remetem a uma compreensão do conceito de cultura enquanto totalidade, É a cultura, em sua acepção mais abrangente, que é discutida na famosa oposição que Marx estabelece entre “o pior dos arquitetos” e “a melhor das abelhas”, ou

seja, o conceito de cultura está no cerne da compreensão de consciência como existência consciente, a consciência relacionada às circunstâncias existentes nas representações do cotidiano, mas não somente isso, pois também é condição para uma exequível transformação desse estado de coisas.

Viana (2018, p.16) corrobora explicando que:

Tal como Korsch (1983) já havia colocado e é retomado por Althusser (1989) e Canclini (1979), “superestrutura” não é um conceito e sim uma metáfora. A metáfora tinha um caráter ilustrativo para explicitar a relação com o outro termo metafórico, a estrutura, que seria a base do edifício e sem o qual a superestrutura não poderia existir e se sustentar. O termo metafórico “estrutura” convivia com um conceito que abarcava a realidade que ele expressava, que é modo de produção. No entanto, o termo metafórico “superestrutura” não ganhou um conceito de forma tão clara e Marx (1983) usa os termos “formas jurídicas, políticas e ideológicas” para expressar o seu significado. O conceito de formas sociais de regularização (VIANA, 2007), ou, sinteticamente, formas sociais (VIANA, 2016), é o que consideramos mais adequado. [...] Em síntese, a cultura é o conjunto das formas de produção intelectual de uma determinada sociedade.

Os estudos sobre o conceito desse fenômeno apresentam-se muitas vezes de forma abrangente e em outras num sentido mais específico. Laraia (1986), autor respeitado na antropologia por sua vivência e experiência empíricas, além de atividade intelectual tanto no Brasil quanto no exterior, engendra seu conhecimento sobre cultura retomando antecedentes históricos, determinismos biológico e geográfico, além de ideias sobre a origem e dinamicidade da cultura. De acordo com o autor, o termo Alemão Kultur era utilizado no século XVIII “para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo”. O antropólogo inglês Edward Tylor teria sintetizado ambos os conceitos no termo inglês culture. Laraia (1986, p.68) define cultura como “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura.”

Então, a cultura para Laraia orienta o comportamento em cada sociedade e o modo de vida em grupos e populações determinadas. Ele nos diz que indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por uma série de características como: caminhar, vestir, comer etc. O autor ao longo do desenvolvimento do conceito antropológico de cultura, apresenta referências variadas de comportamentos e sobre o modo de ver o mundo a partir de variações culturais, suas apreciações de ordem moral e valorativa, além de diferenças linguísticas e da própria fisiologia humana.

Japiassú e Marcondes (2006, p. 63), conceituam cultura como “formação do espírito humano quanto de toda a personalidade do homem: gosto, sensibilidade, inteligência”. E num sentido mais filosófico consideram-na como “um feixe de representações, de símbolos, de imaginário, de atitudes e referências suscetível de irrigar”, temos então, conceitos mais gerais sobre cultura.

Nesse ínterim, consideraremos os estudos de Viana (2018) e Gramsci (1982), para uma compreensão mais específica do que significa cultura para o marxismo, a peculiaridade das suas acepções, ainda que os contextos históricos sejam diferenciados.

Importante ressaltar que existem correntes diversas que defendem por exemplo o fim das metanarrativas e concepções subjetivista, que trazem no cerne das suas discussões a centralidade do sujeito em detrimento da sociedade. Todavia, nossa compreensão parte do pressuposto de que a universalização da cultura humana ocorre, na sociedade capitalista, por meio da universalização do valor de troca das mercadorias como mediação fundamental das relações sociais. Trata-se, portanto, de um processo dialético no qual ocorrem ao mesmo tempo a humanização, a alienação do gênero humano e dos indivíduos.

Para Viana (2018, p. 17-18) a cultura na sociedade capitalista,

ganha uma enorme complexidade, pois não apenas se expande e se vê envolvida por meios tecnológicos de comunicação e instituições educacionais, como também se torna submetida à divisão social do trabalho e ao seu produto derivado que é a divisão do trabalho intelectual. A divisão social do trabalho no capitalismo gera um conjunto de classes sociais e entre elas, a classe intelectual, especializada na produção intelectual (VIANA, 2018).

Além da classe intelectual, ela gera uma divisão do trabalho intelectual e esta produz diversas esferas sociais voltadas para a produção intelectual. A esfera artística, a esfera científica, a esfera jurídica, entre outras, produzem ideologias, representações, etc. que, cada uma, de acordo com suas especificidades, buscam a reprodução da sociedade capitalista e da própria esfera, através de autoavaliação e autolegitimação. Outro elemento que complexifica a questão da cultura no capitalismo é o Estado capitalista enquanto regularizador da produção cultural, com suas políticas culturais e educacionais, bem como outras instituições e o capital comunicacional (“indústria cultural”).

Cada processo remete a uma diversidade de questões, algumas já apresentadas anteriormente, mas cabe destacar que ao suscitar um conjunto de classes sociais, o modo de produção capitalista gera uma cultura capitalista que lhe corresponde, distinta por exemplo dos modos de produção escravista e feudal. Assim, a cultura corrobora com a sociedade vigente, principalmente com as relações de produção dominantes, mas também cumpre um papel primordial que está relacionado a formas de contestação, além do papel revolucionário e ativo, que apresentam-se como possibilidades de ação da cultura sobre a sociedade. Nesse contexto, algumas manifestações culturais específicas (como as ideologias com seu caráter conservador e as utopias com seu caráter revolucionário) expressam esse processo cultural de intervenção sobre a realidade e sua relação com a reprodução ou transformação social. (VIANA, 2018).

De acordo com Marx (1998, p. 59),

A libertação de cada indivíduo singular será alcançada na medida que a história seja totalmente transformada em história mundial. A riqueza real do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas conexões reais. Apenas isso libertará os indivíduos das barreiras nacionais e locais, os trará para a conexão prática com a produção (inclusive a produção intelectual) de todo o mundo e tornará possível a eles a aquisição da capacidade de desfrutar dessa multilateral produção de todo o planeta (as criações do homem).

Marx assinala a alienação existente na sociedade capitalista determinada pela venda da força de trabalho em troca do salário, não existe liberdade e coerência nesse processo exploratório. Viana (2018, p.19), define

“bagagem cultural do indivíduo, como resultado do seu processo de formação intelectual e a quantidade de elementos de cultura que um indivíduo ou grupo social possui”. Nesse sentido, o acesso cultural perpassa pela divisão social de classes, sendo assim a obtenção cultural dos indivíduos das classes desprivilegiadas é inferior à dos indivíduos das classes privilegiadas. Em síntese, Viana (2018, p. 21) deixa sua contribuição para o conceito de cultura sustentando que,

o marxismo não é um pensamento contemplativo, embora realize o processo de explicação dos processos sociais. O marxismo é um pensamento ativo e por isso visa intervir na realidade. O pensamento contemplativo intervém na realidade, mas sob forma conservadora. O pensamento ativo interfere na realidade, sob várias formas, dependendo de qual é esse pensamento. O marxismo intervém na realidade, tal como qualquer produção intelectual, simplesmente por existir e mobilizar indivíduos. Porém, ele pretende ir além disso, intervindo de forma intencional e revolucionária. Ele realiza esse processo através da luta cultural no interior do capitalismo e avança no sentido de buscar sua fusão com o movimento revolucionário do proletariado.

O pensamento Gramsciano tem uma difusão extremamente importante para a América Latina e para o Brasil, principalmente por seus estudos serem considerados em âmbitos variados como: as ciências sociais, a saúde, o serviço social, a educação etc. Mas quando se trata de questões da esfera cultural e intelectual, Gramsci, que é um filósofo italiano, torna-se imprescindível para a compreensão da cultura do ponto de vista marxista, suas análises que contribuem para “uma história dos intelectuais”, apresentam questões voltadas para a formação dos intelectuais, a organização da cultura, da escola dos princípios educativos e nas comunicações sociais.

O contato de Gramsci com os escritos de Marx acontece a partir do século XVIII e XI, sua maior contribuição para a luta política revolucionária foi dar uma atenção significativa à dimensão da batalha das ideias e da luta pela hegemonia no âmbito do que ele chama de sociedade civil. Mas, Isso não significa que ele deixou de enfatizar a necessidade dos momentos de enfrentamento e a necessidade real de derrubar os aparelhos repressivos do

Estado. O conceito de Estado para Gramsci (1987, p. 224) define-se em seus estudos da seguinte forma:

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e instrumento efficacíssimo de hegemonia ainda quando vez por outra esteja em desacordo com este ou aquele governo, etc.).

Gramsci percebeu que em algumas sociedades capitalistas, a burguesia complexifica suas formas de dominação, ela domina através da polícia, do exército, do sistema penal, do sistema carcerário, enfim, reprime pela violência, processo que Gramsci chama de estado coerção, estado strictu sensu ou sociedade política.

Em contextos históricos determinados predominava o Estado-coerção que instituíra à luta de classes uma ofensiva declarada para a conquista do Estado em sentido limitado. No ocidente deve-se buscar, simultaneamente às lutas que se dão no plano estrutural, a conquista de espaços e posições que garantam a hegemonia da classe dominada. “Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental, depois, quando exerce o poder, o mantém nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente”. (GRAMSCI, 2002).

Gramsci percebe que, tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora desenvolvem o que ele chama de aparelhos privados de hegemonia como: partidos, jornais, emissoras de rádio, de televisão, editoras culturais etc. e que esses aparelhos trabalham para difundir determinada concepção de mundo, de moral, de política e de sociedade. Ele assegura que só será possível uma revolução proletária se estrategicamente houver bases sólidas e duradouras, segundo Gramsci (2000, p.42):

Com o seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profundamente e extensamente.

Para Saviani (2012, p. 41), no decorrer do desenvolvimento da sociedade “o homem agia sobre a natureza coletivamente, e a educação coincidia com o próprio ato de agir e existir com o trabalho”. Assim, o ato de viver era o ato de educar-se e tornar-se homem, por meio do contato com a natureza, o homem arquitetou utensílios domésticos, domesticou animais, modificou hábitos e desenvolveu novas formas de comunicação, que ao longo da história enriqueceram socialmente sua existência.

Contudo, o papel exercido pela escola e pela ação pedagógica não aconteceria de forma abstrata, o ponto fundamental desse processo está numa educação contra-hegemônica e completamente ligada ao partido revolucionário, que constituiria a formação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, ou seja, “o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna”. (GRAMSCI, 2000, p. 18)

Logo, o processo de luta política ao lado dos enfrentamentos econômicos, como por exemplo de ordem física: protestos e confrontos com a polícia, existe também uma batalha das ideias, ou seja, a classe trabalhadora organizada em luta, para difundir o seu programa revolucionário com os seus potenciais aliados. É preciso destacar que a classe burguesa encontra-se numa condição infinitamente superior à da classe trabalhadora, tendo em vista que ela tem os meios materiais para organizar a cultura e luta na difusão

das suas concepções de mundo burguesas e individualistas, colocando-as como as melhores e únicas possíveis para a sociedade. Então, estamos diante de um processo de luta completamente desigual, enquanto a burguesia tem por exemplo a capacidade de montar uma gigantesca emissora de televisão, a classe trabalhadora organizada não consegue ter esse nível de alcance.

Destarte, é importante ressaltar que a economia global é um processo que se dá com a colonização da América na instituição do comércio que envolve três continentes: Europa, América e África. A Europa desempenha o papel central nesse processo quando parte para a dominação da região chamada América, aniquilando modos de vida, religiões, culturas, destruindo formas sociais e impondo formas sociais europeias ocidentais. Nesse comércio a África entra com a força de trabalho escravizada, tem-se um processo de dominação da região chama de América. Do século XV ao século XX, numa análise panorâmica da história mundial, verifica-se uma progressão continuada do colonialismo, evidentemente que houve resistência, a partir de guerras e revoluções como a Revolta dos Malês, A Guerra Quilombola no Brasil, a Revolta da Chibata a Revolução Haitiana, dentre outras. (MANOEL, 2020).

Ianni, (1972, p. 6), sobre o capitalismo e trabalho escravo aponta que,

dentre os acontecimentos importantes à explicação da sociedade brasileira, durante o século XIX, destacam-se o intercâmbio econômico com a Inglaterra e, internamente, a organização escravocrata do trabalho produtivo. No plano internacional, o Brasil é fornecedor de café, açúcar, fumo, couros, peles, erva-mate, arroz, madeiras, borracha, cujo comércio obtém recursos para manutenção da administração pública, a criação de novos serviços, o estímulo à iniciativa privada. No plano interno, a produção e a sociedade estão organizadas com base na escravatura. Em outras palavras, a sociedade brasileira está apoiada numa economia produtora de mercadorias para o mercado internacional, com fundamento na utilização predominante do trabalhador escravizado. Essa é uma contradição que se tornará progressivamente insuportável, até a sua superação.

Apesar de haver existido processos de oposição, o fato é que o colonialismo enquanto processo de integração e de criação de um mundo interligado venceu e impôs as suas formas sociais, políticas, econômicas e

institucionais. Portanto, a contra tendência expressiva que consegue recuar o colonialismo, surge a partir do círculo aberto com a revolução de outubro, a revolução russa, alguns processos integrados como a revolução chinesa, a vitória soviética sobre o nazismo, a revolução cubana, revolução coreana, as guerras de libertação no terceiro mundo, ou seja, uma série de artifícios sociopolíticos que invertem pela primeira vez em quase quatrocentos anos a tendência do mundo pela tendência progressiva.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil é permeado por crises, uma delas se dá no momento em que torna-se uma necessidade, a transformação do trabalhador escravizado em “trabalhador livre”, para atender os processos racionais do modo de produção capitalista. Segundo o autor (1972, p.7) “Mesmo depois da Abolição, várias décadas depois, a sociedade brasileira ainda manifestará as consequências das tensões e lutas decorrentes da referida contradição”.

Moura (2014, p. 55), situa esse processo contraditório de lutas e sua relevância histórica:

assim como a escravidão foi uma instituição nacional, a luta dos escravos contra ela também se espalhou por todo o nosso território. Do Rio Grande do Sul até o Amazonas eles lutaram contra o instituto que os oprimia. Os quilombos, as insurreições, guerrilhas, assassinatos de feitores, de capitães do mato e de senhores, o bandoleirismo, incêndios de canaviais, roubos e colheitas e raptos de escravas, quando não o suicídio, tudo isto era um fenômeno sociologicamente normal porque correspondia à contrapartida de negação ao modo de produção escravista.

Em suma, não se pode prescindir de estudo rigoroso e desvelado sobre trabalho, raça e classe na sociedade brasileira, que interprete a relação de determinados grupos sociais e a estrutura de superioridade política, histórica e econômica imposta pelo modo de produção capitalista. Assim, é preciso compreender a realidade social e humana, sair da aparência e do falseamento da história, considerando o pensamento marxista de que a razão em si, sempre caminhou com elementos de emancipação e que é possível a partir dessa teoria pensar alternativas à dominação racial-classista que historicamente vitima o povo negro trabalhador.

### 1.3 Formação das comunidades quilombolas no Brasil

Esta seção tem por objetivo contextualizar a formação das comunidades quilombolas no Brasil. A constituição dessas comunidades remete a um processo histórico bastante complexo, o período da escravização de seres humanos arrancados do Continente Africano. Pretendemos considerar as definições do termo quilombo da África ao Brasil, a importância do trabalho no escravismo moderno e trazer a discussão sobre a formação quilombola na Amazônia.

A palavra quilombo é procedente dos povos de língua bantu, no Brasil o quilombo<sup>1</sup> se constituiu como um movimento nacional de resistência e luta contra o escravismo moderno. Segundo Moura (1993, p. 14), “se o quilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura”.

Munanga (1996, p.60) afirma que,

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a

---

<sup>1</sup>Por outro lado, começou-se a ler o quilombo a partir de nova ótica, apoiada na necessidade de defini-lo para ser titularizado.

Efetivamente, a partir de debates iniciados em 1988, quando da Constituinte, "o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro".

Na realidade, o texto do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias nasceu das discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro que se encontram na base dos artigos 215 e 216 da Constituição. O artigo 215 dava ao Estado a função de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais. Pela primeira vez, aparecia na Constituição Brasileira "a noção de grupos diferenciados, participantes do processo formador da nação".

estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angola central e ocidental.

Os movimentos de resistência em África foram projetados na Angola, no período que compreende os anos de 1568 e 1587 acontecia a “longa marcha dos *jagas*”, também conhecidos como *imbangalas*, que reuniu guerreiros, homens e mulheres na luta contra a imposição da imigração forçada. Os quilombos, enquanto acampamentos guerreiros, foram imprescindíveis nesse processo, pois deles derivava a organização política, religiosa e militar necessária para desgastar o comércio de pessoas a serem escravizadas. Um outro significado para quilombo era “casa sagrada”, local onde acontecia o ritual de iniciação. Durante as expedições invadiram e devastaram o Congo com o intuito de desorganizar as estruturas portuguesas e reinos aliados dos europeus no tráfico de gente. As revoltas também surgiram na Guiné com os *bijagos* e nas Américas do Norte, Central e do Sul, os revoltosos designavam-se: *palenques*, *manbises*, *cumbes*, *saramakas*, *cimarrons*, *mocambolas* ou *quilombolas*. (PRIORE e VENÂNCIO, 2001)

Em 02 de dezembro de 1740, no Brasil, o quilombo ganha a seguinte definição: “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Nesse período crescia a população negra livre do domínio colonial, isso levou as autoridades portuguesas a declarem oficialmente o significado de quilombo no Brasil.

Para Munanga (1996, p. 63),

o quilombo brasileiro, é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência.

Os quilombos tanto na colônia quanto no império, foram espaços construídos pelos escravizados africanos e afro-brasileiros que sofriam violentamente com a repressão do aparelho de Estado escravista. Para Munanga e Gomes (2006) a palavra 'Kilombo' é procedente da língua banto 'umbundo', falada pelo povo 'ovimbundo' e faz referência a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Federativa do Congo (antigo Zaire) e Angola.

A defesa contra as formas variadas de torturas e as péssimas condições de sobrevivência fazia com que se organizassem permanentemente na busca pela liberdade e longe do processo desumanizador da escravidão. No espaço dos quilombos, os negros reuniam-se e conseguiam levar uma vida livre, longe das condições subumanas e alienadas a que estavam sujeitos. Moura (2014, 163 e 164), afirmava que:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se revoltava o próprio sujeito que a sustentava. [...] O quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente.

Os quilombos são registrados historicamente desde o século XVI, uma característica importante foram suas alianças com grupos sociais oprimidos, realizavam um escambo permanente para garantir o que necessitavam, principalmente armas e pólvoras. No seu desenvolvimento interno fabricavam lanças, arcos, flechas e demais objetos bélicos, no processo produtivo desenvolveram metalurgia, artesanatos, tecelagem e ações para alimentar e manter sua população.

Para Freitas (1980, p. 43), houve pelo menos sete tipos fundamentais de quilombos:

os *agrícolas*, que prevaleceram por todas as partes do Brasil; b) os *extrativistas*, característicos do Amazonas, onde viviam de drogas do sertão; c) os *mercantis*, também na Amazônia, que adquiriram, diretamente de tribos indígenas, as drogas para mercadejá-las com os regatões; d) os *mineradores*, em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso; e) os *pastoris*, no Rio Grande do Sul, que criavam o gado nas campanhas ainda não apropriadas e ocupadas por estancieiros; f) os de *serviços*, que saíram dos quilombos para trabalhar nos centros urbanos; e finalmente, g) os *predatórios*, que existiam um pouco por toda parte e viviam de saques praticados contra brancos. Nos seis últimos tipos, a agricultura não estava ausente, mas desempenhava um papel subsidiário.

Nesse sentido, os quilombos manufaturavam o que precisavam, aproveitando ao máximo os recursos naturais e o que extraíam das fazendas e dos engenhos, não se limitavam à monocultura das *plantations*, além de reproduzirem um determinado saldo para comercialização. Na economia escravista a produção essencial era enviada ao mercado externo, enquanto a população produtora passava por privações, nos quilombos, ao contrário, o tipo de economia comunitária possibilitava o acesso ao bem-estar de toda a comunidade Munanga (1996). Ao final do século XVI um grupo de escravos fugiu para a Serra da Barriga, no interior do atual estado de Alagoas. Nasce então um dos maiores símbolos da resistência à escravidão, o Quilombo dos Palmares era formado por um conjunto de mocambos (aldeias) organizados de acordo com a nacionalidade dos escravos, sua estrutura obedecia ao padrão que tinha na África. Passaram-se 100 anos desde a primeira referência a Palmares, durante todo esse período o quilombo resistiu aos ataques portugueses e holandeses, teve como suas duas principais lideranças Ganga Zumba e Zumbi.

A maior aldeia de Palmares possuía aproximadamente 1.500 casas, resistiu por mais de sessenta anos e chegou a contar com uma população de 20.000 habitantes Além de escravos e brancos pobres, indígenas também

viviam no quilombo, o poder era exercido pelo rei do Mocambo do Macaco. Para Fiabani (2012, P. 25),

a sociedade escravista jamais aceitou o fenômeno do quilombo. Procurou de todas as formas destruí-lo. Um exemplo dessa fúria foi a luta contra os palmarinos, quando foram enviados exércitos com a finalidade de aniquilar qualquer tentativa de formação de uma sociedade de produtores livres. Foram significativos os gastos com a destruição das comunidades quilombolas.

Toda e qualquer ação individual ou coletiva, excessiva ou negociada, à margem ou fora do sistema, perpetrada pelo escravizado contra a escravidão, é um ato político, ou seja, um aspecto central da luta de classes. As raízes do movimento negro estão na reação contra a escravidão, e tem um fundamento intrinsecamente político: a busca da liberdade. De acordo com França (2007, p. 17):

A forma mais politizada e radicalizada de resistência do negro escravizado foi o quilombo, presente em todo território nacional, durante os 388 anos da escravidão; hoje, conhecemos aproximadamente duas mil comunidades de remanescentes de quilombolas. Para os senhores de escravos e autoridades da época da escravidão, quilombo significava reduto de escravos fugidos. Para os africanos quilombolas, ao contrário, significava comunidade em solidariedade, em convivência e comunhão existencial, um significado derivado da língua Kimbundo da África Austral. Por isso os quilombos agregavam todas as raças, credos e etnias, acolhendo aqueles que não encontravam espaço na sociedade proposta pelos portugueses, independente da cor de sua pele.

Mesmo que o Quilombo dos Palmares e tantos outros quilombos tenham sido aniquilados, seus ideários de liberdade resistem no movimento negro. Reconhece-se que as experiências coletivas, organizadas e representativas do período da escravidão, protagonizadas por negros e negras, foram as dos quilombos, estas experiências marcam a gênese do movimento negro brasileiro. Foram inúmeras as formas de levante contra a condição de exploração e pela luta por liberdade ao sistema escravagista colonial. Cavalcante, (2015, p. 21), destaca que

no tocante ao protesto escravo, as análises enfatizaram as mais variadas formas de rebeldia, centralizando o quilombo como forma de resistência ideal. Com o intuito de recuperar a fibra e a dignidade

do escravo, que heroicamente lutava contra um sistema opressor, os quilombos assumiram lugar central.

A trajetória dos quilombos demonstra as formas variadas de resistência, um fenômeno histórico, político, étnico e uma população escravizada que fugia ao controle da classe senhorial. Em 1850 o governo imperial brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queiroz, essa lei proibia o tráfico negreiro, a entrada de escravos africanos no Brasil e a importação de escravos africanos, todavia, não proibiu o comércio de escravos dentro do Brasil, ou melhor, proibia o comércio na rota atlântica. O processo abolicionista brasileiro foi lento, entre a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei Áurea, que “aboliu” a escravidão, foram trinta e oito anos, o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. O processo abolicionista brasileiro foi lento e obedeceu a etapas, a Lei do Ventre Livre que é a Lei Rio Branco e a Lei dos Sexagenários também conhecida como Saraiva Cotegipe, foram etapas do processo abolicionista, não devem ser encaradas como leis revolucionárias, porém, deram continuidade ao processo e traziam uma mensagem velada, a qual informava aos senhores de escravos que a abolição se aproximava.

A abolição dos escravos no Brasil deve-se a fatores externos, como a pressão da comunidade internacional, pautadas em discursos humanitários e a expansão da sociedade industrial, ou seja, o desenvolvimento capitalista, o que tornava o trabalho escravo incompatível. E quanto aos fatores internos que contribuíram para a abolição, podemos citar a ação dos Caifazes, que eram abolicionistas radicais e auxiliavam fugas em massa, as pressões de associações, clubes e jornais abolicionistas, além da atuação de lideranças com destaque par Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

Os Caifazes revelaram-se como a esfera mais avançada do movimento abolicionista, amparando o fomento das aflições e conflitos entre senhores e escravos, nas fazendas e cidades. A união entre o abolicionismo popular e as ações executadas pelos escravos em busca de sua liberdade constituiu o fator fundamental para o encerramento da escravidão no Brasil,

rompendo por dentro uma estrutura social que já durava há quase quatro séculos.

A Lei Aurea determinava uma abolição sem o pagamento de indenizações das elites escravistas, nesse caso, é preciso entender que essa lei não foi um gesto maternal, um ato de bondade, foi a conclusão de um processo que se arrastava a anos no Brasil. Esse processo abolicionista rendeu popularidade a Dom Pedro II, no entanto o acolhimento popular não foi o suficiente para impedir a implantação da república no Brasil, a abolição não foi acompanhada por reformas, nem agrária e muito menos educacional, os ex-escravizados foram simplesmente jogados na sociedade, a exclusão e a marginalização eram uma questão de tempo.

Após a abolição da escravidão em nosso país, os quilombos passaram a ser denominados de comunidades remanescentes dos quilombos ou comunidades quilombolas, que são constituídas por descendentes de escravos fugidos, mas com outras pessoas que foram chegando no decorrer do tempo. Mais de um século se passou para que as terras de pretos começassem a ser reconhecidas e regularizadas, porém o processo ainda é considerado lento, burocrático e trava uma luta contínua com fazendeiros, grileiros e empresários.

Mesmo após o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais de 1988 o qual reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos, e o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68, o processo de demarcação das áreas não é fácil. Existem dois estágios, certificação e titulação.

As comunidades quilombolas são grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação e monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas

em troca de prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Em todos os casos, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade.

Embora a validação das comunidades quilombolas tenha sido legítima, ainda existem entraves que dificultam o acesso dessa população às políticas públicas e ao direito cidadão. O embate constituído para obter a titulação das suas terras, demonstra resistências no que diz respeito aos interesses de fazendeiros, grileiros, dentre outros interesses comerciais. Além disso, essas comunidades frequentemente sofrem com a falta de infraestrutura, educação precária e acesso limitado aos serviços de saúde. Infelizmente a coerção externa sobre territórios quilombolas, soma agronegócio, desmatamento, mineração, além de pôr em perigo não apenas o meio ambiente, mas também os modos de vida tradicionais dessas comunidades.

Infelizmente, a população afrodescendente continua a enfrentar entraves expressivos no acesso ao trabalho digno, à educação com qualidade, à saúde que respeite as suas especificidades e a outros direitos essenciais, as desigualdades de classe e raça prosseguem até os dias atuais, como reflexo de injustiças históricas advindas da escravidão e da discriminação racial.

A organização das sociedades quilombolas no Brasil é um testemunho da superação e da luta por liberdade e igualdade ao longo da nossa história. Essas comunidades têm cumprido com responsabilidade a preservação da cultura africana e afro-brasileira na formação da identidade brasileira. No entanto, ainda que possuam reconhecimento legal, ainda encaram desafios variados no que diz respeito à proteção de suas terras e à garantia de condições de vida dignas. A história, cultura e resistência dessa população são imprescindíveis para compreendermos a totalidade do que é esse Brasil continental, tão sedento de justiça social.

### **1.3.1 A importância do trabalho na formação cultural das comunidades quilombolas no Brasil**

O colonialismo tem uma longa duração histórica que perpassa por toda a modernidade, desde o período pré-capitalista até atualizar-se na fase capitalista e na etapa superior do capitalismo imperialismo, com quatro características centrais: um processo de dominação militar ultraviolento, extermínio físico e cultural, total ou parcial de povos dominados, um processo de desumanização e negação do sujeito de maneira brutal, que opera uma ideologia de demonização de todos os aspectos da existência desses povos desde a sua cultura, religião, costumes, música, ou seja, a negação total desses povos e seres humanos, enquanto elemento que é base desse processo brutal de exploração econômica. (FANON, 2008).

De acordo com Fiabani (2012, p. 254, 255), quando operavam-se as fugas existiam razões críveis para esse movimento, dentre elas:

Excesso de trabalho, castigos, maus-tratos. A conjuntura econômica levou também os cativos à fuga. Sobretudo em momento de expansão da produção, para extrair o máximo e trabalho excedente, o escravizador submetia os trabalhadores escravizados a terríveis esforços produtivos, fazendo com que muitos abandonassem o eito pelas matas, em desesperada defesa da própria sobrevivência biológica. O trabalho e o castigo faziam parte do cotidiano do cativo. "O escravo é o inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada de instrumento animado." Os proprietários serviam-se sobretudo do castigo e da ameaça do castigo para manterem os trabalhadores na disciplina produtiva. Em seu Manual do agricultor brasileiro, Taunay era explícito sobre a função pedagógica do castigo sistemático para manter ritmo produtivo. "Qual será a mola que os poderá obrigar a preencher seus deveres? O medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista.

Neste contexto, o trabalho e a sua centralidade enquanto princípio, são indispensáveis à análise da formação da existência humana, perceber o quanto esta categoria interfere nos mais variados âmbitos da vida social e econômica faz-se necessário para o desvelamento do modo de produção capitalista e como ele se materializa no cotidiano de homens e mulheres no interior das comunidades quilombolas, pois são grupos com culturas próprias, porém não podem ser e não estão isolados do restante da sociedade. É necessário ressaltar que a relação do trabalho e a vida nas comunidades

quilombolas estão muito além de uma questão simplesmente econômica, pois historicamente, as comunidades quilombolas desenvolveram modelos específicos de organização do trabalho, fundamentados em princípios comuns de humanidade, solidariedade e reciprocidade.

No Brasil o trabalho escravo ainda persiste enquanto herança do processo de escravização de seres humanos e atinge lamentavelmente a indústria, as donas de casa, o trabalho infantil e as famílias do campo, bem como comunidades indígenas e quilombolas. A interligação entre as categorias trabalho e escravidão, principalmente quando analisamos a história do Brasil e de vários outros países em que este sistema se potencializou, é possível verificar trabalho desumano, forçado e com graus extremos de brutalidade, isso por si só priva a liberdade, usa uma força coercitiva que retira a humanidade desses seres e não remunera ou ao menos garante direitos mínimos à sobrevivência dessa população. Comparato (2010, p. 109), elucida o conceito afirmando que:

Diante desta grande diversidade de formas sob as quais o trabalho se apresenta, encontrar uma definição adequada não é uma tarefa fácil. De uma maneira geral, pode se considerar que o trabalho é qualquer atividade que transforma a natureza. Mas saber o que exatamente conta como trabalho depende das circunstâncias sociais específicas nas quais a atividade é exercida e, acima de tudo, como essas circunstâncias e a atividade são interpretadas pelos indivíduos envolvidos. Uma mesma atividade, por exemplo, pode ser considerada como heroica em uma situação de guerra e como um trabalho degradante em tempos de paz.

Importante perceber que nosso país foi tomado pelas mazelas sociais impostas pela escravidão e se propagou em campos variados da vida social, fosse nos espaços urbanos ou no campo, pois era desses ambientes que era explorada a mão de obra para produção e comercialização de café, fumo, açúcar, pau-brasil, ouro e etc. O modo de produção capitalista e suas contradições no contexto brasileiro foi se institucionalizando ao longo do tempo, e no período entre o Brasil Colônia e até 1888 com “abolição da escravatura”, foram milhões de africanos mercadejados para o Brasil e subjugados ao trabalho escravo em plantações, minas, engenhos e outras

atividades econômicas. Comparato (2010, p. 109), conclui a definição do trabalho neste processo de formação cultural das comunidades quilombolas da seguinte forma:

Não deixa de ser significativo que a origem da palavra trabalho seja o termo do latim *tripalium*, que designava um instrumento composto de três estacas e que servia para imobilizar os animais de grande porte para que fossem marcados a ferro. Desde cedo, portanto, o trabalho foi associado a um instrumento de tortura e carrega hoje uma conotação de sofrimento. Por outro lado, o trabalho é uma atividade essencial na sociedade contemporânea, pois, além de representar o único ganha-pão da grande maioria da população, garante dignidade e reconhecimento social. Nem todos os trabalhos são igualmente reconhecidos, contudo, e alguns conferem mais status do que outros. Não podemos esquecer que no Brasil, e durante todo o tempo que durou a escravidão, o trabalho era uma atividade atribuída, sobretudo aos escravos.

O trabalho sempre foi elemento fundamental de resistência nos quilombos e comunidades quilombolas no nosso país. No período colonial, os quilombolas decorriam ao trabalho agrícola e à caça para garantirem sobrevivência, isso os mantinham fora do processo de escravização e fortalecia a autonomia no cultivo de alimentos e na produção de artesanato, tão essenciais à sustentabilidade dessas comunidades.

As comunidades quilombolas no Brasil têm cumprido um papel imprescindível na preservação da cultura afro-brasileira e africana. O trabalho se apresenta como categoria central nesse processo, não apenas como meio de subsistência, mas também como uma forma de expressão cultural, resistência histórica e modo de vida. As comunidades quilombolas são fortemente influenciadas pela herança africana por meio de práticas agropecuárias, produção de artesanatos e métodos de instalações diversas, transmitidos de geração a geração, conservando viva a memória das tradições africanas. As técnicas agrícolas, como o cultivo da mandioca e a pesca com redes, refletem a influência das culturas africanas e a adaptação a novos ambientes.

O artesanato nasce de uma compilação de bens culturais que manifestam os modos quilombolas de fazer, sentir e se relacionar com a natureza e com o coletivo. É comumente utilizado para contar histórias e

resguardar memórias e a oralidade, se sobressai por utilizar recursos naturais diversos como palha para cestaria, cerâmica, sementes, madeira, dentre outros materiais que servem também para confeccionar instrumentos utilizados no trabalho. Há sempre a preocupação em valorizar a herança africana e afro-brasileira por meio das cores, dando vida a ornamentos, espaços em comum e utensílios em geral, o que configura uma forma de expressão cultural.

Outro fator relevante a ser observado é que o artesanato, enquanto trabalho, também se organiza em práticas sustentáveis que preservam a biodiversidade e requerem técnicas que utilizem matérias-primas disponíveis no ambiente onde vivem e interagem. Os quilombolas possuem conhecimentos minuciosos sobre a biodiversidade local onde residem e isso lhes dá subsídios importantes nas práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Marx (1983 apud Netto; Braz, 2007, p.31) descreve

o processo de trabalho (...) como a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidade humana, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, (...) comum a todas as suas formas sociais.

Historicamente os quilombos simbolizam resistência e enfrentamento diante do processo de escravização dos negros africanos e seus descendentes. Ainda assim, mesmo diante das adversidades impostas, a população fincou raízes e ao longo da história lutam pela preservação da sua cultura por meio da religiosidade, da linguagem, dos tambores e das características culturais de grupos étnicos diversos que foram determinantes na divisão do trabalho militar e das atividades produtivas. Assim, seja individual ou coletivamente, com suas qualidades culturais, os negros construíram conhecimentos e resistiram socialmente contra a estrutura do Estado escravagista.

Oliveira (1987, p. 31), caracteriza o ser escravo como um homem que é propriedade jurídica de outro homem e explica:

Do ponto de vista econômico, o escravo é realizador do trabalho, o que produz, o produtor direto, mas, como propriedade de outro homem, é também meio de produção, propriedade móvel, que pode ser vendida. A parte que cabe ao escravo do produto de seu trabalho corresponde ao mínimo vital, o suficiente para reproduzir a força de trabalho.

O modo de produção escravista apresentava como elemento estrutural fundamental, as contradições entre senhores e escravos. Segundo Guimarães (1988) “o quilombo não se define a partir do local, mas a partir do elemento humano que o integra”. O que precisa ser compreendido é que tanto o quilombo, quanto o quilombola constituem artefato de resistência ao sistema, e o aspecto local, não está acima disso.

Os quilombolas procuravam por meio do trabalho a principal forma de sobrevivência, isso significa que trabalhavam para manterem-se vivos, ou seja, transformavam a natureza para suprir suas necessidades, nesse caso a natureza é objetivada pelo trabalhador. Houve um período histórico em que não havia tantas contenções e proibições ao uso da terra, era comum caçar, cultivar alimentos e obter ou trocar apenas itens não fornecidos tão facilmente pela natureza como: sal e querosene.

No entanto, com o passar do tempo e as mudanças no processo de titulação de terras, e a pecuária começa a substituir o plantio, a colheita diminui e surge a dificuldade dos quilombolas em acessar terras férteis e força um movimento que impõe a necessidade de aquisição de outros itens para a manutenção da vida.

Além disso, um reflexo do período escravocrata ainda persiste na sociedade moderna, pois as comunidades quilombolas no Brasil, ainda enfrentam desafios gigantescos relacionados ao acesso à terra, à saúde, à infraestrutura, à educação, e isso atinge suas condições de trabalho e de vida de forma significativa. A territorialidade e a luta pela garantia dos direitos quilombolas são demandas fundamentais não somente pela posse da terra, mas pela sobrevivência cultural, econômica e física desses povos. Em suma, a relação entre trabalho e comunidades quilombolas no Brasil é demarcada por uma luta legítima pela vida, pela preservação das tradições africanas e

afro-brasileiras e pelas adversidades enfrentadas no contexto socioeconômico de um país marcado pelas mazelas de um passado escravagista e de tantas opressões de raça, classe e gênero.

### **1.3.2 O trabalho e a formação das comunidades quilombolas na Amazônia**

A escravidão negra na Amazônia ainda soa de forma estranha a muitos indivíduos, inclusive nas universidades, mais ainda quando se refere a comunidades quilombolas existentes no Amazonas. Diante disso, urge uma necessidade de aprofundar análises e pesquisas com abordagens diversas sobre as sociedades quilombolas, em específico no baixo Amazonas, cuja existência consolidou-se nas várias comunidades negras rurais e ribeirinhas formadas nos rios e lagos da região. Essa história vive nas memórias dos remanescentes quilombolas que ali habita, estas são contadas e preservadas por meio das manifestações religiosas, das danças, da luta pelo reconhecimento da territorialidade e ancestralidade dos quilombolas que por muito tempo ocuparam as matas, fazendo delas seu espaço de sobrevivência e liberdade.

A Amazônia com sua dimensão internacional expressa-se significativamente por meio do fato de possuir a maior bacia hidrográfica do mundo, uma riquíssima biodiversidade, maior floresta tropical, enfim, seu biossistema incomparável, coloca essa região num patamar prioritário, principalmente com tantas mudanças bruscas acontecendo no nosso ecossistema. Essa realidade complexa necessita ser sistematicamente observada e estudada na sua totalidade, pretendemos aqui relacionar o conceito de trabalho escravizado, a expressão econômica e a historiografia que traz como contradição, uma Amazônia periférica, principalmente no período de colonização e escravização de seres humanos. Alencastro (2000, p. 141) considera que:

Na Amazônia, onde a colonização camponesa não integrava o quadro de opções definidas pela Coroa e pelo capitalismo comercial português, o incremento da agricultura de exportação vem acoplado com as primeiras operações de trato negro. Para enlaçar a

Amazônia à metrópole, as autoridades deviam primeiro até-la ao mercado africano. Iniciativas locais, estimuladas pelo exemplo do trato negreiro para o Estado do Brasil, já tomavam essa direção. De fato, a Câmara de São Luiz solicitava em 1665 escravos de Angola e Guiné para a cultura de suas fazendas e engenhos. Provisão régia de 1672 dá aos moradores um desconto de dois terços nos direitos de entrada dos escravos angolanos importados no Maranhão.

A historiografia aponta um movimento escravista na Amazônia, os estudos sobre a contribuição histórica do negro na Amazônia vêm avançando nos últimos anos. Algumas produções têm se dedicado às análises que apontam a participação efetiva afrodescendentes e suas heranças culturais na constituição de comunidades remanescentes quilombolas, dentre outras temáticas extremamente importantes e necessárias para a compreensão das relações etnicorraciais na região e para o fortalecimento do combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito em nossa sociedade. Mas, apesar dos avanços, as lacunas ainda são muitas, a invisibilidade e o silenciamento são fatores que interferem negativamente para o avanço das políticas efetivas de promoção da igualdade racial. Na visão de Silva e Mourão (2018, apud Sampaio, p.8):

Em se tratando de Amazônia e, mais particularmente, do Amazonas, estamos diante de um tema muito pouco frequentado pelos estudiosos. Um silêncio persistente que insiste em apagar memórias, histórias e trajetórias de populações muito diversificadas que fizeram dessa região seu espaço de luta e de sobrevivência. Esta é uma dívida de muitas gerações que ainda reclama sua paga.

Sampaio aponta a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre o Amazonas, a pesquisadora tem se empenhado tanto em investigar e escrever sobre a historiografia dos afrodescendentes, como fomentar e orientar grupos de estudiosos, professores e o próprio movimento negro, à indagações, reflexões e produções acadêmicas comprometidas em revelar a presença negra na Amazônia. Chambouleyron (2007, p. 4), corrobora apontando que

A Amazônia com essa sua expressão *suis generis* econômica deva ser entendida ou tratada como uma área periférica do Brasil Colonial. aponta: A historiografia insistiu nesta contradição para entender a economia amazônica. Em vários trabalhos como os escritos por Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Roberto Simonsen, Nelson Werneck Sodr e e Arthur Cezar Ferreira Reis, a economia(...) foi pensada comparativamente a outras experiências coloniais – notadamente o Nordeste açucareiro – revelando o fracasso da implementa o de uma economia baseada na escravidão africana e no desenvolvimento de plantation.

O Amazonas foi o segundo estado a abolir a escravidão, antes mesmo da Lei  urea de 1888, Theodoreto Souto no dia 10 de julho 1884, anunciou o fim da prática na região. Esse fato histórico contradiz a invisibilidade dada aos negros no Amazonas, principalmente porque ainda não   possível considerar o fato de que haja uma aboli o, se não há escravizados.

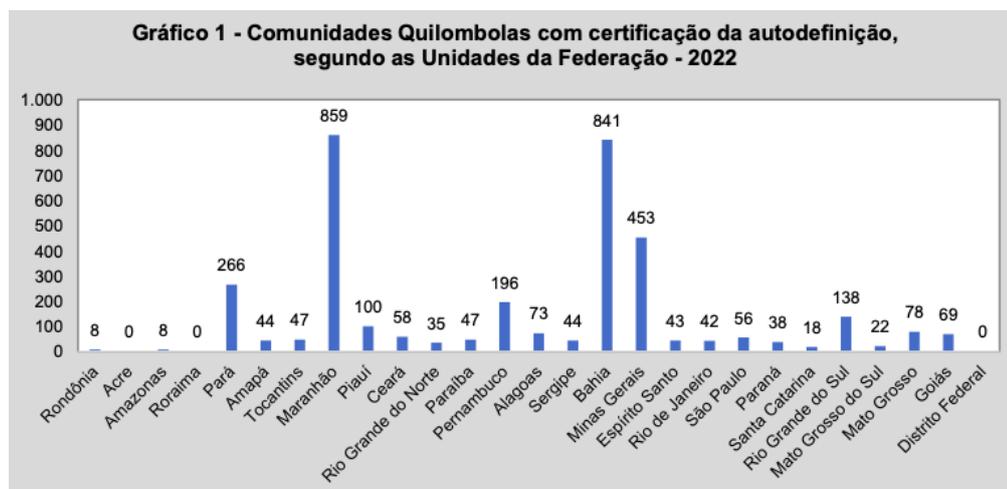
Cavalcante (2015, p.18), concorda com os anteriores e argumenta:

Diferentemente do Pará, que conta com importantes estudos sobre a escravidão negra, o Amazonas ainda convive com esta memória que silencia a trajetória dos escravos e das popula es de origem africana. Por outro lado, essas narrativas silenciam sobre as tensões no processo de aboli o dos escravos, tratando-o como um correr de águas tranquilas sem qualquer refrega ou descontentamento. [...] A profundidade desse silêncio   tão grande que falar em escravidão negra no Amazonas causa estranheza para os ouvidos do senso comum e certa contrariedade entre os acad micos.

Observa-se que existe uma certa concordância de que existe um silêncio, e ele traz prejuízos à sociedade. O Estado obteve contribui o de escravos oriundos do Pará e do Maranhão, existem inúmeros relatos e documentos que retratam o período verificável em documentos e relatos de época. Após uma campanha abolicionista de 16 anos largamente documentada, teve a African House e no pós-aboli o conhecidos “bairros negros” como a Vila São José, o Seringal mirim, a tradicional praça 14 de Janeiro, o Zumbi dos Palmares, o primeiro governador afrodescendente do Brasil, Eduardo Ribeiro e ao final do século XIX da presença histórica de negros barbadianos e seus descendentes (SILVA, 2006).

A dinâmica da escravidão no Amazonas não foi diferente do que aconteceu em outros lugares do país, houve opressão, violência, mas também muita resistência, tanto de negros, como de indígenas. O resgate dessa historiografia e de registros que evidenciem cada vez mais o legado africano ao nosso estado. Até agosto de 2012, a Fundação Cultural Palmares certificou 1834 comunidades quilombolas, presentes nas cinco regiões do país.

**Gráfico 1:** Comunidades Quilombolas certificadas no Brasil



**Fonte:** Fundação Cultural Palmares, 2022.

Como aponta o gráfico do IBGE/2022, sobre comunidades quilombolas, no Amazonas são oito as comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Palmares, são elas: o Quilombo do Tambor situado no município de Novo Airão, no Parque Nacional do Jaú, a Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, no município de Itacoatiara, o Quilombo do Barranco, segundo quilombo urbano reconhecido no Brasil, localizado no Bairro da Praça 14 de Janeiro em Manaus, e as comunidades Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Mutupuri e Trindade, situadas à margem do rio Andirá, na região do baixo rio Amazonas. (Silva e Mourão, 2018).

De acordo com Ranciaro (2016, p.33):

Resultantes de situações objetivas, tais circunstâncias impuseram-me reflexões acerca da trajetória de agentes sociais em permanente processo de construção que, ao se reinventarem, produzem e reproduzem-se socialmente. Não obstante, voltar-se para aquela realidade e perceber sua caracterização como ribeirinho, posteriormente, do identificar-se quilombola; de compreender o processo de construção identitária politicamente encapsulado no projeto de etnicidade; bem como no desdobramento intrínseco a essa questão, quanto à conquista de um território resultante de uma política de territorialidade, constituíam-se num repertório de questionamentos que me foram colocados. Seria necessário identificar e enveredar por um esquema científico-investigativo para proceder à análise dessas construções e, assim, interpretá-las com a profundidade que o assunto requer.

A constituição brasileira promulgada em 1988 reconhece o direito definitivo dos remanescentes quilombolas às terras que ocupam, cabendo ao Estado providenciar os títulos de propriedade. O artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais transitórias estabeleceu esse princípio após anos de luta em tribunais por todo o país, ressaltamos que os artigos 215 e 216 fazem também menção ao direito de preservação e manifestação cultural, de natureza material ou imaterial.

Importante ressaltar que o reconhecimento dos Territórios Quilombolas, é legalmente demarcado por meio do processo de regularização fundiária, com o objetivo de possibilitar a singularização das implicações para os territórios em cada momento. A regularização fundiária quilombola se estabelece segundo o Decreto no 4.887, de 2003, as legislações estaduais e as normativas do Incra e dos órgãos com competências fundiárias nos estados e municípios. A primeira etapa do processo consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), visando o levantamento de informações fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades. Após a publicação do RTID e as notificações, os interessados terão o prazo de 90 dias para contestarem o RTID junto às Superintendências Regionais do Incra, juntando as provas pertinentes. A fase de identificação do território encerra-se com a publicação da portaria do Presidente do Incra que reconhece os limites

do território quilombola no Diário Oficial da União e dos Estados. Quilombolas: Primeiros resultados do universo (IBGE, 2022)

É preciso notar que a Amazônia é um espaço compreendido como demarcação para a acumulação de capital, dessa forma, o movimento de “mundialização do sistema capitalista” depreende a pressão que o capital exerce sobre esta fronteira. Para Marx (1858, p.721),

enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; i.e., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo.

Importante destacar que formulações simplistas, aparentemente formuladas, mantidas e orientadas por inclinações internacionais, não contribuem efetivamente para a identificação e superação dos conflitos que abarcam interesses soberanos do Brasil e principalmente as investidas econômicas na região amazônica, como por exemplo, a garantia de direitos às populações quilombolas.

O respeito à integridade dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, principalmente no que diz respeito à terra, enquanto espaço que tradicionalmente ocupa as riquezas naturais, diversidade biológica, conhecimentos tradicionais e remetem a grandes desafios relacionados aos interesses nacionais do povo brasileiro, é um tema que precisa ser pautado e revisitado cotidianamente nos espaços de poder, nas escolas, na academia, no parlamento, no seio dos movimentos sociais, dentre outros. Mas, é imperioso averiguar abordagens, epistemes e ações concretas que aprofundem e qualifiquem uma práxis política respeitosa e equilibrada, fundamentada constitucionalmente numa regulamentação de direitos para que os desafios postos ao nosso país sejam eficazmente equacionados e enfrentados a partir de análises da realidade concreta de cada território. Portanto, é necessário considerar a singularidade do Estado do Amazonas, pois as políticas para promoção da igualdade racial no Território Quilombola

do município de Barreirinha, enfrenta morosidade no processo de sua implementação as Margens do Rio Andirá.

## SEÇÃO II

### A FORMAÇÃO CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS À MARGEM DO RIO ANDIRÁ

*“Somos quilombolas da Amazônia  
Negros e cafuzos dessa região  
O Boi Garantido festeja seu povo  
pulsando a Mãe-África no coração.  
Mocambo é morada do sonho cabano  
Navega nas águas do nosso rio-mar  
Iretê, Erepecuru, Madeira, Trombetas,  
Negro, Tapajós, Andirá”*

*Eneas Dias, João Kennedy, Marcos Moura.*

Nesta seção adentraremos num breve histórico do município de Barreirinha, o objetivo é abordar sobre sua formação social, econômica, histórica e cultural enquanto uma cidade da região amazônica, com seus elementos históricos mais significativos, fundação, população, presença de povos tradicionais, exploração e desenvolvimento. No segundo momento, apontaremos as análises a partir da leitura teórico-analíticas e da experiência vivenciada tanto em Barreirinha, enquanto microrregião de Parintins, como também as idas e vindas à Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri.

#### **2.1 A Formação social, histórica e cultural de Barreirinha**

Barreirinha está localizada no Estado do Amazonas e, de acordo com os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, computa uma população de 31.051 pessoas, com densidade demográfica de 5,40 habitante por quilômetro quadrado, a qual se estende por

uma região de 5.751,765 km<sup>2</sup>. Os registros históricos apontam que Barreirinha é

conhecida como a Princesinha do Paraná do Ramos, está localizada na mesorregião Centro Amazonense e na microrregião de Parintins. A cidade surgiu em meados de 1830, oriunda de um povoado onde se localiza hoje o Distrito Freguesia do Andirá, núcleo por sua vez, da Missão do Andirá, criada em 1848 pelo capuchinho Pedro de Cariana. Até então, era jurisdicionada pela Província do Pará, que exercia também jurisdição sobre a comarca do Alto Amazonas. Em 1851, chega ao local o jesuíta Manuel Justino de Seixas, que constrói uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Socorro, um importante evento para o povoado. Um ano depois, foi elevada a Curato, e em 1853, teve sua denominação mudada para Nossa Senhora do Bom Socorro do Andirá, sendo nesta altura um distrito de Parintins. Alguns anos à frente, o distrito recebe o nome de Andirá. Devido a dificuldade de acesso no período da vazante dos rios, em 1870 a Sede foi transferida para um local chamado Barreirinha, nome dado por possuir terras de barreiras elevadas, e pela Lei Provincial nº 539 foi criado em 1881 o município de Barreirinha, sendo desmembrado de Parintins. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 5 distritos: Barreirinha, Ariaú, Cametá, Freguesia do Andirá e Pedras [...] (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/v4.6.53).

“Ao longo de sua formação a cidade recebeu nomes como: Santa Cruz do Andirá, Missão do Andirá, Villa do Andirá, Curato de Freguesia, Nossa Senhora do Bom Socorro de Barreirinha, Freguesia do Andirá, Vila Nova de Barreirinha e então cidade de Barreirinha” (Cerqua 2009, p.119 e 120). O município está situado a 331 quilômetros de Manaus, capital do Amazonas, localiza-se no extremo leste do Estado, na divisa com o Pará, é composto por 106 comunidades rurais, dentre elas destacam-se as indígenas (Sateré-Mawé) e as cinco comunidades quilombola.

Barreirinha possui grande importância histórica, social e econômica, quando submergimos nessas histórias sobre cidades amazônicas, nos deparamos com um passado e presente constituído por lutas de classes, que se constituíram historicamente entre europeus e indígenas. Em decorrência desse percurso, temos conflitos territoriais e tentativas constantes de extermínio da cultura, da história e dos conhecimentos tradicionais de povos que habitavam a Amazônia há milhares de anos.

Segundo a Biblioteca da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Barreirinha integrava a nação Sateré-mawé, anos depois, o território pertenceu a Manuel da Silva Lisboa, que abandonou o estabelecimento a fim de fugir do célebre indígena Crispim de Leão, que inclusive incendiou a incipiente povoação de Andirá. Os apontamentos históricos denominam que Andirá decorre da grande quantidade de morcegos de asas pretas e cabeças brancas existentes no local, aos quais os indígenas designavam andirá, nome dado ao rio e em seguida à povoação que aí surgiu, com apenas seis ou oito barracas cobertas de palha.

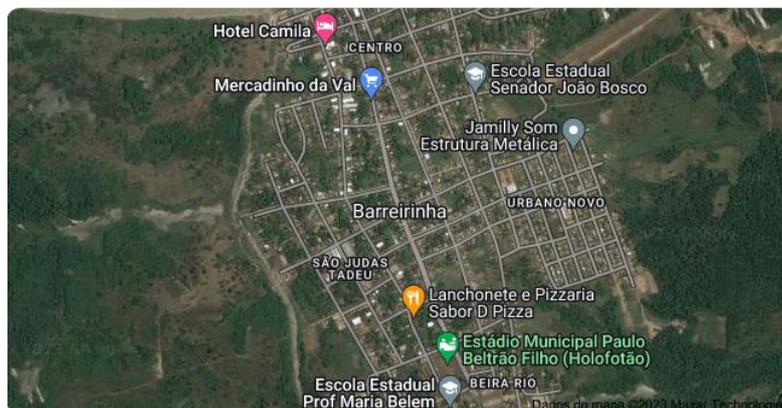
Outro elemento que chama atenção na constituição do município é que Barreirinha foi fundada em uma área de terra barrenta e avermelhada, na época da vazante, onde as arirambas erguiam seus ninhos nas paredes das barrancas e chocavam seus ovos, esse é o motivo pelo qual as pessoas nascidas no município são alcunhadas de arirambas. A Prefeitura de Barreirinha corrobora na sua Sinopse Histórica do Município de Barreirinha, elaborada por Aurélio Carneiro de Andrade que o município possui

atualmente, 14 distritos e 170 comunidades, em uma região onde a fauna e flora são ricos, cenário natural que desperta atenção de visitantes. Seu território contempla terras indígenas da etnia Sateré-mawé e comunidades de remanescentes quilombolas, que representam um símbolo cultural e identidade marcante da localidade. O município também é conhecido por ser a terra de Thiago de Mello, um dos maiores expoentes da literatura brasileira, também destaca-se pelas suas festas e tradições, como o Festival Folclórico dos Touros, Festa dos Marujos, Exposição Agropecuária, Festa de Nossa Senhora do Bom Socorro, dentre outras.

Ao longo dos trajetos vivenciados, que nos colocaram em contato direto com o município, foi possível desvelar a realidade, considerando aspectos primordiais para a compreensão dos modos de vida, tanto do processo de urbanização como da relação dialética do trabalho no campo com a natureza, para isso buscamos caracterizar a formação dessa sociedade específica. No que diz respeito às disputas territoriais e demais lutas históricas, as populações tradicionais existentes nesta região enfrentam projetos neoliberais constantemente, ainda assim buscam permanentemente assegurar a implantação e implementação de políticas públicas que ajudem

na garantia dos direitos cidadãos, de acordo com as especificidades culturais, territoriais, históricas, sociais e políticas.

**Imagem 1:** vista aérea da cidade de Barreirinha/AM



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Barreirinha>

Do ponto de vista da estrutura local da cidade, nos deparamos com uma arquitetura composta por ruas direcionadas à orla da cidade, onde encontra-se o Porto, característica de muitos municípios do Amazonas, projetados para serem vistos de longe. Optou-se por morar na região da pesquisa por um ano, a fim de experienciar o que de fato acontece no cotidiano dos sujeitos desses lugares, mais especificamente, nos municípios de Parintins, Barreirinha e da Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri.

**Imagem 2:** Orla de Barreirinha no período da cheia do rio



**Imagem 3:** Orla de Barreirinha no período da seca do rio



**Fonte:** g1.globo.com  
Nota: Nov., 2023

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2023)  
Crédito: Pesquisadora

As imagens demonstram momentos diferentes em que o rio protagoniza a existência desses modos de vida, seguido da floresta e da terra, configurando-os como elementos essenciais à produção dessa humanidade. A base alimentar é retirada dos rios, das plantações, da pecuária e de atividades extrativistas na floresta, tendo o trabalho como categoria basilar no processo de modificação da natureza para possibilitar a materialidade da vida.

No município, os processos produtivos desenvolvidos ao longo da sua formação, remetem a uma economia da cidade que cresceu muito desde sua elevação a essa categoria. Entretanto, em meados dos anos 1920 uma tensão econômica se instalou, resultando em eventos como invasões, saques, enchentes dos rios, plantações assoladas, o que destruiu mais da metade da lavoura cacaueteira, uma das mais importantes da época. Neste período, atos estaduais determinaram que Barreirinha voltasse a fazer parte de Parintins. A tabela nº 1 apresenta as características do município de Barreirinha.

**Tabela nº 1:** Características gerais do Município de Barreirinha

<b>DADOS POPULACIONAIS</b>	<b>2010</b>	<b>2022</b>
População	27.361	31.051
Urbana	12.422	14.000
Rural	14.939	13.866
Área	5.750,6 0	5.750,5 3
PIB	122.388 ,00	258.82 3,05
IDH	0,574	0,574
Trab. Rurais	3.464	4.758

Taxa Desempregada	3.464	10.481
	13.814	11.901
Taxa Mulheres	13.043	
Taxa Pardos	7.802	
Taxa Negros	196	
Taxa Indígenas	893	
Taxa Brancos	833	

**Fonte:**  
Censo  
IBGE

**Tabela nº2:** Composição geográfica territorial de Barreirinha

DISTRITOS DE BARREIRINHA					
Distritos	Ariaú	Barreirinha	Cametá	Freguesia do Andirá	Pedras
População	5.438	10.606	3.163	4.162	3.986

**Fonte:** Censo IBGE

De acordo com os dados mais recentes do IBGE e da Seplan do Amazonas, o setor primário composto pela agricultura, pecuária e pesca se destaca no município por meio do plantio de mandioca, abacaxi, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, juta, malva, melancia, melão e tomate, mas também pelas culturas permanentes como abacate, cacau, laranja, dentre outras. Na pecuária se sobressai a criação de suínos e bovinos, o que deriva a produção de carne e leite tanto para exportação, quanto para o consumo local.

**Tabela nº2 :** Composição Econômica de 2010 e 2022

DADOS ECONÔMICOS (2010)		DADOS ECONÔMICOS (2022)	
Serviços		Serviços	66%
Agropecuária		Agropecuária	24,9%
Indústria		Indústria	9,1%

**Fonte:** Seplan Secretária de Planejamento do Amazonas

A pesca se apresenta num modelo mais artesanal, segundo a Secretaria não é representativa na formação econômica do setor. Quanto ao extrativismo vegetal e a avicultura a criação tem sua especificidade voltada para subsistência, não gera renda e nem concorre para a formação econômica do setor. No extrativismo a representação é pequena na formação do setor primário, é ordenado pela exploração de camarú, madeira e castanha. No setor secundário, Barreirinha conta com uma usina de beneficiamento de arroz, Fábrica de brinquedos de madeira (UNIBRIMA), olaria, marcenarias e padarias. O setor terciário é composto pelo comércio de varejistas, atacadistas e na área de serviços dispõe de hotéis e pensões.

Dessa forma, é possível compreender que o município, tal qual nos ensina Marx, é definido historicamente por atividades objetivas que definem todo o movimento de formação da existência humana desses sujeitos, atendendo às suas necessidades naturais como beber e comer.

Foi possível identificar a rica identidade cultural, a diversidade étnica, práticas religiosas, as festas e festivais, a influência da localização geográfica, em especial a floresta e os rios, palcos de histórias significativas e que compõem os modos de vida desses sujeitos. Alguns dos principais eventos que integram o calendário oficial são: o Aniversário da Cidade; o Festival Folclórico com quadrilhas, bandas e comidas típicas da região, além da apresentação do Touro Branco e do Touro Preto<sup>2</sup>, no Touródromo; Festejo dos Marujos, um culto a São Benedito em meio a procissão, cortejo e danças; Exposição Agropecuária (EXPOBAE), que celebra conquistas no setor primário e mobiliza a economia local; Festa de Nossa Senhora do Bom Socorro, a padroeira do município, momento de demonstração de fé, devoção e entretenimento, além do Cristianismo praticado pela maioria dos

---

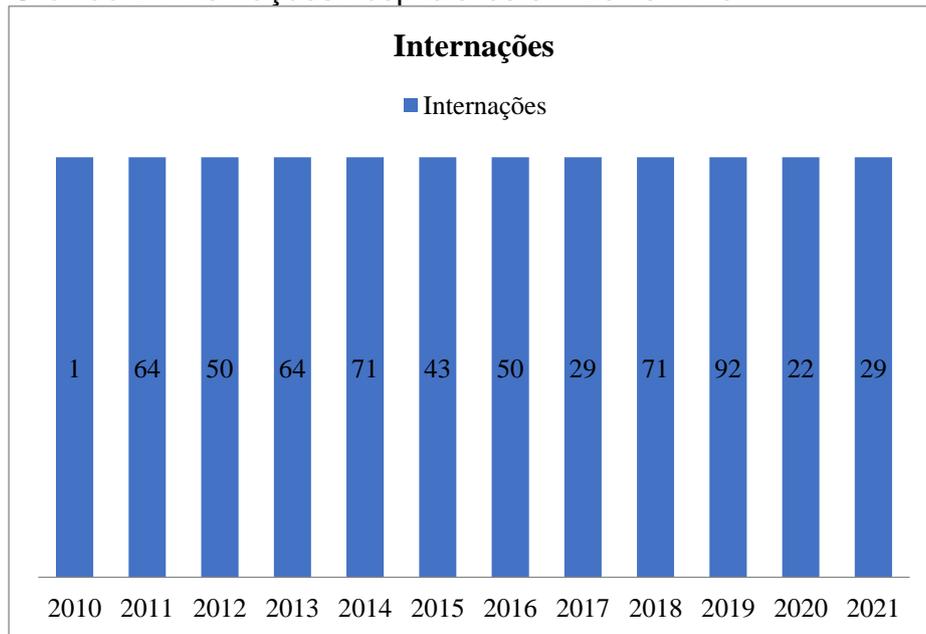
<sup>2</sup> De acordo com a Professora Evelyn Gomes de Barreirinha: “antigamente era tudo junto, aí agora não, são três noites de Festival, sendo que a primeira noite é o Festival de Quadrilhas, a outra é a passagem de som dos dois Touros, e a última noite que é valendo”.

habitantes, há também a presença de práticas religiosas indígenas e afro-brasileiras.

Ao falar de cultura local e pessoas marcantes no município, impossível não citar um dos barreirinhenses de maior destaque a Literatura Brasileira, poeta, jornalista e um intelectual engajado na luta pelos direitos humanos, pela preservação da Amazônia, Thiago de Mello foi membro da Academia Amazonense de Letras e faleceu aos 95 anos no ano de 2022, mas deixou um legado que orgulha profundamente a população ariramba.

A confecção de artesanato é parte essencial da cultura de Barreirinha, a produção é variada com itens de cerâmicas, cestarias, cerâmicas, utensílios de madeira e bijuterias, sempre elaborados a partir de matéria-prima natural da região, como fibras vegetais, madeira, sementes, dentre outras. Quanto à culinária Barreirinha oferece a típica gastronomia amazônica, aproveitando ingredientes locais, como ervas, mandioca, frutas que acompanham peixes variados com tucupi, farinha e outras iguarias regionais.

Em relação ao meio ambiente, tentamos ter acesso ao Plano Municipal de Saneamento Básico, há declaração oficial de que ele existe, porém não foi possível encontrar. Analisamos alguns dados sobre doenças relacionadas a questão da inadequação desse serviço a partir de informações de internações hospitalares por ano ocorridas em consequência de Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), conforme gráfico de nº 2.

**Gráfico 2:** Internações hospitalares em Barreirinha

**Fonte:** Sistema Único de Saúde (SUS).

A falta de saneamento básico representa consequências negativas à do saneamento saúde pública. Melhorar as condições de saneamento básico em Barreirinha é fundamental para prevenir e controlar doenças transmitidas pela água, por vetores diversos, que causam males respiratórios, na pele, dentre outras mazelas que afetam populações do Amazonas que enfrentam dificuldades principalmente por questões geográficas.

**Imagem nº 4:** residência na Sede de Barreirinha/AM



**Fonte:** caderno de campo (2023)

Qualidade de vida e bem-estar são fatores primordiais à manutenção da vida em comunidades e municípios longínquos, assim como pra toda a população existente. Acesso à instalações sanitárias adequadas, hígienes ambiental e pessoal, água potável é um direito fundamental a todos os povos, é necessário que as políticas para o meio ambiente e para a saúde cheguem de fato a estes lugares, para além disso, necessitamos de mais empenho nas pesquisas sobre as relações entre a organização da nossa sociedade enquanto construção capitalista e o conjunto das práticas governamentais na saúde, em especial na saúde pública, os dados de Barreirinha devem servir de espelho para formulações e ações concretas nos mais variados formatos, que envolvam o meio ambiente e a saúde pública.

## **2.2 Panorama da Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri**

A comunidade está localizada à margem esquerda do Rio Andirá, à uma distância de aproximada 23 km da sede de Barreirinha e é uma das cinco comunidades que compõem o Território Quilombola do Andirá com 1.855 pessoas, que segundo o IBGE/2022, se auto denominam quilombolas,

também conta com um número de 500 famílias segundo os dados obtidos pela Prefeitura de Barreirinha, o acesso ao local a partir de Barreirinha é via fluvial, leva em torno de duas horas de barco e 40 minutos de lancha.

Importante enfatizar, que existem as especificidades em se tratando dos períodos de cheia e seca, em novembro de 2022 a partida para a comunidade era de um local chamado Furo do Pucu, porém com a seca histórica por conta da estiagem, que afligiu todo o Amazonas, a Orla do Pucu ressequiu por completo, sendo assim, a ida no mesmo período em novembro de 2023, foi muito mais arriscada e dificultosa, a saída ficou um pouco mais distante e o deslocamento foi via estrada do Jauari, que também leva à uma outra área da Orla do PUCU, foi necessário proteção com o uso de botas, camisa com proteção solar, chapéu e máscara, devido ao sol forte, a poeira e a fumaça intensa.

#### **Imagem nº 5:** Orla do Pucu



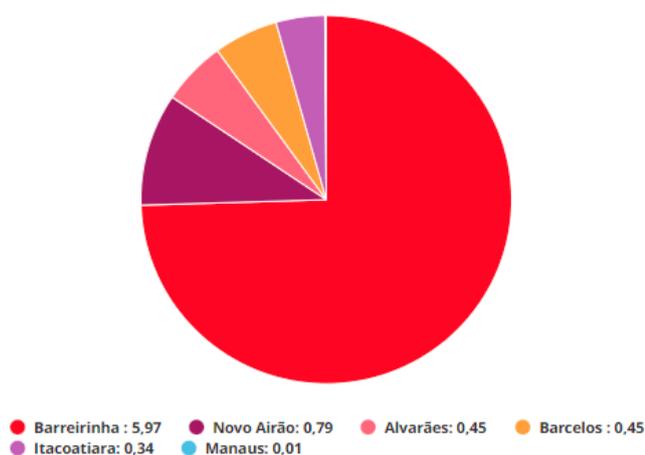
**Fonte:** Caderno de Pesquisa (2022/2023)

Em 1994 a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) atualizou a definição de “quilombos”, a partir das teorias de etnicidade, atualizando para a contemporaneidade a metáfora histórica e a categoria jurídica conviventes na palavra “quilombo”:

Não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória e continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meio empregados para indicar afiliação ou exclusão (Associação Brasileira de Antropologia, Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, 17/18 de outubro de 1994, Rio de Janeiro/RJ).

O primeiro decreto que normatizou o Art. 68 do ADCT foi o Decreto no 3.912, de 2001, que regulamentou “as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas”. Embora demandando um relatório técnico dos aspectos étnicos, históricos, culturais e socioeconômicos do grupo, o decreto não apresentava conceituação da palavra “quilombo” IBGE (2022).

**Gráfico 3:** População Quilombola do Amazonas



**Fonte:** IBGE – Censo 2022

A revisão de literatura proporcionou considerarmos o que há produção teórico-acadêmica sobre o Quilombo do Matupiri<sup>3</sup> bem como a vertente dessas elaborações. Destacamos aqui a Professora Doutora Magela Ranciaro, que analisa o processo de construção da identidade étnica e os impactos da luta do movimento representativo dos quilombolas pela regularização fundiária, bem como o Professor Doutor João Marinho, o qual realiza pesquisas sobre a relação entre os processos de construção da identidade étnica, memórias e as territorialidades quilombolas no Andirá.

Nossa proposta parte do princípio de que, pela perspectiva marxista, o homem tem duas atividades fundamentais, a de produção e reprodução, sem elas o homem deixaria de existir. Se o homem não produzir a sua alimentação, a humanidade acabaria rapidamente e se ele não se reproduzir biologicamente, também deixaria de existir. Ou seja, produção da existência se dá quando o homem produz materialmente o que necessita para sobreviver, mas também, na reprodução cultural, pois é aí que ele justifica essa existência, e ele fará isso por meio da religiosidade, da educação, dos laços sociais, dos laços culturais, dos laços familiares, das festas, da criação de símbolos, então, são esses elementos que compõem a produção da existência. Engels (1884, p.12) – em *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, analisa que

Segundo a concepção materialista, o fator determinante, em última instância, na história é a produção e a reprodução da vida imediata que, no entanto, se apresenta de duas formas. De um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios,

---

<sup>3</sup> Um conjunto de antropólogos vem propondo o uso de uma noção de quilombo “de hoje” (ALMEIDA, 2002), “ressemantizada” (O’DWYER, 1995), “atualizada” (O’DWYER, 2005), “metamorfoseada” (LEITE, 2008) ou “contemporânea” (ARRUTI, 2008), dando seguimento a um esforço iniciado no âmbito do Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia, criado em 1994, de conceituação de Terras de Remanescentes de Quilombo (O’DWYER, 1995), que recorreu às teorias da etnicidade, em particular a Fredrik Barth e sua definição situacional de grupos étnicos, com ênfase na organização e mobilização política, mas que não nega a crença numa origem e destino político comum.

habitação e instrumentos necessários para isso. De outro lado, a produção do mesmo homem, a reprodução da espécie.

Ao adentrar na pesquisa de campo buscamos desvelar esta realidade, observando os detalhes que compõem o modo de vida desses sujeitos, para então compreendermos como a produção da existência acontece na Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri. Metodologicamente utilizamos o survey multifatorial para capturar os detalhes que constituem a produção e reprodução da vida nesse espaço amazônico. O objetivo é para além de apresentar os limites geográficos, demonstrar os limites reais de vida, nos quais as pessoas estão em interação social e cultural, o que faz com que esses sujeitos produzam no mesmo lugar o cultivo de plantações para a alimentação, reiteramos que na concepção que adotamos não se trata de um amontoado natural, inativo, entregue à vontade desses sujeitos, mas está ligado à totalidade concreta dessa realidade, e é nesse mundo exterior sensível que o trabalho se efetiva, e os quilombolas do Matupiri se efetivam nesse trabalho.

### **2.2.1 Estrutura social e processos de produção da existência**

A Comunidade do Matupiri como todo o Território Quilombola de Barreirinha compreende estruturas sociais e processos de produção da existência que traduzem sua relação com a natureza, suas tradições, histórias e memórias. No contexto da organização coletiva, as decisões são tomadas por meio do diálogo entre as lideranças da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB) e da Associação de Produtores Rurais Remanescentes Quilombolas do Distrito de Santa Tereza do Matupiri Rio Andirá (APRRQDSTMRA) com os quilombolas para garantir coesão social por meio da participação comunitária, organização social e solidariedade entre os moradores.

O trabalho na produção da existência dos quilombolas do Matupiri precisa ser considerado como parte fundamental das relações sociais, raciais

e econômicas que constituem a estrutura dessa comunidade. Castro (2016, p.21) no livro *“Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência”*, rememora e ratifica:

Então, o meu pai, continuou sendo escravo do trabalho! Meu pai também trabalhava com a família do seu Zé Pedreno, que era um espanhol. [...] Então meu pai continuou sendo aquela pessoa dominada pelo trabalho dos outros. Meu pai era produtor e minha mãe era também produtora rural. Meu pai trabalhava com obra: fazia canoa, batelão tudo isso ele trabalhava quando ele era novo: trabalhou com tiração de pau-rosa, com tiração de cedro, cipó. Tirava naquela época madeira lavrada com machado, era uma vida sofrida! [...] naquela época, ninguém sabia, mas eu sabia; a gente é quilombola! Porque sabia que a gente é negro.

De acordo com Marx (2008, p.7), “a divisão do trabalho se baseia na diferença de sexos. Depois, toma por base as diferenças de forças físicas entre indivíduos de ambos os sexos”. Conforme Dona Maria Amélia, ao relatar o trabalho de seu pai, pontua que:

Ele trabalhava fazendo batelão, fazendo plantio da roça, de arroz para as pessoas que tinha posse. Tinha um Senhor por nome Anacleto Cruz, aonde meu pai trabalhava, aonde meu tio Silvestre trabalhava também como feitor de obra dos barcos dele. A gente ia junto com o papai pro roçado do patrão dele, seu Anacleto, e nós, como criança, roçava e servia de espantalho para espantar os pássaros que vinham comer arroz. [...] Aí ele, e a gente fazia estes dois trabalhos: de capina da roça e de espantar pássaro. Quando foi um dia, esse patrão do meu pai por causa de quatro limas que nós apanhamos, ele botou na conta pro meu pai pagar essas quatro frutas.

É possível perceber que ambos trabalhavam na produção rural, mas as diferenças físicas foram a linha divisória desse processo, pois temos a divisão social do trabalho dentro de uma propriedade privada, ou seja, luta de classes, pois existe nesse momento a apropriação por parte desse indivíduo determinado, o espanhol, do excedente produzido manualmente por essa família.

Considera-se que cada indivíduo dessa sociedade complexa, no caso a família de Dona Amélia, e a partir dos seus relatos, possui um papel determinante na produção da existência e na atividade individual realizada por

meio do trabalho, mas que apresenta situações de injustiças e contradições sociais, pois, apesar do cultivo das limas partirem dos pais enquanto produtores rurais, lhes foram negadas pelo proprietário das terras, o fruto para se alimentarem, ainda que tenham sido cultivados pelos pais.

Apesar da importância do trabalho na formação cultural da comunidade do Matupiri, ainda enfrenta desafios significativos, pois existe muita pressão por parte de interesses comerciais, internacionais, que ameaçam diuturnamente a terra tradicionalmente ocupada pelos quilombolas do Andirá, comprometendo seu modo de vida e suas práticas culturais. Além disso, a falta de infraestrutura, educação de qualidade e acesso a oportunidades econômicas limita o seu desenvolvimento sustentável. O trabalho é visto como única opção para os quilombolas manterem-se vivos, sendo somente por meio dele conquistar as formas de subsistência.

### **2.2.1.1 Sistema simbólico: a construção religiosa, os valores éticos, valores estéticos e as construções mítico-ideológicas**

As civilizações africanas possuem uma visão holística e simbólica da vida, ou seja, cada indivíduo está interligado a um todo, um cosmo responsável pelo equilíbrio e harmonia tanto do indivíduo quanto do seu grupo.

A Comunidade Quilombola do Matupiri<sup>4</sup> se autodeclara afro-indígena, seu sistema simbólico tem se materializado por meio das memórias coletivas, da tradição oral, da religiosidade e das manifestações socioculturais. Thompson (2012, p. 05), nos diz que

Neste Mundo Atlântico heterogêneo e interligado, mesmo aquelas pequenas comunidades em regiões remotas da África tinham suas

---

<sup>4</sup> É uma comunidade primária: agropecuária, capitalismo não avançado; - com criação de galinhas, patos, gado - lavouras brancas ou temporárias: ciclo de vida curto - produção agrícola que varia de um a dez meses como: cebolinha... Mas existem também semi-prenes e perenes como bananeiras e outras culturas.

histórias afetadas por mudanças que ocorriam em outras partes do mundo, por vezes desconhecidas por elas. Havia a possibilidade de ter-se a vida completamente alterada por mudanças que ocorriam na costa atlântica oposta, a milhares de quilômetros de distância.

A interligação entre esses dois mundos ocasionou mudanças imensuráveis tanto em África quanto no Brasil. A tentativa de apagar a organização civilizada nos sistemas religioso, linguístico e nas crenças religiosas, fez com que a história fosse contada de outra forma, subjugando esses povos africanos e submetendo-os ao processo de escravização.

Por consequência, a história tem demonstrado as inúmeras tentativas de não se contar a história. No Amazonas, o mito da não existência de negros corrobora substancialmente para um caminho que não permitiu acessar nosso passado para compreendermos de fato o que somos hoje enquanto sociedade, no caso de pequenas comunidades localizadas no meio da Amazônia, como a do Matupiri, tiveram também sua história invisibilizada por longos anos, entretanto novos horizontes surgiram e a tradição oral serviu como ferramenta, não somente enquanto palavra que possui valor sagrado, mas subsidiou pesquisas científicas que hoje validam e reconhecem, o conhecimento tradicional, a história, a construção das memórias, toda a territorialidade que envolve a produção da existência nessa comunidade quilombola amazônica.

Na pesquisa de campo procuramos compreender os conceitos de alteridade e resistência, além de buscar compreendê-los no contexto da comunidade. Identificamos que mesmo sem ter esses termos nas falas, as atitudes por si só demonstram um respeito profundo ao que vem a ser o outro, o distinto, o diverso e principalmente o coletivo, tendo em vista que é exatamente a partir da busca pelo reconhecimento dessa historicidade e na organização do trabalho, nas expressões socioculturais e nos movimentos sociais, que encontra-se a intervenção nessa realidade ainda tão pouco conhecida do nosso Amazonas.

Ao ouvir os relatos sobre como se deu a construção do Território Quilombola do Andirá, conhecemos um pouco da história do Senhor Benedito

Rodrigues da Costa, que chega na localidade com mais três irmãos na localidade, conhece Dona Gerônima Rodrigues da Costa, filha de Júlia Sateré, dona de uma casa de festas na Região conhecida como Terra Preta. Algum tempo após ter ido embora, Seu Benedito retorna e é aí que se inicia a primeira geração advinda do seu casamento com Dona Gerônima. O passar do tempo e a mobilidade deles no entorno do Rio Andirá possibilitou a composição das comunidades Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Itaquara. Temos então, o mito fundador que originou o Território Quilombola do Rio Andirá.

Um elemento importante a ser considerado nesse contexto amazônico, são as fugas, enquanto uma modalidade característica de resistência ao cativo, os relatos nos remetem à situações em que os escravizados, embrenhavam-se nas florestas e nos rios para escapar do trabalho forçado e lutar por liberdade, estamos diante de mais uma história, na qual precisaram se separar ou se afastaram devido às situações impostas pela colonização e escravização, o exemplo disso é que segundo as informações repassadas, Seu Benedito retornou sozinho e não se sabe onde seus irmãos foram parar, segundo os relatos nunca mais se reencontraram.

A materialização da Lei 4.887/2003, a partir do reconhecimento da Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, pode ser analisada como a síntese de um processo árduo para retirar o status de invisíveis dessa população amazônica. Mas é preciso ter cuidado porque o território às margens do Rio Andirá foi e continua sendo cenário de exploração dos donos capital, sobre a classe trabalhadora rural e ribeirinha, negando inclusive, a luta pela titularização do quilombo.

O sincretismo religioso na comunidade é caracterizado através de elementos culturais e ideológicos. As festividades acontecem com procissões, cultos, louvores para São Sebastião e Santa Tereza D'Ávila, com muitos devotos na comunidade e para Santa Tereza D'Ávila, padroeira do Distrito. O calendário cristão garante as datas para celebrações religiosas ao longo do ano, marcadas por oferendas, festas e danças como: a "onça te pega" e "dança do gambá", ao som de tambores que remetem a uma conexão ancestral afro-

brasileira e à própria natureza. Na imagem 6 temos os símbolos mítico-religiosos do Matupiri.

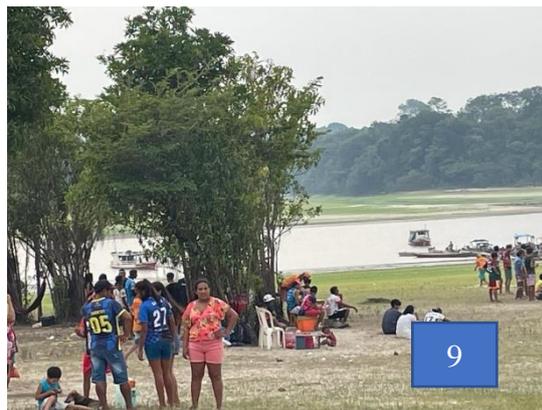
**Imagens 6/7:** Igrejas



Créditos: pesquisadora (2022)

O sistema de lazer no território quilombola se dá no contato direto com a natureza, trilhas, banhos nos rios, praias e igarapés às margens do Rio Andirá, pesca e caça. Sem dúvida os eventos promovidos pela comunidade ganham destaque, em especial o “Festival de Verão Quilombola”, que acontece no mês de novembro, durante um final de semana, como parte das celebrações ao “20 de Novembro - Dia da Consciência Negra”, com uma programação voltada para todas as comunidades quilombolas do Território. As atividades são inúmeras, desde missa campal, palestras, oficinas, mostras de painéis, noite cultural com escolha de poemas, manhãs esportivas, desfile com trajes afro-brasileiros, danças e música. Esse é só um dos eventos culturais que possibilitam a integração social, o espírito de cooperação e a diversão coletiva no Matupiri.

Imagem: 8/9- Lazer na comunidade – Festival de verão 2023



Crédito das imagens: Pesquisadora

A história, o pertencimento, a valorização das memórias e a resistência afro-indígena dessa população, sem dúvida são os elementos que observamos como primordiais para que o Matupiri e todo o Território Quilombola de Barreirinha se diferencie de comunidades vizinhas. Essas comunidades são constituídas a partir de diferentes particularidades de territorialização, conectadas à ancestralidade, à reprodução cultural e aos seus modos de ser, viver e fazer, estabelecendo-se como territorialidades tradicionais.

### **2.2.1.2 A organização social, a arquitetura e a estrutura territorial da comunidade de Santa Tereza do Matupiri**

A arquitetura da comunidade de Matupiri é constituída por casas em sua grande maioria de madeira, construídas a partir da conexão entre os povos originários da Amazônia e a ancestralidade africana, é possível enxergar o cuidado e o pertencimento que esses espaços transmitem por meio de muitos detalhes que podem passar despercebidos, mas eles estão lá e simbolizam a riqueza de uma formação afro-brasileira e indígena, permeada de contradições, negações, mas historicamente necessárias para entendermos de onde viemos, quem somos e pra onde vamos.

Na imagem nº 10 existe a exposição de uma casa de madeira, com uma parede que remete à figuras afroindígenas, cerca de bambu, mas é

relevante enfatizar que as casas na comunidade em sua maioria não possuem cercas, os quintais se interligam, o que representa a liberdade entre o ir e vir do coletivo que ali reside. Em contraste temos outra residência por um ângulo interno, verifica-se uma decoração com formas geométricas, cores fortes, madeira, elementos e acabamentos que nos remetem nitidamente às manifestações africanas e afro-brasileiras tão presentes na formação do nosso povo, ainda que para sua valorização de fato, foi e é necessária a luta por igualdade social e racial.

Imagem 10/11: Casas na comunidade do Matupiri



Crédito das imagens: Pesquisadora

Observamos que dentre os diferenciais da Comunidade do Matupiri com as outras comunidades ribeirinhas e rurais, ao entorno do Território Quilombola, há um pertencimento afro-brasileiro, o respeito aos mais velhos, a resistência em manter viva a história do ex-escravizado angolano Benedito Rodrigues da Costa e da indígena Saterê Mawé Gerônima Rodrigues da Costa\*.

Outro ponto a ser analisado na composição da estrutura da comunidade é a falta de saneamento básico, refletida no território a partir da ausência do Estado na implementação de políticas públicas basilares para a manutenção da vida. Todavia, está evidente que os quilombolas do Matupiri

se organizam coletivamente nos movimentos de lutas para garantia e implementação de políticas, dentre elas a própria regularização fundiária.

Diante disso, verificou-se que homens e mulheres da comunidade opõem-se às imposições da materialização do capitalismo, pois se organizam para reivindicar direitos básicos, uma vez que há forte presença do capitalismo nas relações sociais e de trabalho. Essa presença se traduz por meio da tensão relacionada aos recursos naturais existentes, tendo em vista que o Matupiri está situado numa área abundante em meio à Floresta Amazônica e à maior bacia hidrográfica do mundo.

A comunidade localiza-se às margens do Rio Andirá, um dos principais afluentes do Rio Amazonas e um dos mais importantes da Bacia Amazônica, possui uma beleza estonteante com muitas praias, fauna e flora riquíssima. No entanto, com a forte estiagem de 2023, virou um córrego, com seu solo rachado devido ao calor e a falta de água, o que prejudicou o tráfego de barcos, podendo ser utilizadas apenas pequenas embarcações. Não somente o transporte fluvial sofreu com a estiagem, o abastecimento pesqueiro e a pecuária também, pois as dificuldades aumentavam gradativamente, encarecendo o preço do pescado e o transporte de animais via fluvial.

O capitalismo manifesta-se também por meio de questões fundiárias relacionadas à disputa pela terra. Ressalta-se que o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 (2010, p.24-25), na Seção I, do acesso à terra nos diz:

Art. 27. O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo. Art. 28. Para incentivar o desenvolvimento das atividades produtivas da população negra no campo, o poder público promoverá ações para viabilizar e ampliar o seu acesso ao financiamento agrícola. Art. 29. Serão assegurados à população negra a assistência técnica rural, a simplificação do acesso ao crédito agrícola e o fortalecimento • da infraestrutura de logística para a comercialização da produção. Art. 30. O poder público promoverá a educação e a orientação profissional agrícola para os trabalhadores negros e as comunidades negras rurais. Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Art.34 Os remanescentes das comunidades dos quilombos se beneficiarão de todas as iniciativas previstas nesta e em outras leis para a promoção da igualdade racial.

Ainda assim, as ameaças às lideranças que lutam pelos direitos dos quilombolas e à própria comunidade, são contínuas, oriundas de madeireiros, grileiros, grandes proprietários de terra, projetos de desenvolvimento descomprometidos com o meio ambiente e visando único e exclusivamente a expansão de seus negócios lucrativos sobre essas áreas, sem respeitar os direitos territoriais dessa população.

O modo de existir na Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri é pautado por meio da cooperação e da solidariedade para o trabalho associado. Indubitavelmente a educação está no patamar determinante da preservação das tradições e valores culturais dessa comunidade, mas é preciso entender que o capitalismo ao adentrar esses lugares, muda valores, modos de vida, padrões de consumo que muitas das vezes prejudica a dinâmica social porque alguns quilombolas, principalmente os mais jovens, já não querem mais manter o trabalho coletivo na casa de farinha (ver imagem 6), a plantação comunitária, as pescas em grupo, assim como existem pessoas que migram para a sede de Barreirinha, Parintins ou para a capital, não que seja um problema ir em busca de novas possibilidades, mas de acordo com os relatos, muitos acabam renegando sua origem, não retornam para ajudar no processo de luta dos seus, dentre outras ações internas e externas que impactam diretamente a coesão social e a identidade cultural do Matupiri.

Imagem 12/13/14: Casa de farinha comunitária



Crédito das imagens: Pesquisadora

Diante de tantos desafios impostos pelo modo de produção capitalista e as causas que sua infiltração traz ao mudar o dinamismo desses espaços tradicionais e seus modos de vida, é imperioso que os atores sociais do Matupiri continuem a se organizar nos movimentos sociais e associações, para fortalecer às pressões externas, reivindicar direitos territoriais e promover formas de desenvolvimento sustentável, autonomia econômica, uma educação que se referencie na produção da humanidade desses indivíduos e que esteja alinhada às suas tradições e aos seus valores culturais, esse movimento de luta e resistência é essencial para proteger o Território Quilombola às margens do Rio Andirá e garantir a sobrevivência das comunidades contexto do sistema capitalista.

### SEÇÃO III

## A MATERIALIDADE DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

*(...) Eu queria ver à volta de mim,  
(...) Uma legião de cabecinhas pequenas,  
à roda de mim,  
num vôo magistral em torno do mundo  
desenhando na areia  
a senda de todos os destinos  
pintando na grande tela da vida uma história bela.*

*Aqui, na Areia, de Alda do Espírito Santo,  
poetisa africana de São Tomé.*

Ao optarmos por compreender os processos educativos na produção da existência dos quilombolas da Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, buscamos uma perspectiva teórica que analisasse a materialidade do trabalho como um princípio educativo fundamental à Educação Quilombola e à sua versão institucionalizada, empreendida por meio das políticas de promoção da igualdade racial, sintetizada na Educação Escolar Quilombola, mediante a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e o Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020 – Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.

A experiência concreta na formação humana desses sujeitos, precisa refletir a relação entre a teoria e a prática dentro desse contexto de remanescentes quilombolas, considerando que o trabalho não é apenas uma atividade produtiva e econômica, mas também um processo de aprendizagem coletiva, que possibilita o desenvolvimento da consciência de classe e da práxis solidária, por meio da participação em atividades laborais, que considerem contextos e determinações da realidade histórica e

socioeconômica, nas quais os quilombolas do Andirá exteriorizam suas habilidades técnicas, cognitivas e ainda que as contradições do sistema capitalista estejam presentes nesta realidade, a busca por formas de resistência e autonomia devem ser fomentadas cotidianamente por essa população.

### **3.1 Trabalho educativo como prática social no Matupiri**

O trabalho educativo como prática social é uma categoria que evidencia a dimensão da educação para além das fronteiras da sala de aula, demonstrando tamanha sua importância para a sociedade. Por essa perspectiva, entendemos que a educação não pode ser restringida somente aos conteúdos curriculares, ela incorpora outros elementos imprescindíveis ao desenvolvimento humano e à produção da existência, como as vivências, experiências, valores culturais e interações sociais dessa população. O trabalho educativo enquanto prática social precisa reconhecer a influência dos mais variados atores sociais, dentre eles a família, o poder público, os movimentos sociais, as instituições, na formação e no desenvolvimento dos sujeitos, promovendo uma visão mais holística e contextualizada do processo educacional quilombola.

Uma das entrevistas realizada no período da pesquisa de campo, sugere que a luta pela Educação Quilombola configura-se como uma prática para o sentimento de pertencimento a esse grupo. “Eu sou quilombola pela minha vó Luiza. [...] ela mora lá na Comunidade Quilombola de São Pedro, eu sabia que ela era preta, mas não sabia essa força, né? Essa identidade que ela tinha [...]” (Julimar dos Santos Trindade, 2023) (Informação verbal).

Na perspectiva marxista, a identidade é representada pelas relações de classe, assim, a referência à avó enquanto mulher preta, quilombola e forte, em se tratando do seu pertencimento, sugere uma conexão com uma identidade coletiva ligada à resistência histórica e à luta contra a opressão e a exploração. A identificação com a avó e sua história é uma forma de

reconhecimento das raízes dessa luta protagonizada por trabalhadores oprimidos, que carregam nas suas vivências e experiências a representação do que foi a escravização de seres humanos advindos de África, referências essenciais para a compreensão da própria identidade e lugar na sociedade.

Ao afirmar pertencer ao Quilombo do Matupiri, a entrevistada reconhece a importância da luta coletiva contra a opressão, isso implica uma consciência de classe que transcende as barreiras individuais, ela Julimar Trindade continua:

Resido aqui no Matupiri há 36 anos, esse ano fui a candidata né, eleita Presidente da Comunidade para 2024, também sou Professora, mas vou deixar minha profissão pra exercer como Presidente da Comunidade.[...] Não foi fácil pra pessoas correrem atrás como Cremilda, Mateus que já se foi né, pra nós foi uma grande satisfação dessas pessoas terem corrido atrás da nossa história, sabemos que temos uma história linda, mas também triste, por exemplo novembro é um momento de alegria e tristeza, como você sabe Zumbi dos Palmares foi quem lutou pelos quilombolas, assim como Dona Maria Amélia aqui, não é fácil a vida dela, como sempre ela diz, ela é ameaçada. [...] A gente não conhece tanto a nossa história né, mas a cada ano no nosso Festival a gente vai conhecendo mais com vocês, com as palestras.[...]. Eu não me aceitava assim, por causa da discriminação, quando a gente do interior ia pra cidade o povo dizia assim, vocês são da terra dos pretos né? Aí eu não me identificava, eu sou do Andirá, e só depois de ser adulta e mãe que me aceitei como preta. [...] Aí fomos saber nossa história, fomos saber na nossa arvorezinha genealógica não através do nosso Instituto também e ficou mais fácil de entender, mas antes de primeira mão não era fácil, mas nós nos unimos. A tendência é melhorar pra que esse movimento cresça. [...] Foco muito isso como Presidente da Comunidade de trazer as autoridades pra dentro da nossa Comunidade e mostrar nossa riqueza cultural, pra isso vamos precisar ter união tanto a Federação, como a igreja, o Distrito. [...] Nós sobrevive da agricultura, a gente aqui, minha família, a gente não trabalha tanto na roça como outras pessoas da Comunidade, porque nós estudamos. [...] Antes aqui era bem simplesinha, mas com o Bolsa Família as casa ficaram mais organizadas, as famílias estão dse organizando mais como Distrito, antigamente não, as casas eram de barro, o assoalho era de jacitara<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Jacitara: Um dos cipós mais vistosos dos furos, notável pelos seus cachos compridos de flores escarlates, trepadas nas árvores mais altas, sem ter órgãos especiais para se agarrar nas outras plantas. [...]. Como se vê, os cipós pertencem às famílias mais diversas, com adaptações múltiplas ao seu modo de vida. Mesmo da família das palmeiras, encontram-se, nas beiras dos furos, alguns cipós, pertencentes ao gênero *Desmoncus* e chamados vulgarmente jacitara.

Estas palmeiras agarram-se nas árvores pelos espinhos que cobrem os caules e pelos folíolos distantes das folhas compridas, que são transformados em uma espécie de ganchos. [...]". Jacques Huber (1867-1914). Contribuições à geographia physica dos furos de Breves e da parte occidental de Marajó. *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ehnographia (Museu Goeldi)*, Belém, t. 3, fasc. 1-4, p. 488-489, 1902.

Marx destacou a importância da consciência de classe na luta dos trabalhadores pelo seu próprio empoderamento e emancipação. Tanto a menção à força e identidade da avó Luiza quanto sua história de aceitação até se autodeclarar preta e quilombola, percebe-se que foi necessário conhecer e se reconhecer na própria história, temos uma narrativa de resistência, contra explorações e opressões históricas de enfrentadas por comunidades negras e quilombolas, essa resistência pode ser vista como parte de uma luta mais ampla de trabalhadores contra as injustiças do sistema capitalista.

A referência à Associação Comunitária, na qual a entrevistada está presidindo no quilombo, remete a uma compreensão da necessidade de se organizar coletivamente na luta social, referenciar as histórias e memórias como instrumento poderoso na conscientização e mobilização dos trabalhadores, além de reconhecer a importância da luta e da resistência na formação da identidade individual e coletiva.

O trabalho educativo e a prática social são componentes determinantes na formação humana dos indivíduos da Comunidade do Matupiri. Mas ainda, precisam ser conceituados e entendidos a partir da análise da forma como os comunitários interagem com a realidade social, cultural, econômica e política na qual estão inseridos. Apesar de toda a luta pelo reconhecimento da ancestralidade, pela titulação da terra e por políticas públicas, é importante enfatizar que uma transformação concreta na realidade implica não apenas em uma relação superficial com essa realidade. Saviani (2012, p. 91), esclarece que

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais

desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação e que proponha as formas de transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. Mas é preciso também fazer o movimento inverso, ou seja, pensar a teoria a partir da prática, porque se a prática é o fundamento da teoria, seu critério de verdade e sua finalidade, isso significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática.

Assim, a prática social e o trabalho educativo, não podem se limitar à habitual reprodução das condições sociais existentes, a ação transformadora envolve consciência histórica e crítica dos sujeitos por meio do desenvolvimento de uma compreensão da educação como um fenômeno histórico e socialmente situado, nesse caso somente uma abordagem crítica e transformadora poderão dar conta da produção da existência desses indivíduos dentro do contexto quilombola.

Ao pensarmos a materialidade das experiências culturais vivenciadas na Comunidade Quilombola, nos fundamentamos nas mediações de primeira e segunda ordem no campo da educação, teorizadas por István Mészáros, como parte de uma análise crítica sobre o modo de produção capitalista e das possibilidades de transformação social por meio de uma educação que construa um novo mundo possível, que se referencie no desenvolvimento da humanidade dos indivíduos e que seja capaz de realizar transformações políticas, econômicas, culturais e sociais.

Sobre a incorrigível ordem do capital e seu impacto sobre a educação, Mészáros (2008, p.25) nos diz que:

uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução.

Do ponto de vista das questões de primeira ordem na Educação e que estão relacionadas aos problemas imediatos e visíveis do sistema educacional. Márcio Castro, um dos entrevistados apontou o seguinte:

O trabalho no matupiri, começa na escola, algum, ou todo movimento que um ser humano faz é trabalho, mas aqui nós temos o comércio, a agricultura, peças artesanais naturais da comunidade mesmo e os estudantes, que acredito que quando entram na escola também são trabalhadores, nós também temos modelagem de madeiras, tudo serve como renda pras famílias. [...] mas a gente aqui tá dando mais importância ao estudo, nossos alunos já estão inseridos nos movimentos culturais, as crianças pequeninas já dançam “A onça te pega”, mas antes as crianças não faziam parte dos projetos culturais, hoje elas viraram atração nos eventos. [...] Nós temos dificuldades ainda, às vezes a gente vai procurar o prefeito, o secretário, aí vai só um ou dois, precisamos de formas ainda mais organizadas, a Federação é muito importante, mas eles querem ajudar. (Castro, 2023)

A partir do relato feito pelo gestor e das observações in loco, as dificuldades estruturais da comunidade, que em determinado período está completamente ligada aos fenômenos naturais como a seca e a cheia dos rios. Mas há sim uma desigualdade no acesso a recursos educacionais, precariedade das condições de trabalho dos professores, inclusive presenciei a experiência de um grupo de Professores que fez uma busca ativa por entenderem a necessidade de algumas crianças acessarem os conteúdos e o espaço escolar, mas estavam sem condições de chegar à escola devido à seca. Uma situação que chamou atenção também foi a falta de água potável e para uso em geral, tanto na escola como na comunidade, entendo que o gestor aponte por mais unidade nos momentos de acessar o poder público para dialogar sobre assuntos diversos como essas precariedades, Mészáros chama atenção para importância de abordar essas questões urgentes, mas alega que, ao concentrar forças apenas nelas, a sociedade, no caso a comunidade, corre o risco de não confrontar as estruturas mais profundas que perpetuam tais problemas. Seu Tarcísio Castro (2023), que vive há 56 anos vive na Comunidade desde que nasceu,

Porque a gente precisa pescar e precisa sobreviver, e aí tem a

questão do meio ambiente, né? é muito difícil a vivência nessa época de estiagem porque nós precisamos de água todo dia porque a água ela é o nosso combustível, que a gente necessita, se a gente não tiver água e também não tiver o nosso alimento ninguém pode sobreviver, já com o meio ambiente, eu acho que precisamos de mais cuidado mais preservação, porque com essa fumaceira tá dando doença, as crianças adoecem os animais sofre. [...]

Ao analisarmos a fala do Senhor Tarcísio, por meio do materialismo histórico-dialético, enquanto uma abordagem filosófica que busca compreender a sociedade, a história e a natureza a partir das relações materiais e sociais, podemos analisar que existe uma necessidade vital de pescar e sobreviver, ressaltando a importância da água e do alimento como elementos essenciais para a vida humana. Essas necessidades básicas são fundamentais para a reprodução da vida e para a subsistência dos remanescentes de quilombolas do Matupiri. A água é comparada a um combustível necessário para a vida. A escassez de água, especialmente em períodos de estiagem, é mencionada como uma das maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Além disso, destaca-se a preocupação com o meio ambiente e a necessidade de mais cuidado e preservação. A poluição atmosférica é mencionada como uma fonte de doenças e sofrimento tanto para as crianças quanto para os animais. Há uma percepção de que a preservação do meio ambiente e o cuidado com os recursos naturais são questões importantes que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e a sobrevivência das futuras gerações, isso sugere uma consciência da interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente.

A noção de que a preservação do meio ambiente requer cuidado e ação coletiva também está implícita na citação, indicando a necessidade de uma resposta conjunta para lidar com os desafios ambientais. Consideramos que as relações materiais e sociais subjacentes à experiência humana e à interação com o meio ambiente, reflete aspectos importantes da conexão entre sociedade, meio ambiente e necessidades humanas, e como esses elementos estão interconectados.

Existem algumas contradições na comunidade no sentido de que algumas áreas são queimadas por uma necessidade específica. Dona Amélia Castro, uma das precursoras das lutas pelo reconhecimento da Comunidade pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e continua à frente das discussões com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), explicou numa palestra do Dia da Consciência Negra (2023), que ela e mais algumas pessoas do quilombo precisaram desmatar uma área próximo ao que eles chamam de Ponta, por trás da igreja que está desativada, porque viram que com a última seca ou séca, esta segunda é forma mais utilizada pelas pessoas em Barreirinha e na Comunidade do Matupiri e o descaso relacionado à água potável e falta de alimentação, pensaram um projeto para um plantio diversificado, com culturas perenes e semiperenes para a subsistência das famílias, não possuem maquinário adequado, tecnologia suficiente para não se valerem da queimada e do desmatamento para concretizar o projeto.

Ao considerarmos principalmente as relações sociais, econômicas e ambientais presentes no Matupiri, relações de produção e meios de produção, verificou-se a partir do discurso de Dona Amélia, a necessidade de desmatar uma área para implementar um projeto agrícola diversificado, isso evidencia a relação entre a comunidade e os meios de produção disponíveis. A falta de maquinário adequado e tecnologia suficiente para evitar a queimada e o desmatamento ressalta uma contradição entre as necessidades produtivas e os recursos disponíveis.

A falta de acesso a tecnologias adequadas também pode ser interpretada como uma forma de exploração das condições de trabalho na comunidade. A necessidade de recorrer à queimada e ao desmatamento pode colocar em risco não apenas o ambiente, mas também a saúde e a segurança dos trabalhadores e da comunidade, já que todos estão envolvidos no projeto. A necessidade de implementar um projeto agrícola diversificado para garantir a subsistência das famílias sugere a existência de uma população vulnerável que enfrenta dificuldades para atender às suas necessidades básicas.

Estamos diante de conflitos ambientais e de desenvolvimento sustentável, a decisão de desmatar uma área levanta questões relacionadas à preservação dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável. A falta de alternativas viáveis para a implementação do projeto agrícola sem recorrer à queimada e ao desmatamento revela os desafios enfrentados pela comunidade na busca por práticas produtivas ambientalmente responsáveis. Estamos diante de determinações que desvelam as contradições e os desafios enfrentados pela comunidade no que diz respeito às relações de produção, condições de trabalho, desigualdades sociais e ambientais. São essas as estruturas sociais e econômicas que moldam a realidade da comunidade e as possíveis formas de transformação e superação dessas contradições identificadas.

Confrontar essas estruturas na lógica do capital é uma tarefa que exige ações radicais de transformação na estrutura produtiva, social, política, cultural e a educação está imbricada e é parte fundamental desse contexto, porém, a ordem estabelecida consegue criar engrenagens que induz a um conformismo, o qual somente uma abordagem crítica pode constituir alternativas de emancipação humana, igualdade social e a transformação das relações sociais.

Para Marx (1973, p. 229), na construção do conhecimento

Parte-se do empírico, isto é, do objeto na forma como se apresenta à observação imediata, tal como é figurado na intuição. Nesse momento inicial, o objeto é captado numa visão sincrética, caótica, isto é, não se tem clareza do modo como ele está constituído. Aparece, pois, sob a forma de um todo confuso, portanto, como um problema que precisa ser resolvido. Partindo dessa representação primeira do objeto chega-se, por meio da análise, aos conceitos, às abstrações, às determinações mais simples. Uma vez atingido esse ponto, faz-se necessário percorrer o caminho inverso (segundo momento) chegando, pela via da síntese, de novo ao objeto, agora entendido não mais como “a representação caótica de um todo”, mas como “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”.

O empirismo se limita ao primeiro momento, o visível sensível, para Marx, a totalidade completa é produto do pensamento a partir da elaboração

de conceitos. Netto (2009, p.07) esclarece esse processo afirmando que "a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa". Os desafios pedagógicos no contexto brasileiro, necessitam ser reiteradamente pensados e associados às conjunturas históricas e à prática social. (Silva, 2021).

A Pedagogia Histórico-Crítica é uma teoria que sistematiza a partir da perspectiva pedagógica socialista o processo de ensino-aprendizagem por meio da organização do trabalho pedagógico, num processo em que o professor pense dialeticamente e reproduza educativamente a partir da seguinte estruturação: reconhecimento dos conhecimentos clássicos, Identificação da problemática e da percepção sincrética, análise da estrutura organizacional e as possibilidades de um ensino histórico-crítico, presença dos conhecimentos sistematizados na educação escolar; os processos de instrumentalização - seguir uma linha histórica para entender o desenvolvimento e chegar à síntese, a catarse na busca pela emergência de novas posturas na prática social; a ascensão à síntese, as avaliações como evidências da aprendizagem, as lacunas na aprendizagem e a sua recuperação, os materiais de aproximação ao conhecimento sistematizado, o acompanhamento da coordenação pedagógica, reflexões e encaminhamentos.

A educação escolar tem como objetivo nuclear o conhecimento científico que precisa ser socializado com o intuito de transformar a sociedade e a escola simultaneamente, mas para isso é necessário que o professor tenha autonomia intelectual, uma espécie de conhecimento sólido em Ciência, Filosofia e Arte. A compreensão adquirida sobre a educação, trata-se de um projeto revolucionário, concerne uma proposta de formação e desenvolvimento das múltiplas capacidades humanas. (Silva, 2021).

Saviani (2003, p.146) nos diz que: "a concepção de politecnia foi preservada na tradição socialista, sendo uma das maneiras de demarcar esta visão educativa em relação àquela correspondente à concepção dominante". Maciel e Braga (2007, p. 61), amplia a concepção marxiana de educação e

demonstra contributos teóricos e uma experiência prática para o debate sobre a politecnia como princípio pedagógico fundamental da educação integral, ele apresenta

A politecnia, não mais como uma dimensão particular de uma concepção, e sim como um princípio, a partir do qual os processos educativos pudessem buscar o desenvolvimento integral das múltiplas capacidades humanas, por meio de processos pedagógicos, que tratassem articuladamente cognoscibilidade, habilidade, sensibilidade e sociabilidade, tal com formulado por Maciel e Braga (2007, p. 61). A cognoscibilidade é como desenvolvimento das dimensões lógico-cognitivas e psíquicas (onde o conhecimento científico e tecnológico seja determinante); a habilidade, enquanto expressão de capacidades psicomotoras e físicas (onde o esporte e a formação profissionalizante constituam suportes fundamentais); a sensibilidade como potencialização de todos os sentidos (onde a música, a dança, a literatura, o teatro e as artes visuais, gráficas e plásticas tenham lugar privilegiado); e a sociabilidade enquanto efetivo exercício político da práxis social (onde a cidadania participativo-transformadora, a ecologia humana crítica e a saúde tenham prioridade). A cognição, enquanto capacidade de entender e transformar a realidade exterior, não se desenvolveria sem os sentidos, sensores por intermédio dos quais a realidade exterior, em sua múltipla e complexa variedade histórico-natural, é transmitida para processamento no cérebro. Logo, cognição e sentidos, embora biologicamente distintos, constituem um complexo mecanismo de entendimento e transformação da realidade exterior, em cujo processo a própria cognição e os sentidos são transformados.

A contribuição teórico-metodológica e teórico-prática desenvolvida por Maciel (2007), foi imprescindível para a organização da pesquisa, mas principalmente para compreensão da necessidade de se pensar uma teoria pedagógica contra-hegemônica, que pudesse dialogar com o contexto educativo da Comunidade Quilombola do Matupiri, a organização do trabalho pedagógico à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, principalmente no contexto brasileiro atual, a Base Nacional Comum Curricular e os Referenciais Curriculares construídos nos estados tem como princípio a pedagogia das competências e uma tensão para que ela seja implementada de qualquer forma. (Silva, 2021)

Os estudos e a pesquisa nos permitiu perceber que ao encaramos desafios de uma investigação no campo da educação, precisamos ponderar não somente uma teoria, mas a sua aplicabilidade de uma concepção

histórico-crítica no trabalho escolar a partir de algumas disciplinas e conteúdos, assim como a possibilidade de ampliação e construção de caminhos com mais autonomia para professores. Ainda que as contradições existam e desfavorecem o objetivo maior da emancipação humana, cabe a nós a firmeza de encontrarmos estratégias que nos levem à uma unidade e coerência na concepção de homem, de mundo e de conhecimento.

A Pedagogia Histórico Crítica (PHC), desenvolvida por Dermeval Saviani e outros educadores brasileiros, propõe uma abordagem educacional que visa entender a realidade social e histórica na qual os alunos estão inseridos, visando à transformação dessa realidade por meio da prática educativa. Esta teoria apresenta-se como uma alternativa na concretização da materialidade do trabalho na Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola, tendo em vista que PHC, não apenas capacita os sujeitos para a vida prática, mas também os capacita para a compreensão crítica das relações sociais e a luta pela transformação da realidade.

### **3.1.1 Educação Quilombola, Educação Escolar Quilombola e a realidade sociocultural**

No Brasil, existem diferenças entre o que conhecemos como "Educação Quilombola" e "Educação Escolar Quilombola", elas estão relacionadas ao contexto histórico, social e político das comunidades quilombolas e à maneira como a educação é concebida e implementada nessas comunidades.

A Educação Quilombola refere-se ao processo educativo que ocorre nas comunidades quilombolas de forma geral, e inclui as práticas educativas, a transmissão de conhecimentos tradicionais, de valores culturais e históricos, modos de vida próprios dessas comunidades, reconhecendo e valorizando a cultura, a história e os saberes locais das comunidades, buscando promover uma educação contextualizada e relevante para os quilombolas.

Imagem 15/16: processos educativos fora dos muros da escola



Crédito das imagens: Pesquisadora

Quando falamos sobre Educação Escolar Quilombola, significa que trata-se do ensino especificamente difundido pelo sistema formal de educação, que é, ou precisa ser implementado às comunidades quilombolas por meio de escolas quilombolas ou de programas educacionais específicos. Esta modalidade busca garantir o acesso à educação básica de qualidade para as crianças, jovens e adultos quilombolas, considerando suas especificidades culturais, linguísticas e sociais. As escolas e/ou programas devem ser voltados para atender às necessidades educacionais das comunidades quilombolas, respeitando e valorizando suas tradições, línguas e conhecimentos locais.

Imagem 17/18: Escolas Quilombolas do Matupiri



Crédito das imagens: Pesquisadora

Ou seja, a "Educação Quilombola" abrange todas as formas de aprendizado e transmissão de conhecimentos nas comunidades quilombolas, a "Educação Escolar Quilombola" se refere especificamente às iniciativas formais de ensino desenvolvidas para atender às demandas educacionais dessas comunidades, reconhecendo e respeitando suas identidades culturais e sociais.

Dito isso, temos algumas observações feitas pelo gestor Márcio (2021),

Temos uma escola para as crianças e mais um anexo, o anexo lá tem uma base de 60 a 80 anos. Porque a educação aí a gente sabe por exemplo que tem essa educação que mantém essa raiz, que é a educação quilombola, né? As memórias vão passando e vamos compreendendo de onde viemos, fazemos parte da árvore. E aí tem todas essas tradições que vocês estão resgatando por conta de toda essa movimentação, é isso que eu tô entendendo não é? aí a gente vai ter também a política pública a partir disso porque a política nasce da demanda, né? Então se a gente tem hoje no Brasil a educação escolar quilombola enquanto uma diretriz Educacional Nacional, né? E a gente tem também é um plano nacional para essa educação escolar quilombola para que ela seja cumprida, implementada né? são 40 pessoas trabalhando na educação, conto com serviço geral e administrativo, 24 são professores. Eu entendo essa questão da Dona Amélia, toda vez que ela encontra a gente ela diz: Ah, não a gente precisa que os nossos professores eles sejam quilombolas, né? E tá não sei o que precisam ser do Quilombo. Aí eu entendo quando ela fala isso que assim que seja que um bolo que seja daqui do território, eu acho eu penso. Posso estar errado, né? Mas, na minha opinião não haveria problema, se não temos professores formados nas áreas, que sejam quilombolas, não tem problema vir de fora, até formarem mais pessoas, acho um pouco de preconceito.

Entendemos a partir da reflexão feita pelo gestor que é importante na visão dele texto o resgate e a preservação das tradições culturais e educacionais da comunidade. Sem dúvida isso fortalece a identidade dos indivíduos e permite uma maior e melhor compreensão de suas origens, oportunizando que se reconheçam como parte de uma história coletiva.

A base histórica e a representatividade são imprescindíveis, isso é fato, no entanto, num contexto histórico-crítico, nossa análise sugere a

necessidade de uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos, é preciso integrar os aspectos culturais, históricos e sociais da comunidade no processo educativo, isso sinaliza para o desenvolvimento do pensamento crítico e da transformação social.

Quanto ao debate sobre a necessidade de professores quilombolas ou não quilombolas, revela-se uma discussão importante sobre diversidade e representatividade no corpo docente. Ainda que seja valorizada a presença de professores com vínculos culturais mais próximos da comunidade e que se reconheçam como remanescentes quilombolas, é importante valorizar a formação acadêmica e a qualificação profissional, é necessário que haja espaço para uma discussão ampla e crítica sobre quais critérios de seleção e formação, precisam ter os educadores que atuam ou irão atuar nas escolas.

Nesse sentido, queremos apontar na pesquisa uma teoria que dialogue com o contexto quilombola do matupiri e tenha como objetivo, o desenvolvimento humano, a emancipação humana e a transformação social, pois entendemos que a produção da existência precisa permitir ao ser humano objetivar-se de forma social e consciente, de maneira cada vez mais livre e universal.

Vimos que a prática social é determinante no processo descrito por Saviani, no entanto, anterior à relação entre professor e aluno está a relação do professor com a teoria, do professor com a prática, ou seja, do professor com o método, com uma configuração material de visão de mundo.

Apontaremos aqui um pouco da discussão em torno dos direcionamentos apresentados para a construção dos currículos na atualidade baseados nas teorias que centram na cultura a forma geral de vida determinados grupos sociais, com interpretações e visões de mundo por estes adotadas. Segundo Malachen (2015, p.61):

A articulação da base teórica do Multiculturalismo ao pensamento pós-moderno, é claramente observada em seus pressupostos: a) considera-se impossível a superação do capitalismo, da propriedade privada dos meios de produção e da divisão social do trabalho limitando-se as lutas sociais ao objetivo de aquisição, efetivação ou ampliação de direitos dos grupos subalternizados e diminuição das injustiças sociais e preconceitos; b) abandona-se a luta unificada, pautando-se no entendimento de que a luta de classes não é o

motor da história; c) critica-se qualquer pretensão ao conhecimento objetivo e nega-se que existam conhecimentos com maior nível de desenvolvimento, transformando tudo numa questão de reconhecimento do saber do cotidiano de cada grupo, numa espécie de centralidade epistemológica do cotidiano; d) a ciência é vista apenas como uma maneira pela qual um grupo social, o dos cientistas, busca dar algum significado a fenômenos naturais ou sociais, da mesma forma que outros grupos buscam a mesma coisa por meio outros saberes; e) celebram-se as diferenças, o local e o indivíduo recluso à sua subjetividade, negando-se a possibilidade de compreensão da realidade como um todo estruturado e dos processos essenciais à dinâmica que movimenta esse todo; f) assim como o conhecimento sistematizado nos livros é posto sob suspeita, a escola também o é, já que o saber relevante para a vida seria construído diretamente na vivência cotidiana e nas lutas sociais; g) a cultura oral é considerada mais rica e significativa do que a escrita; h) a cultura parece ser entendida mais como uma questão de reconhecimento das diferenças entre “nós” e “os outros”; i) Afirma-se que a linguagem da escola é colonizada, etnocêntrica, discriminadora e precisa ser descolonizada; j) nega-se o ideal de formação do sujeito racional e consciente; l) o ideal de transformação social é substituído pelo de inclusão social, que ocorreria pela valorização da cultura de cada grupo.

A crítica feita pela autora demonstra na sua análise uma impossibilidade de superação do capitalismo, enquanto modo de produção. Aponta para a visão de que o multiculturalismo associado ao pensamento pós-moderno limita-se à lutas por direitos e redução de injustiças sociais sem questionar profundamente as estruturas do capitalismo. Ela argumenta que essa abordagem descarta a importância da luta de classes como motor da história, sugerindo uma desvalorização da análise das relações de poder e dominação.

A visão pós-moderna é criticada por negar a existência do conhecimento objetivo, enfatizando a centralidade do saber cotidiano de cada grupo e desvalorizando o conhecimento científico sistematizado. Há uma valorização das diferenças culturais, da cultura oral sobre a cultura escrita, além de uma desconfiança em relação à escola e ao conhecimento transmitido de forma sistematizada.

A ênfase é dada no reconhecimento das diferenças e a descolonização, o que significa que a cultura é vista principalmente como uma questão de reconhecimento das diferenças entre grupos e a linguagem da

escola é criticada por ser considerada colonizada e discriminadora. Há uma rejeição ao ideal clássico de formação do sujeito racional e consciente em favor de uma ênfase na valorização das identidades e na inclusão social.

Podemos arriscar dizer que PHC, desenvolvida por Dermeval Saviani e outros pesquisadores brasileiros, propõe uma abordagem educacional que busca entender a realidade social e histórica na qual os alunos estão inseridos, visando à transformação dessa realidade por meio da prática educativa. Numa tentativa de relacionar pontos que podem ser convergentes entre a PHC e a Educação Escolar Quilombola, arriscamos dizer que ambas enfatizam a importância de compreender o contexto histórico e social dos alunos. Na Pedagogia Histórico-Crítica, isso implica reconhecer as contradições sociais e históricas que influenciam a educação. No caso das comunidades quilombolas, entender sua história, tradições e desafios é fundamental para uma prática educativa contextualizada e eficaz.

Do ponto de vista da crítica à realidade e a luta por transformação social, tanto a PHC, quanto a Educação Escolar Quilombola, enunciam o desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos, qualificando-os a compreenderem e transformarem sua realidade. A PHC propõe uma análise crítica da sociedade e das relações de poder, enquanto a Educação Quilombola valoriza a resistência e a preservação da cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo em que promove a luta contra o racismo e a exclusão, organizando a comunidade para uma participação mais efetiva nos movimentos sociais, em específico o Movimento Social Negro.

A teoria e as diretrizes nacionais para a modalidade defendem a participação ativa dos alunos no processo educativo, incentivando o protagonismo e a autonomia. Na educação quilombola, isso pode envolver o resgate e a valorização dos saberes e práticas tradicionais das comunidades, bem como a promoção do diálogo intercultural. Assim, ousamos dizer que a PHC possibilita fundamentos teóricos e práticos importantíssimos para o desenvolvimento de uma Educação Escolar Quilombola que seja contextualizada, crítica e emancipatória.

### **3.2 Políticas públicas: análise dos processos educacionais de resistência quilombola em Barreirinha**

Para aprendermos a singularidade da formação social da Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri, na perspectiva teórica a qual nos predispomos a utilizar para a pesquisa e para as análises, foi necessário examinar as mediações estabelecidas entre o complexo modo de produção e a reprodução da vida material nesta sociedade determinada, bem como a subjetividade social dominante no seu interior, por isso, há ao menos uma tentativa de ao longo do texto trazer as formas de relacionamento interpessoal, tanto no campo individual quanto no social, além, claro, das manifestações culturais, políticas, econômicas e os modos de vida.

Importante ressaltarmos que não adotamos uma dimensão multicultural, por entendermos que tal concepção absolutiza as diferenças culturais, o que na nossa compreensão acaba tornando-as antagônicas, o que resulta na legitimidade e fragmentação do conceito de políticas públicas focalizadas e compensatórias, dentro de uma perspectiva neoliberal de Estado, ou seja, dividir para reinar.

A implantação e implementação das políticas públicas no âmbito da Educação Escolar Quilombola e suas demandas sociais no Território Quilombola, tem se demonstrado como uma pauta importante para a gestão municipal. Nossas análises e observações indicaram uma preocupação em atender as reivindicações das comunidades como um todo, em especial a luta pela garantia e o acesso a uma educação de qualidade, que leve em consideração as especificidades culturais e históricas dessas comunidades.

A Educação é sem dúvida uma das principais áreas estratégicas para o desenvolvimento tanto do contexto histórico e social do Matupiri, como da sociedade como um todo. Vimos nas seções anteriores alguns dos desafios enfrentados no cotidiano da comunidade, destacamos aqui a falta de acesso a serviços básicos e que podem estar relacionadas, ainda que de forma fluída, a questões raciais, por isso a elaboração das políticas públicas adequadas deve ter base teórica que objetive a superação do racismo ainda

existente, e somente assim acreditamos ser possível criar melhores condições para a produção da existência dessas vidas geográfica e socialmente localizadas. Almeida (2019, p. 15), chama atenção em seu livro *Racismo Estrutural* para

o significado de raça e de racismo, e como suas terríveis consequências, exigem dos pesquisadores e pesquisadoras um sólido conhecimento de teoria social. [...] Não se pretende aqui apresentar um tipo específico de racismo, no caso, o estrutural. A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar neste livro que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.

O racismo segundo Almeida está arraigado na nossa sociedade e traz implicações estruturais e sociais, por isso existe a necessidade de conhecimento teórico-social para compreensão dos significados de raça-racismo, classe e educação, e como esses conceitos operam dentro das estruturas da sociedade. Destaca-se também que o racismo está ligado à reprodução de desigualdades e violências presentes na sociedade atual, as inúmeras manifestações que cotidianamente são veiculadas na imprensa televisiva, impressa, redes sociais e nos próprios dados oficiais, informações e notícias relacionadas à alfabetização, acesso e permanência nas escolas e universidades, feminicídio, juventude negra etc, são reflexos de problemas profundos estabelecidos ao longo da nossa história e que afetam diretamente as estruturas políticas, econômicas, sociais e ideológicas da nossa sociedade. Silva & Mourão (2018, p.73), apontam que:

cabe ao Estado promover e estimular políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, que aponta como seu dever, garantir indistintamente, por meio da educação, iguais

direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os que se encontram à margem, dificilmente conseguirão romper com o sistema meritocrático, o qual agrava desigualdades, gera injustiças, e quando se trata dos afro-brasileiros as estatísticas não deixam dúvidas do quanto ainda precisamos avançar nas políticas de combate ao racismo.

Ao considerarmos as políticas públicas voltadas para Educação Escolar Quilombola, é importante demonstrar o que dizem os conteúdos da legislação que dialoga diretamente com a modalidade e que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996), especificamente as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Ficou estabelecido no Art. 26-A, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Tornase obrigatório a inclusão do estudo da História da África e dos Africanos, dos Indígenas, a luta dos negros e índios no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e negros e índios na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição desses povos nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

Ao reconhecer as diretrizes educacionais voltadas para essas comunidades, tanto estados quanto municípios, devem considerar a necessidade de implementação da Lei 10.639/93, a qual segundo o Conselho Nacional de Educação (CNS), por meio da Resolução no 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e tem por objetivo subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira. É importante ressaltar o avanço nas discussões sobre a responsabilidade legal do Estado quanto à oferta de programas voltados para educação que desenvolvam projetos de justiça, de desenvolvimento social e de proteção das

manifestações culturais populares, afro-brasileiras, bem como dos demais grupos participantes de nosso processo civilizatório. Silva & Mourão (2016).

Ao analisarmos as políticas de igualdade racial em Barreirinha, principalmente os aspectos voltados para educação, nos deparamos com ações determinantes como a Lei 013/2021, de 09 de dezembro de 2021, que cria o Setor Pedagógico Quilombola no âmbito de Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação de Barreirinha (SEMED), e que define as Propostas Curriculares Pedagógicas para inclusão de disciplinas específicas para Educação Escolar Quilombola do Ensino Infantil, Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais e na modalidade EJA.

A Lei também enfatiza em seu Art. 3 que as Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizadas no Território Quilombola terão acrescentadas em suas nomenclaturas o termo “Quilombola”, passando a serem reconhecidas como Escolas Municipais Quilombolas de: Boa Fé, Dídaco Sampaio, João Batista de Freitas, São Pedro, Maria do Socorro Andrade Moura, e Santa Tereza, esta localizada na Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri.

Diante disso, temos então uma ação que cria institucionalmente um Setor específico responsável pela demanda educativa desses povos que precisará, avaliar e ajudar a implementar políticas de acesso à educação, à qualidade do ensino oferecido, à formação dos professores, à adequação dos materiais didáticos e à uma infraestrutura que se adeque à essas escolas.

Considerar o papel e a participação comunitária é essencial para a salvaguarda das políticas que atendam às demandas locais, pois os desafios enfrentados pela educação, dentre elas a distância das escolas quilombolas dentro do Território e em relação à sede do município, a falta de formação específica para lidar com as questões quilombolas e a ausência de uma teoria pedagógica que reivindique uma educação plena para toda a vida e que esteja em desacordo com a lógica do capital e como nos afirma Mészáros (2008, p.104):

Do modo como os indivíduos determinam conscientemente a natureza e o montante propício de seu tempo disponível, livremente dedicado à realização de seus objetivos sociais escolhidos, que somente eles podem determinar de maneira autônoma e contínua, assim também somente eles podem definir o significado da participação real em todos os níveis de decisão.

O impacto das políticas educacionais nas comunidades quilombolas de Barreirinha, considerando indicadores como taxa de escolarização, desempenho acadêmico, retenção escolar, promoção da cultura e identidade quilombola, dentre outros, sem dúvida é elementar para que mudanças aconteçam no âmbito da Educação Escolar Quilombola, desde que as diretrizes sejam direcionadas a partir de elementos que orientem para uma alternativa à ordem vigente.

Uma dimensão analisada na pesquisa diz respeito a ausência de uma ação mais concreta por parte do poder executivo estadual no Amazonas, considerando que não há um plano ou diretriz educacional que ajude efetivamente na implementação da política necessária para produção da existência por meio de processos educativos no Matupiri e em todo o Território Quilombola, pois tudo que há de material na dimensão da Educação Escolar Quilombola em Barreirinha emerge de iniciativas resolutas da gestão municipal, principalmente da SEMED por meio do Setor Quilombola, que por inúmeras vezes, segundo seus assessores, tentou contato para demandar a Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC), fosse via Secretaria responsável pelo interior ou Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), mas, ao menos durante os anos de 2022 e 2023 em que estivemos acompanhando junto à pesquisa de campo, não obtiveram êxito.

Sem dúvida isso interfere na situação atual e nas perspectivas futuras de políticas educacionais para o Matupiri e para as demais comunidades quilombolas de Barreirinha, tendo em vista que até para identificar áreas de melhoria, desafios a serem superados e oportunidades de fortalecimento dessa educação, como instrumento de promoção da igualdade e justiça social, sem um compromisso com as necessidades dessa realidade, mais

prejuízos sociais serão acumulados na luta, não somente por valorização da diversidade cultural, mas principalmente por uma humanização omnilateral transformadora e emancipatória.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

A pesquisa apontou para a necessidade da construção de novas perspectivas teóricas, que representem a resistência histórica do trabalhador escravizado, a apreensão violenta da sua força de trabalho e a luta contra o racismo no Brasil capitalista. Nesse contexto, a produção da existência humana está profundamente relacionada historicamente às dimensões que envolvem as categorias trabalho e cultura, formação cultural das comunidades quilombolas no Brasil, na Amazônia e a Educação, compreendendo que essas formações culturais apresentam-se historicamente como um legado de luta entre escravizados e escravizadores, portanto, uma expressão da luta de classes na sociedade moderna.

Interpretamos que os processos materiais de produção da existência humana referem-se à forma como os seres humanos transformam a natureza para produzir bens e serviços que atendam às suas necessidades materiais e sociais, a isso referenciamos a agricultura e a extração de recursos naturais.

Quanto ao conceito de humanidade humana, entendemos como atividade produtiva realizada pelos seres humanos, que cria as condições necessárias para o trabalho e para a transformação da natureza, com o objetivo de produzir os meios de subsistência que vão além das necessidades básicas, contribuindo também para o desenvolvimento social, cultural, tendo o trabalho como atividade fundamental para produção dessa existência, ainda que esse movimento tenha suas particularidades históricas. Esses processos são influenciados por fatores como as relações de classe, os sistemas econômicos, as tecnologias de informação e comunicação, a cultura e as condições ambientais, que ao longo do tempo, refletem mudanças nas relações sociais e nas forças produtivas.

A produção da existência, enquanto processo material de produção dessa humanidade humana, cria também processos educativos de resistência cultural no Território Quilombola do rio Andirá, porém, é necessário reconhecer que os processos educativos devem passar do estágio de educação comunitária para educação escolarizada, tendo a prática social

como ponto de partida e de chegada, num processo de desenvolvimento de humanização do homem que precisa aprender com sua diversidade social e cultural.

A pesquisa partiu de uma episteme e de referenciais teóricos, metodológicos e analíticos, que acreditamos serem naturalmente necessários para entendermos o objeto e sua realidade social, cultural e econômica. Analisamos a dimensão ontológica por meio da construção do conhecimento da realidade natural, social e histórica, buscamos entender a economia política como base, para desvelar o objeto de estudo, no caso, a Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri, no Território Quilombola do Rio Andirá, em Barreirinha, por meio da compreensão da totalidade, do movimento e das contradições internas dessa realidade.

Pudemos depreender a partir das análises e leituras, que a educação sozinha não é suficiente para combater desigualdades, a exemplo podemos citar a posição de um país na divisão internacional do trabalho, arriscamos dizer que ela por si só, não muda a realidade, no sentido de que a educação é um complexo social conectado às demais estruturas de formação econômica e social, ou seja, a educação não está separada do todo do que é a economia e a estrutura de poder político de um país.

Vimos que há uma expressividade na conduta das políticas para uma educação que dê conta da formação daqueles indivíduos historicamente situados, principalmente pelo poder público municipal, inclusive com escolas que garantem uma estrutura importante para a constituição do conhecimento sistematizado, no entanto, muito ainda há de ser feito no sentido da infraestrutura basilar para essa população quilombola, é fato que os filhos do Matupiri estão adentrando às universidades, mas é necessário pensar que não basta apenas garantir o acesso ao Ensino Superior, se não houver correspondência com uma transformação da estrutura produtiva.

Então, o Ensino Superior é uma espécie de hiper-qualificação da força de trabalho, é um investimento em riqueza coletiva para garantir que as pessoas tenham uma formação mais qualificada que a da Educação Básica, porém para essa hiper qualificação ser aproveitada de fato, necessita da

correspondência na estrutura produtiva, não adianta formar se não existe uma dinâmica econômica para garantir emprego, por exemplo.

Garantir uma escola digna para a população como um todo, permite que as pessoas tenham acesso ao conhecimento acumulado da humanidade, tendo a escola como o meio privilegiado de socialização disso. Sem dúvida, esse espaço é um aparato democrático e civilizatório para qualquer sociedade, no entanto, para essas pessoas realizarem suas potencialidades profissionais e de talentos é necessário uma transformação da estrutura produtiva, ou seja, a educação precisa estar conectada a um projeto nacional de transformação das relações econômicas e sociais, para que de fato haja possibilidades de mudança de vida, isso reflete diretamente o cotidiano das comunidades quilombolas de Barreirinha, ou seja, sem reforma agrária, a morosidade na titulação das terras só aumenta, assim como a falta de distribuição de renda e a super exploração da força de trabalho. Então, enxergamos a educação como parte fundamental de qualquer projeto nacional de desenvolvimento, mas ela precisa estar acompanhada necessariamente dessas transformações.

Com um entendimento mais elaborado sobre os fundamentos teóricos que sustentaram as categorias de análise, podemos sinalizar que a produção social da existência está integralmente relacionada a determinado grau de desenvolvimento da sociedade, e que a materialidade condiciona o progresso social, político e intelectual dos homens, ressaltamos que a escolha pelo termo “homem” está respeitando a nomenclatura dos clássicos como Saviani e a ontologia do trabalho na formação do “homem novo” e a formação oposta à formação unilateral, problematizada em Marx a partir do conceito de omnilateralidade.

Assim, consideramos que a tese nos direcionou para uma análise crítica da realidade social e humana, que indica a superação da aparência e do falseamento da história, considerando o pensamento marxista de que a razão em si, sempre caminhou com elementos de emancipação, e que é possível a partir dessa teoria pensar alternativas à dominação racial-classista.

Nos propomos a enfatizar a importância de uma análise crítica da realidade social e humana, com base numa perspectiva teórica marxista, por meio do método materialista histórico-dialético, que no nosso entendimento possibilita um estudo sobre a produção das condições materiais da vida social, proporcionando uma superação das aparências e falsificações históricas, e ir em busca por alternativas à dominação racial e de classe.

Nesse sentido, buscou-se a razão, à luz da teoria marxista, para responder às seguintes questões norteadoras da pesquisa: como pela teoria marxista, o homem vem produzindo a sua existência humana? Definindo o que é trabalho e cultura para o marxismo, explique a relação entre trabalho, cultura e humanização? Qual a importância do trabalho na formação cultural das comunidades quilombolas do Brasil e da Amazônia?

Então trilhou-se um caminho pelo qual o uso da razão nas análises apontassem para a busca de alternativas ligadas à emancipação humana, por meio da análise de dimensões que incluem as estruturas de poder existentes. Como a subjetividade precisa ser levada em consideração e pelo fato de irmos de uma trajetória ligada aos movimentos sociais, mas também ao trabalho no campo da educação, optou-se pelo "é preciso sair da ilha para ver a ilha" de José Saramago, que pode ser compreendido como o distanciar-se para desenvolver uma perspectiva diferente e buscar compreender movimentos, nos quais estamos inseridos no cotidiano social, profissional e político.

Criou-se uma atmosfera que pudesse proporcionar consciência crítica e questionar a própria suposição e visão de mundo, por meio desse distanciamento emocional, intelectual e de ativismo político, com o objetivo de explorar novas perspectivas voltadas para um trabalho de ampliação do conhecimento teórico elaborado, que sem dúvida faz sair da zona de conforto e explorar novos horizontes para alcançar uma compreensão mais profunda e significativa daquilo que nos propusemos a pesquisar, no caso outros modos de vida e de mundo ao nosso redor.

Trata-se de algo altamente desafiador, pois após essa imersão, nos encontramos em momentos que exigem repensar a própria práxis. Isso, sem

dúvida, causa tensões tanto individuais quanto coletivas, até porque as vertentes existentes que fundamentam as práticas sociais desses grupos são variadas, com análises diferenciadas e antagônicas das realidades.

Em síntese, podemos inferir que a pesquisa teórica e todo o processo construído desde o cumprimento das disciplinas obrigatórias, que coincidiram exatamente com o período da pandemia de Covid-19, as aulas on line ou via Meet e Zoom, quando precisamos passar até de 8 a 12 horas de estudo em frente ao computador, o atraso na pesquisa de campo pelo fato de que somente com autorização podia-se adentrar o território quilombola, a falta de investimento na pesquisa pela ausência de bolsa de pesquisa e outros fatores burocráticos. A opção individual em ir morar numa localidade mais próxima ao lócus da pesquisa durante um ano e meio, com muitas idas e vindas que envolveram viagens em barcos, lanchas e aviões, dentre tantas vivências completamente diferenciadas da vida na capital, fez com que fosse reiterado o compromisso de uma devolutiva à sociedade, então compreendemos que não é possível uma práxis sem teoria e nem teoria sem práxis.

Isso implica uma ação prática orientada por objetivos fundamentados numa compreensão intelectual e conceitual de mundo, que necessita ser desenvolvida a partir de análise e investigação. Nosso compromisso será apresentar o trabalho intelectual como ferramenta para uma compreensão teórica das condições sociais, históricas e políticas que moldam as dimensões estudadas a partir da realidade concreta que deu subsídio à pesquisa. Almejamos que o trabalho possa fornecer um arcabouço conceitual e analítico, que sirva para compreender a natureza e as implicações das ações práticas no seio dos movimentos sociais, do poder público e da comunidade quilombola do Matupiri e que dialeticamente contribua de alguma forma para a transformação desta realidade concreta.

## REFERÊNCIAS

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia. **Documento Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**, 17/18 de outubro de 1994, Rio de Janeiro.
- ALENCASTRO, Luiz. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, Gioavanni. **Dimensões e reestruturação produtiva: ensaios da sociologia do trabalho**. Londrina: Editora Práxis, 2007.
- AMBONI, Vandelei. Trabalho e Educação: o processo da existência humana. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 203-213, dez. 2019
- ANTUNES, Jadir. Marx e as noções de progresso, liberdade e sujeito na história. **Acta Scientiarum, Human and Social Sciences**, Maringá, v. 31, n. 1, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/3112/3112>Acesso em 9 de julho de 2022, 20:50.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASI, 2001. **Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2001**. Disponível em: [http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/consultas/2001/con\\_01\\_013.htm](http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/consultas/2001/con_01_013.htm). Acesso em: março de 2018.
- BRASIL, 2011. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista>. Acesso em novembro de 2017.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. **Lei 10.639** de 09 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. **Lei 11.645** de 09 de janeiro de 2008. D.O.U. de 10 de março de 2008.

BRASIL. **Lei 12.288** (Estatuto da Igualdade Racial) de 20 de julho de 2010. D.O.U. de 21 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2005.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**, 2012.

Brasília. **Comunidades quilombolas no Brasil**. Fundação Cultural Palmares/MinC/Editorial Abaré, 2022.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CASTRO, Amélia. **Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência**. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro (org.); ed. Rio de Janeiro: casa 8, 2016.

CAVALCANTE, Ygor. **Uma viva e permanente ameaça: resistências, rebeldias e fugas de escravos no Amazonas Provincial (c. 1850-c. 1882)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

CAVALCANTE, Ygor. **Uma viva e permanente ameaça: resistências, rebeldias e fugas escravas**. Jundiá, Paco Editorial, 2015.

CERQUA, D. **Clarões de Fé no Médio Amazonas**. 2ª ed. Manaus: Prograf-Gráfica e Editora, 2009.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (séculos XVII e início do XVIII)**. Revista Brasileira de História, vol26, nº 52, 2006.

CHILDE, Vere. **A evolução cultural do homem**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

COMPARATO, Bruno. **Sociologia Geral**. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Da edição soviética de 1952. In <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em 13/07/2022.

ENGUITA, Mariano F. **A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FIABANI, Aldemir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio.  
<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 22/05/2023.

GOMEZ, André. **A Dialética da natureza de Marx: os antagonismos entre capital e natureza**. Orientador: Edgard José Jorge Filho. 2004. 109 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Trad. de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio . **Cadernos do Cárcere** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Carlos. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Ícone, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1961. 315 p. Ler Livros. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-era-das-revolucoes-eric-j-hobsbawm-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

HUMMES ofm. "**Os hegelianos de esquerda**". In: ----. *História da Filosofia*. Curso proferido em 1964 em Daltro Filho, RS.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Barreirinha Amazonas**, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Comunidades Quilombolas no Amazonas**, 2023.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RUY, José; FRANÇA, Edson; JULIÃO, Manoel. (organizadores). **Um Olhar Negro sobre o Brasil: 18 anos da UNEGRO/**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.

JUNIOR, Silva; GONZÁLEZ, Jorge. **Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade**. São Paulo, SP: Xamã, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUNA, Sérgio. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 2011.

MACIEL, Antônio C.; BRAGA, Rute M. **Politecnicidade e emancipação humana: uma metodologia para a formação histórico-crítica na universidade (Volume 1)**. In: AMARAL, Nair F. G.; BRASILEIRO, Tânia S. A. (org.). **Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura**. São Carlos: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2008. p. 203-217.

MALANCHEN, Júlia. **Pedagogia Histórico-Crítica e saber objetivo versus Multiculturalismo e o Relativismo no debate curricular atual**. *Gemina: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 58-67, jun. 2015.

MANOEL, Jones. **O impacto do colonialismo na cultura brasileira.** Youtube, 28 de setembro de 2020. <https://youtu.be/SaHhagsWdF0>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri – São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri – São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos de 1844.** Paris: Flammarion, 1996.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia:** resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia:** resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: Fromm, Erich. **Conceito Marxista do Homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2007 e 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Trd. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. \_

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura.** Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura.** Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo. Anta Garibaldi, 2014.

MOURÃO, Arminda. **Trabalho como princípio educativo** In: Trabalho e educação do/no campo: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica: Manaus: EDUA, 2014.

MOURÃO, Arminda. **A Fábrica como espaço educativo**. Manaus: Scortecci Editora, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do Quilombo na África**. In: **Revista USP**. nr 28, São Paulo, 1996.

NETTO, José. **A Concepção de Trabalho em Marx**.  
<https://youtu.be/TseilLn3xJk>, acesso em 8 de julho de 2022.

NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Carlos. **História do trabalho**. São Paulo, Ática, 1987.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRIORE, Marry; VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2001.

RANCIARO, Maria. **Os cadeados não se abriam de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas)**. 2016. 235 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

RANIERI, J. (2001). **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo.

SANDESKI, Margarida. **A concepção de homem em Marx: uma análise dos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844..** 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SAVIANI, D. **A Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA JÚNIOR, Juarez. **A presença negra no Amazonas,** 2006. Disponível em:  
[http://movimentoafro.amazonida.com/presenca\\_negra\\_no\\_amazonas.htm](http://movimentoafro.amazonida.com/presenca_negra_no_amazonas.htm).  
Acesso em: 17 de janeiro de 2023 às 14h.

SILVA, Elizangela. **Educação, movimentos negros e ações afirmativas no Amazonas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.

SUS- Sistema Único de Saúde. **Internações hospitalares.** Disponível em:  
<<https://sisaps.saude.gov.br/esus/>>. Acesso em 11 jun. 2023.

TAUNAY, C. **Manual do agricultor brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, Estevam. **Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX).** Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós- Graduação em História da UFMG Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. ISSN: 1984-6150 [www.fafich.ufmg.br/ temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades).

VIANA, Nildo. **Marxismo e Cultura.** Práxis Comunal. Vol. 1. Nr 1. Dezembro de 2018. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/index>. Acesso em 25 de julho de 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave.** Tradução, Sandra Vasconcelos – São Paulo: Boitempo, 2007.

## ANEXOS

## I– Parecer do Comitê de Ética



É o parecer

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1982380.pdf	26/08/2022 18:49:36		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetobroxurao.pdf	26/08/2022 18:48:52	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	26/08/2022 18:47:47	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
Brochura Pesquisa	projetobrocurao.pdf	12/07/2022 12:34:14	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
Outros	quest.pdf	12/07/2022 12:32:34	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
Declaração de concordância	termo.pdf	12/07/2022 12:31:54	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	12/07/2022 12:31:15	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	12/07/2022 12:30:56	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	12/07/2022 12:30:45	Elizangela de Almeida Silva	Aceito
Brochura Pesquisa	projeto.pdf	12/07/2022 12:18:34	Elizangela de Almeida Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 24 de Outubro de 2022

Assinado por:  
Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950  
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070  
 UF: AM Município: MANAUS  
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com

## APÊNDICES

### PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA TESE PÓS- EXAME DE QUALIFICAÇÃO

**Avaliador/a 1:** Universidade Federal do Tocantins

1. Estrutura do trabalho – o projeto estava junto ao texto – perspectiva é trazer o projeto junto?
2. **Título** – Alterar o título – processos educativos e resistência quilombola nas comunidades quilombolas do Rio Andirá
3. **Justificativa** – falar da trajetória acadêmica e pessoal – para o leitor te conhecer
4. **Humanidade/Humana** – sentido mais pleno de ser homem/mulher – nota de rodapé
5. **Objetivo** – tirar o demonstrar e colocar um outro verbo para explicitar – as questões norteadoras são mais interessantes
6. **Quilombos no Brasil** – legislação que trata já traz avanços – resistências e etnias diferentes – não tinha união para visibilizar a mobilização – chegavam estafados quando sobreviviam
7. **Definição de quilombo** – comunidades remanescentes de quilombo é melhor trabalhar a nomenclatura quilombo.
8. **De onde tirou relatos e documentos?** Tem que explicitar
9. **Resolução de que órgão?** Título e a que ela se refere
10. **Referencial marxista** – não dialoga com o objeto de pesquisa – tem que dialogar com a pesquisa – apresentar a discussão relacionando com a questão da escravidão e a formação dos quilombos
11. **Página 24** – Mourão – quilombolas são terras comunitárias- litígio por que não querem a posse coletiva – entrave para serem reconhecidos – discutir a terra comunitária
12. **A educação** vai ser determinada pelo trabalho – educação determina o trabalho – educação deve partir da práxis – a escola será organizada a partir da realidade – formações para que os professores entendam isto
13. **Entra no trabalho no capítulo 2** –
14. **Abolição** – Marx – nenhuma sociedade capitalista se institui tendo a escravidão – abolição foi uma necessidade do capital – o Brasil não desenvolveu –
15. Território quilombola – situar é importante –

**Avaliador/a 2:** Questão que tem responder – processos educativos de emancipação que cria outro modo de existir – os quilombolas se opõem a processos

1. **Como é o capital** se materializa nas comunidades quilombolas?
2. **Como é as comunidades** têm se posto contra a sociedade capitalista? Como o modo de produção capitalista materializa a cultura
3. Mézaros – pensar as mediações de primeira as mediações de 1ª ordem são construídas e de 2º ordem?

4. **Quais são os tempos e espaços?**
5. **Quais as mediações de segunda ordem** – para poder analisar as resistências.
6. **Na perspectiva do materialismo** pode haver um diálogo – com a etnografia – ampliar a discussão.
7. **Como o capitalismo** se manifesta nas comunidades? É na mercantilização da cultura?
8. **Como as resistências se manifestam?**
9. **É preciso mostrar as perspectivas** culturais se materializam – etnografia das comunidades – o que fazem estes homens e mulheres
- 10.
11. **Thompson – experiências** econômicas e culturais – possibilidade de uma leitura do Thompson sobre a categoria experiência
12. **Do ponto de vista teórico** é preciso discutir a categoria resistência –
13. **Modo de produzir a existência** – produzir modo de vida – Walter Cruz no dicionário
14. **Território – experiência e trabalho** – quais experiências?
15. **Como se materializa a dominação?** Como se materializa a resistência?
16. **Como os sujeitos constroem** o modo de vida diferente? Como se dá na escola? Como se dá no cotidiano? Como se dá a integração?
17. **É preciso falar o cotidiano do capital?** Como se dão as resistências?
18. **Necessidade de relação entre** os objetivos e as questões norteadoras.
19. **Como o capital se manifesta** nas diferentes dimensões?
20. **Particularidade/singularidade/totalidade**
21. **A discussão que** faz sobre o trabalho – Focar o trabalho nas comunidades/ observando como o trabalho produz vida, existência que nas comunidades acabam subsumindo ao capital
22. **Muitos entrevistados** – reduzir e qualificar os sujeitos que podem lhe dar melhores informações aos modos de vida que se contrapõem a quê?
23. **A religião adentra** nas comunidades e vai retirando as reflexões das questões estruturantes e indo para o individual
24. **Quais Dimensões?**

**Avaliador/a 3:**

1. **Formação na Amazônia** é diferente do resto do Brasil
2. **Trazer toda a discussão** para o objeto
3. **Otávio Iani** – síntese □
4. **Conceito de existência** = produção material é interrelacionado com a produção espiritual. A parti daí

**Avaliador/a 4:** Nova estrutura do trabalho:

**Seção 1**

Objetivo: Focar o trabalho nas comunidades/ observando como o trabalho produz vida, existência e como as comunidades acabam subsumindo ao capital.

### **Modo de produzir a existência – produzir modo de vida**

- 1.1. Como o capital se materializa nas comunidades quilombolas?
- 1.2. Etnografia do território das comunidades
- 1.3. As experiências desenvolvidas

### **Seção 2**

Objetivo: compreender se existem formas de resistir à subsunção do capital

#### **As formas de resistências em relação a subsunção ao capital**

- 2.1. O que é resistência?
- 2.2. A materialização cultural – o que fazem estes homens e mulheres
- 2.3. A construção de processos que constroem a identidade individual e coletiva desses sujeitos

### **Seção 3**

Objetivo: Verificar os processos educacionais estabelecidos nas escolas quilombolas

#### **1) Caracterizar a Comunidade Quilombola do Matupiri**

Detalhar

- Território
- População
- Atividades Produtivas
- A questão ambiental

#### **2) Analisar a questão Educacional na Comunidade Quilombola do Matupiri**

- Política Educacional do país – do Estado do Amazonas – dos Municípios (analisar os documentos existentes)
- Quantas escolas
- Número de alunos matriculados
- Número de alunos reprovados
- Número de alunos desistentes
- IDEB dos Municípios e por Escola
- Como os alunos são transportados para as escolas – transporte – combustível
- Recursos que o Município recebe
- Professores □ número

Formação  
Situação funcional  
Salário  
Sexo  
Estado Civil

3) Verificar como a Política Educacional é implantada nas Escolas

- Analisar as 2 escolas
- Analisar o PPP

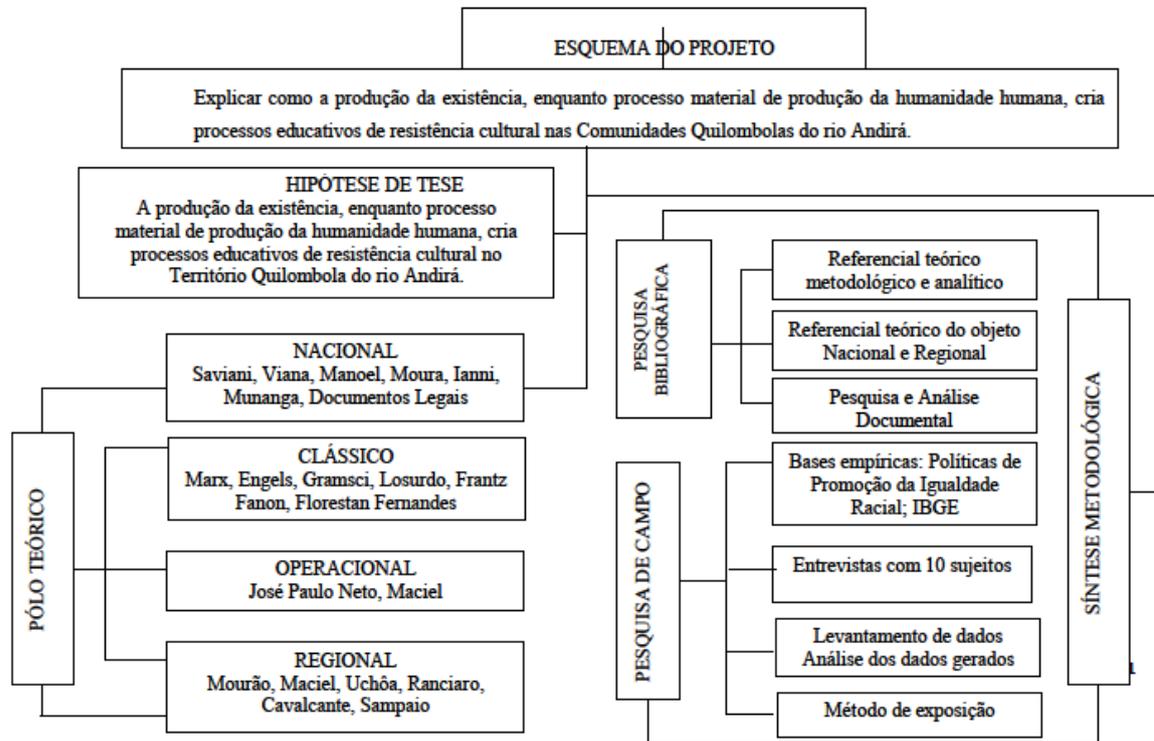
Como foi construído

Pontos importantes

- Entrevistar os gestores
- Entrevistar os professores

4) Trabalhar de forma mais aprofundada os resultados obtidos

## ESQUEMA DO PROJETO DE PESQUISA





GOVERNO DO AMAZONAS  
Prefeitura Municipal de Barreirinha



PROJETO DE LEI Nº 013/2021, DE 09 DEZEMBRO DE 2021.

cria o setor pedagógico quilombola no setor administrativo da SEMED, define as propostas curriculares pedagógicas para a inclusão de disciplinas específicas quilombolas na grade curricular do ensino infantil e fundamental I e II e modalidade EJA nesses territórios, altera a nomenclatura de identificação das escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental localizadas em territórios quilombolas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA EM EXERCÍCIO, Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, dispõe à CÂMARA MUNICIPAL, o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica determinada a criação do Setor Pedagógico Quilombola, a ser inserida na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED, alterando o art. 51º, caput, da Lei Municipal nº 75, de 07 de abril de 2008, o qual passará a constar em seu caput o seguinte termo: “Setor Pedagógico Quilombola”.

**Parágrafo único:** A composição administrativa do Setor Quilombola será regulamentada por Decreto Municipal;

**Art. 2º.** A partir da criação do Setor Pedagógico Quilombola, o Executivo Municipal deverá regulamentar, através de Decreto, acerca do estabelecimento das propostas curriculares pedagógicas voltadas para a educação quilombola do ensino infantil e fundamental níveis I e II e na modalidade EJA, inclusive, na inserção de disciplinas específicas de quilombolas, precedido, obrigatoriamente, de parecer deliberativo do Conselho Municipal de Educação;

**Art. 3º.** As Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizadas em território quilombola terão acrescentado em sua nomenclatura o termo “QUILOMBOLA” e passam a ser reconhecidas como Escola Municipal Quilombola.

**Art. 4º.** A Escola Municipal Boa Fé, localizada na Comunidade Boa Fé nas margens do Rio Andirá, território quilombola, passará a ter a seguinte nomenclatura:



GOVERNO DO AMAZONAS  
Prefeitura Municipal de Barreirinha



**I. ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA BOA FÉ**

**Art. 3º.** A Escola Municipal Didaco Sampaio, localizada na Comunidade Ituquara nas margens do Rio Andirá, território quilombola:

**I. ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA DÍDACO SAMPAIO.**

**Art. 4º.** A Escola Municipal João Batista de Freitas, localizada na Comunidade Trindade nas margens do Rio Andirá, território quilombola, passará a ter a seguinte nomenclatura:

**I. ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA JOÃO BATISTA DE FREITAS**

**Art. 5º.** A Escola Municipal São Pedro, localizada na Comunidade São Pedro nas margens do Rio Andirá, território quilombola, passará a ter a seguinte nomenclatura:

**I. ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA SÃO PEDRO**

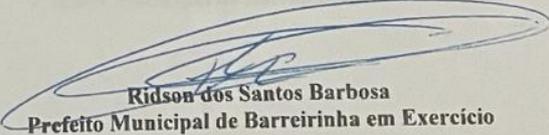
**Art. 6º.** A Escola Municipal Maria do Socorro Andrade Moura, localizada na Comunidade São Paulo do Açú nas margens do Rio Andirá, território quilombola, passará a ter a seguinte nomenclatura:

**I. ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA MARIA DO SOCORRO ANDRADE MOURA.**

**Art. 7º.** De acordo com a diretriz curricular nacional, para o efetivo cumprimento das finalidades dispostas no art. 2º, os serviços a serem prestados pelos profissionais da educação, deverão ser executados, preferencialmente, por especialistas na educação quilombola e/ou remanescentes quilombolas.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Barreirinha/AM, 09 de dezembro de 2021.

  
**Ridson dos Santos Barbosa**  
Prefeito Municipal de Barreirinha em Exercício



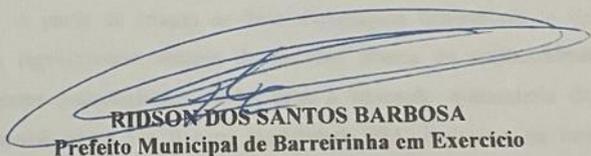
GOVERNO DO AMAZONAS  
Prefeitura Municipal de Barreirinha



Consta no relatório a informação que no Censo Escolar da Educação Básica, emitida pelo INEP, as matrículas realizadas em todas as escolas citadas anteriormente constam informadas como matrículas geradas em território quilombola. portanto, há a necessidade de incluir na nomenclatura das escolas o termo "quilombola" em conformidade com as demandas realizadas pelos processos de certificação de auto reconhecimento das 6 (seis) Comunidades Remanescentes de Quilombos do Rio Andirá, e mediante as discussões em tomo da Educação Escolar Quilombola (EEQ) como modalidade de ensino e política pública educacional a ser implementada na Rede Municipal de Educação, ato necessário para o reconhecimento das unidades seu conceito político.

Com estas informações, com certeza, Vossas Senhorias terão condições de analisar a importância desta iniciativa, podendo debater a matéria e finalmente votá-la favoravelmente, valorizando e melhorando a educação do município, bem como o reconhecimento político das comunidades remanescentes de quilombos em Barreirinha. Assim, rogamos que seja adotado o especial regime de urgência para apreciação da matéria, com base no artigo 62, §1º da Lei Orgânica do Município de Barreirinha.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, que fazem essa Casa Legislativa a expressão do nosso elevado apreço e distinta consideração.

  
**RIDSON DOS SANTOS BARBOSA**  
Prefeito Municipal de Barreirinha em Exercício



GOVERNO DO AMAZONAS  
Prefeitura Municipal de Barreirinha



Barreirinha/AM, 09 de Dezembro de 2021.

**MENSAGEM Nº 013/2021**

Exmo. Sr.  
**Ronan dos Santos Barbosa**  
Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e,  
Sr.(s) Vereadores

Exmo. Sr. Presidente e Senhores Vereadores,

Temos a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, a fim de ser submetido à deliberação, o **PROJETO DE LEI Nº 013/2021** de 09 de dezembro de 2021, que dispõe sobre criação do setor pedagógico quilombola, a definição das propostas curriculares pedagógicas para a inclusão de disciplinas específicas quilombolas na grade curricular do ensino infantil e fundamental I e II e modalidade EJA nesses territórios, altera a nomenclatura de identificação das escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental localizadas em territórios quilombolas, e da outras providencias.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo promover o reconhecimento da Educação Escolar Quilombola como Política Pública Educacional e modalidade de ensino a ser implantada no Sistema Municipal de Educação de Barreirinha - AM.

A Escola localizada na Comunidade Quilombola de Boa Fé terá a denominação:

➤ Escola Municipal Quilombola Boa Fé.

A Escola localizada na Comunidade Quilombola de Ituquara terá a denominação:

➤ Escola Municipal Quilombola Dídaco Sampaio.

Rua Militão Dutra/nº, Centro-Barreirinha/AM - CEP: 69.160-000



A Escola localizada na Comunidade Quilombola de Trindade terá a denominação:

- Escola Municipal Quilombola João Batista de Freitas.

A Escola localizada na Comunidade Quilombola de São Pedro terá a denominação:

- Escola Municipal Quilombola São Pedro.

A Escola localizada na Comunidade Quilombola de Santa Tereza terá a denominação:

- Escola Municipal Quilombola Santa Tereza.

A Escola localizada na Comunidade Quilombola São Paulo do Açú terá a denominação:

- Escola Municipal Quilombola Maria do Socorro Andrade Moura.

O referido projeto tem como fundamento as deliberações emitidas pela 10ª Conferência Nacional de Educação, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, e regulamentadas pela Resolução CNE/CEB nº 04/2010.

O artigo 41 da Resolução CNE/CEB nº 04/2010, apresenta a Educação Escolar Quilombola como modalidade de ensino a ser desenvolvida em unidades educacionais situadas em terras ocupadas por povos e comunidades remanescentes de quilombós, em áreas urbanas e rurais oficialmente reconhecidas por órgão público específico, no caso a Fundação Cultural Palmares.

Para tanto a Secretaria Municipal de Educação de Barreirinha-AM realizou uma série de estudos com o intuito de direcionar o reconhecimento da Educação Escolar Quilombola por meio dos procedimentos realizados pelo setor de Educação Escolar Quilombola da SEMED/Bae, conforme relatório anexo.


 ESTADO DO AMAZONAS  
 MUNICÍPIO DE BARREIRINHA  
 ANO - 2021
 

**Ofício nº 727/2021-GPMB**

Barreirinha, 09 de dezembro de 2021.

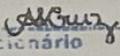
Ao Exmo. Senhor:  
**Ronan Dos Santos Barbosa**  
 Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha  
 Nesta

Ao cumprimentar cordialmente V. Exa., aproveito o ensejo para encaminhar para aprovação o projeto de Lei nº 013/2021 que trata sobre a criação do setor quilombola e define propostas para inclusão de disciplinas específicas quilombolas.

Aproveito para renovar votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

  
**RIDSON DOS SANTOS BARBOSA**  
 Prefeito Municipal de Barreirinha em Exercício

Câmara Municipal de Barreirinha  
 Protocolo nº 449 hora 09:00  
 Data 09 / 12 / 2021  
  
 Funcionário

Prefeitura Municipal de Barreirinha  
 Rua Militão Dutra, 242 - Centro  
 Barreirinha-Amazonas



**PROJETO DE LEI Nº 013/2021, DE 09 DEZEMBRO DE 2021.**

**CRIA O SETOR PEDAGÓGICO QUILOMBOLA NO SETOR ADMINISTRATIVO DA SEMED, DEFINE AS PROPOSTAS CURRICULARES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE DISCIPLINAS ESPECÍFICAS QUILOMBOLAS NA GRADE CURRICULAR DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL I E II E MODALIDADE EJA NESSES TERRITÓRIOS, ALTERA A NOMENCLATURA DE IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL LOCALIZADAS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRINHA EM EXERCÍCIO**, Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, dispõe à CÂMARA MUNICIPAL, o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica determinada a criação do Setor Pedagógico Quilombola, a ser inserida na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED, alterando o art. 51º, caput, da Lei Municipal nº 75, de 07 de abril de 2008, o qual passará a constar em seu caput o seguinte termo: “Setor Pedagógico Quilombola”.

**Parágrafo único:** A composição administrativa do Setor Quilombola será regulamentada por Decreto Municipal;

**Art. 2º.** A partir da criação do Setor Pedagógico Quilombola, o Executivo Municipal deverá regulamentar, através de Decreto, acerca do estabelecimento das propostas curriculares pedagógicas voltadas para a educação quilombola do ensino infantil e fundamental níveis I e II e na modalidade EJA, inclusive, na inserção de disciplinas específicas de quilombolas, precedido, obrigatoriamente, de parecer deliberativo do Conselho Municipal de Educação;

**Art. 3º.** As Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizadas em território quilombola terão acrescentado em sua nomenclatura o termo “QUILOMBOLA” e passam a ser reconhecidas como Escola Municipal Quilombola.

**Art. 4º.** A Escola Municipal Boa Fé, localizada na Comunidade Boa Fé nas margens do Rio Andirá, território quilombola, passará a ter a seguinte nomenclatura:

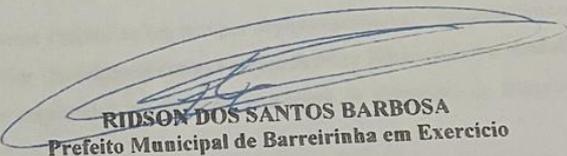
GOVERNO DO AMAZONAS  
Prefeitura Municipal de Barreirinha



Consta no relatório a informação que no Censo Escolar da Educação Básica, emitida pelo INEP, as matrículas realizadas em todas as escolas citadas anteriormente constam informadas como matrículas geradas em território quilombola, portanto, há a necessidade de incluir na nomenclatura das escolas o termo "quilombola" em conformidade com as demandas realizadas pelos processos de certificação de auto reconhecimento das 6 (seis) Comunidades Remanescentes de Quilombos do Rio Andirá, e mediante as discussões em torno da Educação Escolar Quilombola (EEQ) como modalidade de ensino e política pública educacional a ser implementada na Rede Municipal de Educação, ato necessário para o reconhecimento das unidades seu conceito político.

Com estas informações, com certeza, Vossas Senhorias terão condições de analisar a importância desta iniciativa, podendo debater a matéria e finalmente votá-la favoravelmente, valorizando e melhorando a educação do município, bem como o reconhecimento político das comunidades remanescentes de quilombos em Barreirinha. Assim, rogamos que seja adotado o especial regime de urgência para apreciação da matéria, com base no artigo 62, §1º da Lei Orgânica do Município de Barreirinha.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, que fazem essa Casa Legislativa a expressão do nosso elevado apreço e distinta consideração.

  
**RIDSON DOS SANTOS BARBOSA**  
Prefeito Municipal de Barreirinha em Exercício



GOVERNO DO AMAZONAS  
 Prefeitura Municipal de Barreirinha  
 Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer  
 Ano 2022



**MEMORANDO Nº203 /2022 – GSEMED**

Barreirinha/AM, 12 de maio de 2022.

Ao secretário Municipal de Administração e Planejamento  
**Anilson Braz Pantoja**

**Assunto: A inserção da Escola Municipal Santa Tereza na Lei nº284/21.**

Prezada Gestora,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria, venho por meio deste documento solicitar Uma Emenda Municipal inserindo a Escola Santa Tereza na Lei 284/21. Em virtude da mesma está inserida em território quilombola e inscrita no Censo Escolar como Escola Quilombola. Na emenda é necessário inserir o Termo Quilombola. A Escola Santa Tereza localizada na comunidade Santa Tereza do Matupiri, receberá o termo quilombola. Recebendo a nomenclatura Escola Municipal Quilombola Santa Tereza. Sendo assim encaminhamos este documento para conhecimento e providencias cabíveis.

Certo em contar com vosso apoio, renovamos os votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

**Valdeilza Lima Alves**

**Subsecretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer**  
**Decreto nº1178 de 02/08/2021-GPMB**

RECEBIDO EM 12/05/22  
 Nº 16.35 CURAS  
 REGISTRO Nº 16.35 BARREIRINHA  
 (Assinatura)

Rua Militão Dutra nº 242, Centro-Barreirinha/AM - CEP: 69.160-000  
 e-mail: [semed@barreirinha.am.gov.br](mailto:semed@barreirinha.am.gov.br)